



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

Cristiana Figueiredo Corsini

**AS CLÍNICAS DO TESTEMUNHO EM INTERFACE
COM O TRAUMA, A MEMÓRIA E A REPARAÇÃO SIMBÓLICA**

Rio de Janeiro

2018

Cristiana Figueiredo Corsini

**AS CLÍNICAS DO TESTEMUNHO EM INTERFACE
COM O TRAUMA, A MEMÓRIA E A REPARAÇÃO SIMBÓLICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social.

Linha de pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação.

Prof^a Orientadora: Sofia Débora Levy

Rio de Janeiro

2018

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

C826 Corsini, Cristiana Figueiredo
As Clínicas do Testemunho em interface com o trauma, a memória e a reparação simbólica / Cristiana Figueiredo Corsini. -- Rio de Janeiro, 2018.
125 f.

Orientadora: Sofia Débora Levy.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2018.

1. Memória. 2. Trauma. 3. Reparação Simbólica.
4. Clínicas do Testemunho. I. Levy, Sofia Débora, orient. II. Título.

CRISTIANA FIGUEIREDO CORSINI

**AS CLÍNICAS DO TESTEMUNHO EM INTERFACE
COM O TRAUMA, A MEMÓRIA E A REPARAÇÃO SIMBÓLICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social.
Linha de pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Sofia Débora Levy
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Josaida Gondar
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Cristina Mair Barros Rauter
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro - RJ

2018

Dedico este trabalho aos testemunhos anônimos e ‘integrais’ que lutaram por um Brasil mais justo e equânime e aos sobreviventes que perpetuam essa luta até o momento presente, desejando que o resgate da memória e da verdade alcance a tão almejada justiça, fundamentais à efetivação de nossa democracia.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Sofia Débora Levy, por sua dedicação nesta orientação de mestrado, com a coragem e as demais virtudes que favoreceram o desafio de me acompanhar no meio do caminho, rumo à outra margem;

À Profa. Dra. Jo Gondar, fonte de inspiração, conhecimento, de novas descobertas e sintonias na clínica psicanalítica contemporânea, em especial, por me apresentar Sándor Ferenczi, com perspectivas muito especiais;

Ao Prof. Dr. Alejandro Javier Lifschitz, por gentilmente vislumbrar novos espectros da memória política a ponto de aguçar a minha curiosidade como pesquisadora, e por seu apoio ao meu desejo de prosseguir na jornada acadêmica;

À Prof^a Dra. Lobélia Faceira, por sua serenidade e dedicação ao corpo discente, inclusive nos momentos mais delicados;

Aos funcionários, professores e colegas do programa em Memória Social que fizeram parte de meu caminho, meus sinceros agradecimentos;

Aos professores que integraram a banca para o exame de qualificação, em especial, Prof^a Dra. Cristina Mair Rauter e Prof. Dr. Eduardo Passos, que com experiência e clareza, contribuíram para os rumos da finalização da dissertação;

À CAPES, por possibilitar os recursos financeiros para a realização desta pesquisa;

Aos amigos e companheiros na luta pelos direitos humanos, especialmente Eliana Rocha, Mariana Barros, Carla Fernandez, Breno Figueiredo e agregados, que fizeram parte de uns dos momentos profissionais mais felizes e criativos de minha vida;

À Fernanda Marques Nunes, amiga irmã, cúmplice de sonhos, realizações e de nascimento solar;

À minha madrinha querida e mui'guerreira Vera Vital Brasil, que com paciência, dedicação e profunda sensibilidade, prestou apoio ao longo desta pesquisa em minha busca de resistir aos anos de silenciamento que afetou e afeta a todos nós;

Aos testemunhos e sobreviventes da ditadura de nosso país, motivação primordial desta pesquisa, singelo instrumento para torná-los ainda mais presentes aos brasileiros;

À minha mãe Shirley, minha fonte de luz, de amor e de esperança por um melhor porvir;

Ao meu pai Álvaro, que em minha memória, foi um dos responsáveis pela música que habita em mim, fonte que me inspira e me impulsiona a realizar as tarefas da vida;

Aos meu irmão e minhas irmãs, que integram e alegram a multiplicidade de meu mundo singular, e me desafiam a habitar no coletivo e a aprender com as diferenças;

Ao meu companheiro Oscar Garcia da Rosa, por seu apoio e carinho dia após dia, e por encarnar múltiplas formas e cores de nossas raízes latino-americanas;

Às minhas filhas Mayra e Crystal, meu Sol e minha Lua;

À minha amada neta Victória, que me convoca a aprimorar a capacidade de amar as ‘pequenas’ grandes coisas;

Agradeço ao grande mistério que me habita, alimenta meus sonhos e utopias, acompanha meus passos e realizações!

*...Vê como um fogo brando funde um ferro duro
Vê como o asfalto é teu jardim se você crê
Que há sol nascente avermelhando o céu escuro
Chamando os homens pro seu tempo de viver*

*E que as crianças cantem livres sobre os muros
E ensinem sonho ao que não pode amar sem dor
E que o passado abra os presentes pro futuro
Que não dormiu e preparou o amanhecer...*

(Taiguara)

RESUMO

A presente pesquisa histórico-documental analisa caminhos que possibilitem a integração de memórias coletivas ainda desconhecidas pela sociedade brasileira sobre o seu passado ditatorial, privilegiando o acompanhamento do Projeto Piloto das *Clínicas do Testemunho* para a apreensão do processo de reparação moral e simbólica direcionado aos afetados diretos e indiretos desde o golpe civil-militar de 1964. Para tanto, por meio de um estudo acerca do funcionamento deste projeto piloto durante a vigência do 1º Edital (2013-2015) dos núcleos de trabalho conveniados às *Clínicas do Testemunho*, apresentamos um panorama acerca de atravessamentos possíveis entre a clínica, a memória social e as políticas de reparação simbólica frente ao fenômeno traumático, assim como a implicação dos efeitos transgeracionais. Para tanto, analisamos as narrativas de atendidos e de terapeutas das instituições clínico-políticas, conforme registradas em produções bibliográficas e áudio-visuais, no intuito de promover reflexões acerca das possibilidades de valorização do testemunho como forma de resistência às forças políticas de esquecimento. Neste aspecto, destacamos a especificidade dos efeitos terapêuticos da passagem do reconhecimento e das enunciações entre a esfera privada e a esfera pública, pelo efeito motivacional do testemunho no registro da memória social.

Palavras-chave: Memória. Trauma. Reparação Simbólica. Clínicas do Testemunho.

ABSTRACT

This documentary-historical research analyzes ways that allow the integration of collective memories still unknown by Brazilian society about its dictatorial past, emphasizing the follow-up of the *Clinics of Testimony Pilot Project* for the apprehension of the process of moral and symbolic reparation oriented to the direct and indirectly affected since the civil-military coup in 1964. For this purpose, through a study about the operation of this pilot project during the validity of the 1stEdict (2013-2015) of the work centers agreed to the *Clinics of Testimony*, we present a panorama about possible crossing ways between clinic, social memory and policies of symbolic reparation in face of the traumatic phenomenon, as well as the implication of the transgenerational effects. In order to do so, we analyze the narratives of caregivers and therapists of clinical-political institutions, as recorded in bibliographical and visual-audiological productions, in order to promote reflections about the possibilities of valuing testimony as a form of resistance facing forgetfulness political forces. In this aspect, we highlight the specificity of the therapeutic effects of the passage of recognition and the enunciations between the private sphere and the public sphere, by the motivational effect of the testimony on social memory register.

Keywords: Memory. Trauma. Symbolic Reparation. Clinics of Testimony.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - LUTAS POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA.....	19
1.1 MEMÓRIAS EM DISPUTA NO BRASIL DITATORIAL	26
1.2 CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE DE 1964.....	35
1.3 MOVIMENTOS PELA ANISTIA	42
1.4 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL:.....	46
CAPÍTULO 2 - CONCEPÇÕES ACERCA DO TRAUMA.....	50
2.1 TRAUMA E POLÍTICA EM FERENCZI: O DESMENTIDO SOCIAL.....	50
2.2 O TESTEMUNHO NA EXPERIÊNCIA CLÍNICA	54
2.3 TRAUMA SOCIAL	58
2.4 EFEITOS TRANSGERACIONAIS DO TERRORISMO DE ESTADO	59
CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS REPARATÓRIAS	65
3.1 REPARAÇÃO PSICOSSOCIAL AOS AFETADOS DA DITADURA	67
3.2 DISPOSITIVOS CLÍNICO-POLÍTICOS	68
3.3 PROJETO PILOTO <i>CLÍNICAS DO TESTEMUNHO</i> (2013-2015).....	71
CAPÍTULO 4 – AS EQUIPES CLÍNICO-POLÍTICAS CONVENIADAS.....	73
4.1 INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO (CT/RJ).....	73
4.1.1 Pioneirismo.....	73
4.1.2 Referenciais clínico-políticos	76
4.2 INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DE SÃO PAULO - CT/SP.....	78
4.2.1 Grupo Intergeracional	79
4.3 INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE - CT/SP.....	80
4.3.1 Grupo de Trabalho de Perus	81
4.3.2 Atendimento psicossocial aos peritos de Perus	82
4.4 SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA – SIG CT/RS	83

4.4.1 Conversas públicas	84
4.4.2 Processo clínico	84
CAPÍTULO 5 – INTERFACES CLÍNICO-POLÍTICAS	86
5.1 DIMENSÕES CONCEITUAIS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO.....	89
5.2 COORDENADORES E EQUIPE TÉCNICA.....	92
5.2.1 O resgate da confiança	93
5.2.2 O testemunho como reparação simbólica.....	94
5.2.3 Reconhecimento na clínica.....	95
5.3 ATENDIDOS PELO PROJETO	97
5.3.1 Desconfiança	97
5.3.2 Silenciamento e Clandestinidade.....	99
5.3.3 O testemunho público.....	100
5.3.3.1 <i>Comissão Estadual da Verdade – CEV-Rio</i>	<i>102</i>
5.3.3.2 <i>Comissão da Verdade de Volta Redonda</i>	<i>105</i>
5.3.3.3 <i>Comissão da Verdade de São Paulo</i>	<i>107</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como eixo norteador a reflexão acerca de atravessamentos possíveis entre a clínica e a política frente ao fenômeno traumático causado por regimes de exceção, trazendo como recorte o contexto brasileiro durante o período da ditadura entre 1964 e 1985. Através de atos criminosos e execráveis realizados por "agentes de segurança nacional" do aparelho estatal, práticas de tortura, assassinatos e desaparecimentos de presos políticos foram praticados como política de governo, na contramão das lutas por garantia dos direitos fundamentais, e como herança de outra catástrofe hedionda, o Holocausto.

Para fins desta investigação, privilegamos o acompanhamento do Projeto Piloto *Clínicas do Testemunho* (BRASIL, 2012), integrante da trajetória de políticas reparatorias promovidas pelo Estado brasileiro e executadas pela Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, contemplando as diferentes possibilidades narrativas – sejam de vítimas diretas ou indiretas, de companheiros de luta e de parentes próximos como cônjuges, irmãos, filhos e netos que se dispuseram a romper com o silêncio imposto pela ditadura, e que, transgeracionalmente, resistem ao esquecimento que afetou toda a sociedade.

A aproximação da temática do testemunho a práxis clínica diante de situações traumáticas de violência de Estado é um fenômeno recente no Brasil. No intuito de compreender melhor este processo, indicamos como se deu o início desta prática clínica como um dispositivo de cuidado ético e político endereçado a ex- presos políticos que sobreviveram à tortura desde o golpe de 1964. Para tanto, os atores sociais que favoreceram a criação de dispositivos de direitos humanos e de equipes clínico-políticas e que, de alguma forma, influenciaram a luta por reparação simbólica através das *Clínicas do Testemunho*, foram contemplados no decorrer desta pesquisa.

Considerando a aplicação da tortura como radical ferramenta estratégica das práticas de repressão estatal, assim como o silenciamento forçado através da figura do *desaparecido político*, visando à desmobilização dos movimentos sociais e aniquilamento de qualquer possibilidade de construção democrática e de memória, destacamos os danos psicológicos individuais e sociais das violações cometidas ao longo de cinco décadas, assim como sua desconexão e fragmentação com o momento presente, ou seja, como políticas de esquecimento.

Importante salientar que, na qualidade de profissional da área de saúde mental, venho percorrendo uma trajetória pessoal e profissional de inserção no exercício clínico e político comprometido com a efetivação dos direitos humanos. Inicialmente, ao buscar aprimoramento profissional após a graduação em Psicologia, decidi dedicar-me ao campo da saúde mental, com a vinculação ao Curso de Especialização em Saúde Mental da Escola Nacional de Saúde Pública (ENPS-FIOCRUZ), em 2005. A partir daí, fui descobrindo, de forma visceral, a implicação da prática clínica comprometida com o resgate dos direitos fundamentais de sujeitos considerados desarrazoados, ou seja, loucos, excluídos de nossa sociedade. No bojo da promulgação da reforma psiquiátrica brasileira, participei de projetos pioneiros de desinstitucionalização dos aparatos manicomiais na condição de residente do Programa de Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial do IPUB-UFRJ, sendo lotada, de 2005 a 2007, no Hospital Municipal Nise da Silveira. Foi a partir desta experiência que pude perceber como a psiquiatria praticada em instituições totais (GOFFMAN, 2015) se aproximava das práticas de um Estado totalitário, com muros, grades e total negação da condição humana, funcionando como um perpetuador da tortura, tanto material quanto simbólica.

Buscando maior engajamento diante das premissas da luta antimanicomial, e através da prática de uma clínica psicossocial, preconizada pela Reforma Psiquiátrica brasileira e implementada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pude conviver com usuários dos serviços de saúde mental, e com familiares e profissionais militantes, como atores sociais na construção de outros modos de se conceber a clínica diante da loucura (AMARANTE, 1995), tendo-se em vista que a cronificação dos adoecimentos psíquicos se dava através do isolamento e da exclusão social, ambos estigmatizantes (FOUCAULT, 1997) e traumáticos.

Posteriormente, entre o período de 2012 a 2014, fiz parte de uma equipe interdisciplinar para a implementação de um dos *Centros de Referência dos Direitos Humanos*, distribuídos regionalmente em todo o território nacional. Esta era uma política de governo que integrava o Plano Nacional de Direitos Humanos em sua terceira edição - PNDH-3 (BRASIL, 2010). O PNDH-3 foi desenvolvido de forma diferenciada das versões anteriores, com a participação popular por intermédio de conferências regionais e nacional, e organizado a partir de propostas transversais dos direitos universais a serem executadas por diversos Ministérios, com 6 eixos temáticos, a saber: Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil; Desenvolvimento e Direitos Humanos; Universalizar Direitos em um

Contexto de Desigualdades; Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; Educação e Cultura em Direitos Humanos e Direito à Memória e à Verdade.

Através de um edital lançado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR), firmou-se convênios com diversas instituições, dentre elas a ONG *Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH)* da cidade de Petrópolis, contemplada a cobrir as demandas sociais da região serrana no Estado do Rio de Janeiro, para a qual fui designada para implementação do CRDH.

Os objetivos dos CRDH(s) envolviam os cuidados e a defesa dos direitos fundamentais dos vulneráveis sociais, tendo como público-alvo: crianças e adolescentes, idosos, população LGBT, pessoas em situação de rua, pessoas atingidas por violência do Estado, por meio de seus agentes, refugiados ambientais, população carcerária (e seus familiares), egressos do sistema prisional, pessoas em sofrimento psíquico, quilombolas, pessoas com deficiência e todas as vítimas de preconceito, discriminação, intolerância, desrespeito, abuso e maus tratos, negligência e abandono.

Destaco a importância do eixo *Direito à Memória e à Verdade* do PNDH-3, que ensejou a realização de atividades de apuração e esclarecimento público de fatos ocorridos no município de Petrópolis no período ditatorial, através de uma campanha pela desapropriação de uma casa clandestina situada na cidade, a Casa da Morte, no intuito de transformá-la em Memorial. Foi através dessas ações que tive a oportunidade de me aproximar ainda mais de coletivos que sempre lutaram pela efetivação dos direitos humanos desde os tempos da repressão na ditadura brasileira, como foi o caso de alguns atores sociais que participaram do movimento pela anistia política, da formação do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ) e, posteriormente, da Equipe Clínico-Política - RJ.

Desde o período de formação em Saúde Mental, tive a oportunidade de conhecer alguns trabalhos acadêmicos oriundos do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da UNIRIO, em especial da linha de pesquisa Memória, Subjetividade e Criação. Porém, o envolvimento na luta por memória, verdade e justiça me instigaram a desenvolver um projeto de pesquisa que favorecesse maior aprofundamento acerca da memória política desses coletivos, e que fizessem ressonância com o trabalho que venho desenvolvendo nos últimos anos.

Partilhando a ideia de que Memória e Direitos Humanos não se restringem a concepções unívocas, por se tratarem de conceitos complexos e com diferentes concepções e

matrizes ideológicas, ressalto a importância de situar um ponto de partida, com itinerários e olhares abertos e atentos à realidade social brasileira. O tema proposto na presente pesquisa foi fruto destas inquietações, assim como o apreço pela clínica, contemplada como processo de criação e subjetivação.

Levando-se em conta a necessidade de reparação social através do resgate da memória, na busca da verdade e da justiça e da efetivação dos direitos humanos, propomos a ampliação da discussão através das possibilidades narrativas do testemunho e de seus efeitos políticos.

As possibilidades de valoração dos testemunhos foram problematizadas por meio da apreciação das *Clínicas do Testemunho*, projeto piloto da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, que inaugura o conceito de reparação psicossocial aos afetados diretos e indiretos da violência estatal sendo, portanto, uma política de governo que visa à reparação dos danos psicológicos e sociais dos afetados.

Afinal, será possível a valoração do testemunho como um ato político e de formação de memória social, após anos de esquecimento e de negacionismo social? Qual seria o real valor da reparação como reconhecimento aos afetados pelo terrorismo de Estado, após cinco décadas de silenciamento?

Como desdobramento de uma política em processo de transição, em 2012 foi promulgada a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) por intermédio da Lei 12.528/2011, assim como as Comissões Estaduais em todo o território nacional, promovendo pesquisas de mortos e desaparecidos políticos, com depoimentos de vítimas e familiares, e de seus torturadores, ou seja, de agentes do Estado reconhecidos e denunciados pelas vítimas da ditadura. Tendo a curta duração de dois anos e sete meses, a CNV produziu um relatório final com algumas recomendações ao Estado brasileiro (BRASIL, 2014).

Durante o processo de investigação, a questão encontrada foi justamente a de confronto com as narrativas dos atores envolvidos, que consubstanciam um jogo de forças políticas que interferem na efetivação dos direitos humanos e da democracia de um país que ainda não se recuperou das rupturas sofridas em sua memória. O golpe civil-militar ocorreu justamente em uma conjuntura política de efervescência de movimentos sociais protagonizados pela juventude da época, seguidos de perseguições políticas e desaparecimentos forçados aos opositores do novo regime, conjugados a uma política de

esquecimento. Tal situação nos coloca diante de um hiato, tanto no processo de avanços políticos como no de memória.

Com o intuito de fornecer suporte ao início de uma discussão de contorno plural e transdisciplinar, que envolve concepções de memória social e memória política, de trauma social e seus efeitos transgeracionais, assim como da afirmação da clínica como um dispositivo ético e político, foi realizada uma pesquisa qualitativa histórico-documental. Buscamos descrever os planos micro e macropolíticos postos em jogo em regimes de exceção, assim como os efeitos traumáticos no âmbito individual e coletivo, perpassando os acontecimentos históricos ocorridos no passado e interpretados no presente através das narrativas dos testemunhos daqueles que vivenciaram algum tipo de violência de Estado.

A pesquisa histórico-documental foi realizada de modo a promover reflexões acerca da política brasileira de Direitos Humanos, norteadas pelo Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, assim como descrever o processo da Justiça de Transição por meio das ações da Comissão de Anistia e, em especial, das políticas reparatórias, via o acompanhamento do Projeto Piloto das *Clínicas do Testemunho* (edital lançado pelo Ministério da Justiça e executado pela Comissão de Anistia - MJ, 2012), considerando o processo de trabalho realizado pelas entidades conveniadas na vigência do primeiro edital, das Conversas Públicas, dos insumos produzidos e dos registros contidos nos relatórios finais.

Por meio do estudo do Projeto Piloto das *Clínicas do Testemunho* - entre o período de 2013 a 2015, tivemos como objetivos gerais: 1) Contribuir para o conhecimento acerca das possibilidades de reparação moral e simbólica diante do fenômeno traumático causado pela ditadura brasileira aos seus afetados diretos e indiretos; 2) Refletir acerca das singularidades da interface público-privado das expressões clínico-políticas; 3) Compreender os efeitos terapêuticos da proposição público-privado das Clínicas do Testemunho; 4) Refletir acerca os danos sociopolíticos causados pelo esquecimento imposto.

Levando-se em conta itinerários que se entrecruzam de forma dinâmica, os objetivos específicos se deram de forma a: 1) delinear o contexto sócio-histórico do golpe de Estado de 1964 diante das disputas de memória entre lembrar e esquecer; 2) descrever a trajetória das lutas dos dispositivos de direitos humanos que ensejou processos clínico-políticos; 3) delinear os efeitos transgeracionais do terrorismo de Estado; 4) por intermédio dos insumos produzidos pelas *Clínicas do Testemunho*, analisar as consequências do atendido ter a sua fala clínica publicizada.

Diante das lutas democráticas e de retrocessos políticos após o longo período da ditadura brasileira, consideramos de suma importância acompanhar tais processos através do testemunho de sujeitos que corajosamente romperam com o silêncio de décadas de história e compartilharam suas memórias e suas lutas por verdade e justiça.

A proposta foi a de transmissão de trocas de saberes e de resgate da memória social através de ações que possibilitassem o acesso às narrativas de experiências pessoais (testemunhos) e formas diversas de expressão e interlocução entre sujeitos de diferentes gerações, apostando na função integradora do meio social e no fortalecimento dos envolvidos, à medida que foram contemplados como atores sociais e produtores de subjetividade na construção da memória coletiva.

Destacamos a temática tão cara aos avanços na efetivação dos Direitos Humanos e ao processo da Justiça de Transição em nosso país, diante da emergência em se discutir, debater e rememorar fatos ocorridos durante o período de exceção, tendo como objetivo a conscientização de todo tecido social - em especial as novas gerações nascidas na democracia, reafirmando a importância de se reconhecer a história para não mais repeti-la.

Diante dos cenários micro e macro políticos, apresentamos nos dois primeiros capítulos um corpo teórico que pudesse contribuir com o teor político desta pesquisa, como as políticas de esquecimento e suas implicações com a memória contemporânea. Apresentamos, no primeiro capítulo, as memórias em disputa após o regime ditatorial brasileiro como enfrentamento às políticas de esquecimento, assim como os precursores da memória coletiva, contemplando as concepções da memória social em confronto com a memória nacional, conforme as contribuições de Halbwachs (2003), Pollak (1989), e Gondar (2016), com a finalidade de abarcar dimensões sócio-históricas dos conflitos sociais e das políticas contemporâneas em situações de violência de Estado frente às disputas entre Memória, Verdade e Justiça.

Com o intuito de situar o contexto sócio-histórico da ditadura brasileira, apresentamos a trajetória dos movimentos políticos de civis e de militares que antecederam o golpe civil-militar de 1964, buscando compreender o período autoritário que vigorou até 1985, considerando a importância dos movimentos de resistência ao golpe, como foi o caso do movimento pela anistia. Em seguida, delineamos as lutas que desencadearam o início do processo da Justiça de Transição no Brasil, através das políticas reparatórias da Comissão de Anistia, em consonância com as políticas de Direitos Humanos. Como fonte de pesquisa deste processo histórico, utilizamos o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL,

2014), o pioneiro livro de denúncia do Terrorismo de Estado praticado no Brasil – *Brasil: Nunca Mais* (BNM) realizado pela Arquidiocese de São Paulo (1985), assim como publicações da Comissão de Anistia sobre a memória dos testemunhos.

No segundo capítulo discorremos acerca de algumas possibilidades do testemunho e da clínica diante de situações traumáticas oriundas de crimes de lesa-humanidade, onde a tortura e o extermínio em massa, ocorridos em regimes totalitários desde o pós-guerra, expressam o declínio da experiência e da narrativa (BENJAMIN, [1933]/1994) comprometendo a transmissão das memórias coletivas às gerações posteriores. Partindo do pressuposto de que o trauma em situações de barbárie é inerente à conjuntura social e política de uma época, buscamos compreender o testemunho e a clínica como ferramentas de enfrentamento ao silenciamento e ao esquecimento produzidos. Diante deste cenário, apresentamos alguns autores que possibilitassem uma interlocução entre o testemunho, os regimes de exceção e a memória traumática nas esferas individual, social e transgeracional. Para tanto, Sándor Félenczi ([1934]/1992a), Fassin e Rechtman (2007) e membros das equipes clínicas em interface com alguns autores contemporâneos foram contemplados como porta-vozes de um desafio atual - o de potencializar o testemunho como acontecimento frente ao irrepresentável e ao desmentido.

Apresentamos, no terceiro capítulo, o Projeto Piloto das *Clinicas do Testemunho* desde a sua concepção até o período de exercício do 1º edital (2013-2015), como uma política pública reparatória disponibilizada pelo governo brasileiro através da Comissão de Anistia. Também discorremos acerca do pioneirismo de uma iniciativa clínico-política criada nos anos 1990 pelo dispositivo de direitos humanos - Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) - a Equipe Clínico Grupal do Rio de Janeiro. Com desdobramentos posteriores, esse trabalho clínico-político contribuiu para o amadurecimento da política de reparação psicossocial pesquisada neste trabalho.

No quarto capítulo, apresentamos as equipes clínico-políticas conveniadas à Comissão de Anistia. Como produto desta política de reparação simbólica, o acervo documental dos testemunhos disponibilizados em artigos, publicações e ferramentas audiovisuais que foram publicizados no decorrer da vigência do 1º edital, possibilitou o estudo das narrativas através dos dispositivos clínico-políticos que produziram e gerenciaram tal processo. Alguns autores e atores sociais contribuíram com o testemunho a partir de suas próprias experiências nas *Clinicas do Testemunho*, assim como os testemunhos dos sujeitos contemplados neste dispositivo clínico, fornecendo subsídios para a análise dos capítulos posteriores.

Conforme a metodologia histórico-documental (IVENICKI; CANEN, 2016), fizemos a análise dos documentos coletados ao longo da pesquisa tendo como suporte documental bibliografias dos insumos produzidos pelos membros das equipes clínicas conveniadas à Comissão de Anistia, dentre outras publicações financiadas pela comissão, os Relatórios Finais das clínicas conveniadas e das Comissões da Verdade, reportagens e vídeos publicizados contendo narrativas sobre as *Clínicas do Testemunho* e testemunhos de sujeitos contemplados pelo projeto. Com isso, dimensionamos os efeitos observados na clínica a respeito dos danos intergeracionais dos afetados diretos e seus familiares no plano micropolítico pelo silenciamento imposto socialmente - e dos efeitos transgeracionais no plano macropolítico pela impunidade e negacionismo dos agentes da repressão estatal; a experiência dos testemunhos na clínica privada e nas Conversas Públicas e Comissões da verdade; e as recomendações finais e desdobramentos da experiência piloto.

No quinto capítulo, apresentamos algumas narrativas de assistidos e coordenadores das Clínicas do Testemunho, coletadas em insumos audiovisuais, como cine-documentários protagonizados pelos testemunhos, e publicações destacando os ganhos proporcionados pela ampliação de suas narrativas do âmbito clínico privado para o âmbito público e político.

Por meio desta pesquisa, fomos movidos pelo desafio de dar visibilidade à memória dos testemunhos como resistência às políticas de esquecimento que ainda vigoram no país, mesmo que de forma ilegítima, haja vista que os setores mais conservadores não desistiram de promover o silenciamento e o distanciamento da sociedade brasileira perante sua própria história. Para tanto, apostamos na qualidade e riqueza dos testemunhos e dos insumos criados e produzidos pelas entidades conveniadas ao Projeto das *Clínicas do Testemunho* e que foram publicizados no decorrer do trabalho realizado no 1º edital.

Diante do exposto, potencializar o testemunho como acontecimento e instrumento de luta em uma sociedade vulnerável a desigualdades, traumas e esquecimentos, nos convoca a uma dimensão política de reinvenção, visto que os modelos representativos e identitários das categorias elencadas pelas políticas públicas reparatorias traduzem, de certa forma, as crises do contemporâneo, embora não forneçam elementos para sua superação.

CAPÍTULO 1 - LUTAS POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Existem lutas incessantes por verdade e justiça em detrimento do poder ao longo da história da modernidade, principalmente quando se rompe com as possibilidades de garantir o direito à vida e à dignidade humana de forma equânime. Deparamo-nos com certa contradição humana ao observarmos que a mesma sociedade que vislumbra a liberdade e os direitos fundamentais, além da ascensão ao desenvolvimento econômico e social, também produz barbáries, sendo complacente com o extermínio de coletividades indesejáveis.

Com suas devidas especificidades, a condição humana e a vida em sociedade têm sido objeto de estudo das Ciências Sociais. Concomitante ao desenvolvimento das sociedades modernas, desde os primórdios do capitalismo industrial, percebe-se um gradativo esvaziamento da história oral de pequenos grupos e coletivos, alterando significativamente as dinâmicas sociais, assim como a forma de se pensar a História e sua estreita relação com a Justiça e a Verdade.

Propomo-nos iniciar uma reflexão que possa traduzir os efeitos de certa economia de memória, ao considerarmos que o *quantum* de esquecimento, silenciamentos forçados e lembranças como resistência fazem parte de embates entre memórias históricas e memórias de coletivos.

Tendo-se em vista que um trauma social provocado pelo Estado, como extermínios, desaparecimentos forçados e tortura nos coloca em confronto com o indizível, consideramos relevante o questionamento dos efeitos destes choques que, ao longo e *a posteriori* de períodos totalitários de assassinatos em massa, provocaram silenciamentos e esquecimentos, comprometendo a memória coletiva por meio de aparatos discursivos hegemônicos.

Em relação ao contexto brasileiro, percebemos a ocorrência de discontinuidades de projetos políticos que, enquanto Estado-Nação, vivenciaram períodos de democracia e de totalitarismo. Referimo-nos aos jogos de poderes e de saberes produzidos ao longo de um tempo não linear e em constantes disputas, portanto, de jogos de poderes transitando jogos de memórias. Tais disputas evidenciam, por um lado, uma memória histórica influenciando a sociedade como uma memória oficial, tendo como porta-vozes o Estado e seus representantes e, por outro, as memórias daqueles que resistiram à violência de Estado durante os períodos de exceção de formas diversas, porém, com o adendo de terem sido silenciadas justamente

pelo descrédito social. O prejuízo social causado por essas estratégias do poder dominante ao promover políticas de esquecimento é incomensurável.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs (2003), precursor da concepção clássica da memória social, havia percebido a necessidade de diferenciá-la da memória histórica. Segundo ele, enquanto a primeira traduz uma multiplicidade de aspectos da esfera social por intermédio da oralidade, a segunda restringe-se a um registro discursivo hegemônico produzido pelos representantes do poder oficial, ou seja, pelo próprio Estado. O autor problematiza a artificialidade do conceito de memória histórica como representante de uma coletividade na medida em que busca congelar e eternizar um passado impossível de ser capturado por um discurso unívoco, enquanto que as memórias multifacetadas do social são espontâneas e circulam, se deslocam e transformam-se continuamente ao longo do tempo através do dinamismo de suas relações e de seus afetos. Contemporâneo da sociologia francesa de Durkheim, Halbwachs considera a memória coletiva como uma faceta dos laços sociais que são estabelecidos e reinventados de forma permanente, através da lembrança.

A concepção de laço social em Durkheim era problematizada por um viés mais pragmático, a de um declínio de solidariedade entre os indivíduos nas sociedades modernas. O sociólogo observava que os conflitos ideológicos e de classe produzidos pelo desenvolvimento opressivo do capitalismo industrial do século XIX interferiam nas relações de trabalho. Sua hipótese era a de que o trabalho também poderia propiciar formas de solidariedade, de afetividade e de coesão social (DURKHEIM, 1999). Em uma dimensão mais relacional da sociologia, Halbwachs buscava investigar a memória para além das proposições individualizantes da Psicologia da época, afirmando não existir, na íntegra, uma memória individual. Para ele, a memória é sempre social, pelo simples fato do ato de recordar acontecer através da interação com os outros. Tanto em sua forma factual quanto no sentido da evocação de uma lembrança, colocamo-nos sempre na perspectiva de nossas experiências sociais. A coesão social poderia ser considerada como um ponto de convergência entre os dois sociólogos, pois tanto o conceito de solidariedade em Durkheim como o de memória social em Halbwachs foram concebidos como formas de superação de conflitos.

Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o

termo que utiliza de "comunidade afetiva". Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva (POLLAK, 1989, p. 3).

Michael Pollak, sociólogo polonês que dedicou seus estudos ao pós-guerra, em especial, às narrativas dos testemunhos e sobreviventes do Holocausto, parte do pressuposto de que a memória é seletiva por natureza e sofre constantes flutuações e disputas, tendo elementos constitutivos tanto da memória individual como da memória coletiva. Segundo o autor, a memória individual desenvolve-se por intermédio dos acontecimentos vivenciados pela pessoa, ou seja, presencialmente, enquanto a memória coletiva decorre dos acontecimentos "vividos por tabela", influenciados pela coletividade à qual a pessoa sente pertencer, também se considerando as formas imaginárias de pertencimento (POLLAK, 1992, p. 201).

Partindo do pressuposto de que a memória é parcialmente herdada pelas influências socioculturais, Pollak faz uma ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade. Para ele, a imagem que uma pessoa constrói ao longo da vida sobre si e que apresenta aos outros é inerente à própria representação que faz de si mesma. O autor percebe a memória como "um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo em sua reconstrução de si" (*ibidem*, p. 204). Embora não considere que a identidade seja uma essência da pessoa ou de um grupo, Pollak observa que existe um elemento que escapa tanto ao indivíduo como ao grupo - o *Outro*.

Todo processo de construção da autoimagem envolve negociações constantes, mudanças e transformações em função das interações, sendo que os critérios de pertença a um grupo, de ser aceito por ele e de conquistar sua credibilidade se dão por meio de uma negociação direta com o(s) outro(s) e de forma contínua. "Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos diversos" (*ibidem*, p. 204-205, grifos do autor).

No plano macropolítico, Pollak concebe a memória nacional como história oficial, através de narrativas que traduzem um universo hegemônico, interpretadas e influenciadas pela classe dominante de forma intencional e organizada, direcionando de certa forma a

memória de um povo, embora também não seja isenta de disputas e conflitos sociais. Em contrapartida, o autor salienta um fenômeno recente nas sociedades contemporâneas: as *memórias subterrâneas*, por meio da insurgência de memórias de grupos minoritários na perspectiva de confronto com a memória oficial (POLLAK, 1989). De acordo com o sociólogo, através das memórias subterrâneas, muda-se o foco da memória clássica de “coesão social para os conflitos e disputas entre memórias” (LIFSCHITZ, 2014, p. 151).

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. [...] Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p.4, grifos do autor).

Segundo Pollak, tais fenômenos emergentes que vêm fomentando memórias subterrâneas tornaram-se evidentes em alguns contextos políticos pelo mundo afora, como foi o caso da *perestroika* na URSS, do *apartheid* na África do Sul, dos conflitos na Argélia, dentre outros, assim como nas ditaduras latino-americanas.

Essa memória "proibida" e portanto, "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades (POLLAK, 1989, p. 5, grifos do autor).

Dando ensejo à sutileza dos fios que entrelaçam poderes e memórias, a ponto de confundi-los a um só discurso, a exemplo de uma memória nacional, salientamos a necessidade de percebermos poderes e memórias de forma processual, geradoras de conflitos, lutas e resistência de grupos não contemplados pela história oficial.

Na esteira de Foucault, Gondar (2003, p. 32) enfatiza que “todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser

esquecido. [...] as lembranças e esquecimentos que tecem a memória não são simplesmente selecionados ou gerenciados pelo poder, mas são por ele fabricados”.

Em artigos posteriores, Gondar (2016) considera a pertinência de que a memória social também pode ser pensada sob outra perspectiva conceitual, de cunho transdisciplinar. Por se tratar de um conceito complexo, inacabado e em permanente construção, a autora defende a ideia de que a transdisciplinaridade da memória social decorre do fato de não se restringir a nenhum campo específico de conhecimento, propiciando o atravessamento de diversos campos de saber. São a partir desses encontros e atravessamentos de vida que podem ser gestados novos discursos, práticas e descobertas. Portanto, interlocuções entre memórias que dão contorno à vida social, política, cultural e clínica, diante de possibilidades narrativas como enfrentamento ao trauma de crimes desumanos, podem ser contempladas como campos abertos e de resistência ao esquecimento, abrindo-se caminho para novos matizes e contornos históricos. A memória social também pode ser considerada como um conceito ético e político, à medida que tal conceito, "produzido no presente, é uma maneira de se pensar o passado em função do futuro que se almeja" (GONDAR, 2016, p. 25).

Consideramos a pertinência de outras proposições de Gondar em relação à memória social, como o esquecimento e a memória. O esquecimento se integra à dinâmica do processo de memória, não sendo, portanto, uma oposição binária entre lembrar e esquecer, assim como a memória não se reduz ao conceito de identidade. Nesta perspectiva, a autora salienta que reconhecer *o esquecimento* como integrante na construção de memória “termina por colocar em discussão outras categorias a ele ligadas” (*ibidem*, p. 31), e a identidade seria uma delas. Embora existam várias formas de se conceituar identidade, a autora retoma a concepção de Pollak que, em sintonia com a visão da psicanálise clássica, define identidade como uma:

[...] imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem de si, a imagem que a pessoa adquire ao longo de sua vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, por acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 204).

Porém, Gondar reitera que a identidade não é um fenômeno meramente individual, pois também engloba os coletivos de uma sociedade, inclusive das nações, na medida em que constroem sua autoimagem. “Trata-se de um esforço constante, exigindo que se “esqueça” –

que se exclua, segregue ou recalque – tudo aquilo que se mostra em desacordo com a imagem que se tenta preservar” (GONDAR, 2016, p. 32, grifos do autor).

Esses embates entre lembrança e esquecimento vêm constantemente acompanhados por abstrações identitárias diante da intencionalidade de determinados grupos, implicando relações complexas e subjetivas e de teor político como os de poder e dominação, de resistência à opressão e à violência, assim como de denúncias e de reconhecimento. Existe, portanto, um dilema ao reduzirmos a memória à identidade, pois “quando a identidade é algo a ser preservado, a memória se encontra a serviço da manutenção do mesmo. E não raramente, por meio da violência” (GONDAR, 2016, p. 33).

Neste caso, Gondar faz um questionamento de como poderemos pensar as identidades sem as divisas simbólicas que as preservam enquanto fronteiras. Nesta perspectiva, a autora faz referência à proposta poética de Édouard Glissant (2005) que na esteira de Deleuze e Guatarri (1995), promove uma discussão acerca da diversidade no universo contemporâneo e em processo de desterritorialização.

Glissant faz uma distinção entre identidade raiz e identidade rizoma enquanto uma identidade-relação através da seguinte explicação:

A raiz única é aquela que mata à sua volta, enquanto o rizoma é a raiz que vai ao encontro de outras raízes. Apliquei essa imagem ao princípio da identidade, e o fiz também em função de uma [...] divisão entre culturas atávicas e culturas compósitas (GLISSANT, 2005, p.71 apud GONDAR, 2016, p. 34).

Por culturas atávicas compreendem-se as culturas que se organizam historicamente de forma estrutural, ao se fundamentarem pelos princípios da universalidade cultural e do território enquanto uma identidade raiz em seu modo de funcionamento social, “reivindicando uma espécie de permanência no tempo, uma legitimidade a ser preservada e um território a ser mantido ou ampliado” (GONDAR, 2016, p. 34); enquanto que, nas culturas compósitas, as culturas se mesclam e tornam-se híbridas à medida que se inter-relacionam e se deslocam. As comunidades nômades seriam um exemplo clássico, mas observamos que esse fenômeno de interação cultural sempre ocorreu em situações de crises políticas, de catástrofes naturais e de guerras, sendo também a expressão dos conflitos contemporâneos através dos processos migratórios, com suas devidas especificidades.

Portanto, a identidade-rizoma proposta por Glissant não se origina de um enraizamento fixo e uno, ao contrário, possui a capacidade de integrar-se ao diverso através de um movimento mais fluido, com várias direções possíveis. Nesse sentido, o autor questiona a

[...] concepção sublime e mortal que os povos da Europa e as culturas ocidentais veicularam no mundo; ou seja, toda identidade é uma identidade de raiz única e exclui o outro. Essa visão da identidade se opõe à noção hoje “real”, nas culturas compósitas, da identidade como fator e como resultado de uma criouliização, ou seja, da identidade como rizoma, da identidade não mais como raiz única, mas como raiz indo ao encontro de outras raízes (GLISSANT, 2005, p. 27).

Glissant observa que no mundo contemporâneo as culturas estão em contato permanente, promovendo transformações e mutações através de seus encontros, com efeitos e desdobramentos imprevisíveis. A esse processo nomeia de *crioulização*, que não deve ser confundido com a previsibilidade dos resultados de uma mestiçagem.

Referindo-se à concepção das identidades rizomáticas do pensador francês, Gondar reforça a ideia de que,

teríamos que reaprender a pensar com os nômades, os migrantes e os exilados, capazes de reconstruir linguagens, costumes e formas de arte unicamente a partir da memória. Não mais uma memória fincada na conservação do passado, e sim, uma memória de rastros e resíduos, porosa e aberta ao imprevisível (GONDAR, 2016, p.34).

Percebemos que após as cinco décadas do golpe de 64, as relações entre memória, verdade e justiça no Brasil vêm se dando de forma diferenciada de outros países do Cone Sul que também vivenciaram ditaduras. Sob o efeito de fissuras traumáticas de opressão e silenciamento, a sociedade brasileira ainda não conseguiu abrir-se à escuta necessária aos testemunhos dos legítimos porta-vozes de nossa memória política.

Porém, ao longo desta pesquisa tivemos a oportunidade de ter acesso a outros registros de memória, através da constatação da existência de uma rede de solidariedade entre os países latino-americanos durante esses tempos difíceis de perseguições políticas, torturas, desaparecimentos e de exílio. Por intermédio dos testemunhos, tivemos acesso a narrativas que nos aproximaram de experiências singulares, jamais encontradas nos registros históricos tradicionais, como um verdadeiro garimpo a ser redescoberto.

Embora tenhamos conflitos com esta temporalidade, principalmente diante dos efeitos transgeracionais do esquecimento em relação aos fatos ocorridos no passado e ao silenciamento social do momento presente, percebemos que o caminho de resistência deve acolher as dinâmicas entre o lembrar e o esquecer, somados ao desejo de prosseguir compondo mosaicos de memórias. As lutas democráticas recentemente conquistadas são relativizadas nos jogos de poder contemporâneos, anestesiando por vezes a sensibilidade humana de ir ao encontro com o(s) outro(s) e com o diverso como caminhos possíveis ao aprimoramento da alteridade num sentido rizomático.

Na contramão de nossa Carta Magna Constituinte, a tendência política de desmonte das políticas sociais em detrimento de um alinhamento com as regras impostas pelo capitalismo vigente em escala global, vem apresentando novas artimanhas discursivas que investem de forma excessiva na indústria da violência e do medo. Desta forma, ao mesmo tempo em que produz um clima de intolerância generalizada, a ponto de reduzir as lutas sociais por democracia a processos identitários distorcidos e massificados pelas mídias, o que se coloca em xeque, como num tabuleiro de xadrez, são os governos parlamentares democráticos comprometidos com o resgate de memórias e com a efetivação dos direitos humanos.

1.1 MEMÓRIAS EM DISPUTA NO BRASIL DITATORIAL

O golpe de Estado de 1964 ocorreu no Brasil em uma conjuntura política onde países vizinhos da América Latina também passavam por regimes totalitários. Embora fossem configurações políticas e culturais diferenciadas, havia práticas em comum: a tortura e o extermínio de civis considerados opositores ao regime autoritário. Através dos desaparecimentos sem deixar rastros, ocorria uma dupla e perversa negação política: aos familiares das vítimas, era violado o direito de enterrar os corpos de seus entes queridos, assim como o encobrimento e o silenciamento dos fatos ocorridos negava à própria sociedade o direito à verdade – afinal, era o próprio Estado quem estava matando e manipulando os processos discursivos a esse respeito. O lema nacional-desenvolvimentista “Brasil: ame-o ou deixe-o” encobria e distorcia a realidade, introjetando paulatinamente, no tecido social, a ideia de subversão sobre aqueles que resistiam à ditadura, e lançando, subliminarmente, a justificativa de caça aos comunistas.

O investimento massivo de uma ideologia anticomunista na política brasileira sempre teve um porta-voz bem claro – os representantes da classe dominante. O processo de controle hegemônico por parte da elite em relação ao destino do país sempre ocorreu de forma contundente, havendo estratégias de conveniência tanto nos períodos de regimes totalitários quanto nos períodos ditos democráticos. Para tanto, faz-se necessário traçar um breve panorama dos conflitos políticos que antecederam o golpe de 64.

No Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), foi realizada uma pesquisa histórica conjugada com o resgate das memórias orais, considerando-se as estruturas do Estado brasileiro diante das graves violações de direitos humanos, entre o período de 1946 a 1988. Foi precisamente nestes anos que ocorreram, de forma distinta, a promulgação de Constituições democráticas republicanas no Brasil, após períodos de autoritarismo.

A Constituição de 1946 foi posterior ao Estado Novo e vigorou até o golpe civil-militar de 1964. Embora a democracia durante este período ainda fosse frágil, ao considerarmos a permanência das políticas de segurança gestadas pelo Estado Novo, com a criação das polícias civil e militar, foi através da referida Constituição de 1946 que se garantiu a formação livre de partidos políticos, o equilíbrio entre os três poderes e as eleições livres, com a ressalva de proibir a legalidade dos partidos “que contrariassem o regime democrático” (BRASIL, 2014, p. 86).

Durante este período, o presidente em exercício Eurico Gaspar Dutra buscava o alinhamento com a economia norte-americana como um imperativo para a reconstrução global do capitalismo no pós-guerra, abrindo as portas para o capital estrangeiro no país e priorizando o incentivo às empresas privadas. Como consequência desta orientação política de importação livre de produtos estrangeiros, ocorreu o subdesenvolvimento da indústria nacional que, por sua vez, não tinha condições de competir com os produtos estrangeiros.

Importante ressaltar que houve resistência durante o governo Dutra por parte dos trabalhadores, tanto nas ruas quanto nas fábricas. As reivindicações eram bem claras: maior autonomia e liberdade para os sindicatos, o direito à greve e a criação de uma central sindical de trabalhadores. Outro fato importante foi o fortalecimento do Partido Comunista do Brasil (PCB), através de uma significativa votação nas eleições de 1946, deixando a classe dominante em alerta quanto aos possíveis rumos da política brasileira. Como resposta repressiva, em maio de 1947,

a histórica e dominante objeção das elites políticas aos comunistas fez com que o Tribunal Superior Eleitoral, por três votos contra dois, pusesse o PCB na ilegalidade. Em maio de 1946, o governo já havia determinado a demissão de funcionários públicos conhecidos como membros do Partido Comunista. Em 15 de abril de 1947, a Juventude Comunista teve suas atividades suspensas por um período de seis meses. Nesse mesmo dia, suspenderam-se as uniões sindicais e outras organizações similares, acusadas de serem controladas por comunistas, de funcionarem como organismos de cooptação e de buscarem desestabilizar a ordem vigente. Somente o Sindicato dos Metalúrgicos eliminou, em novembro de 1947, cerca de 900 comunistas do seu quadro de associados (BRASIL, 2014, p. 87).

Diante desta conjuntura política, o estreitamento do Brasil com os Estados Unidos ficou ainda mais visível. Após a cassação do PCB, o embaixador soviético teve que se retirar do país. Segundo a CNV, essas medidas repressivas oriundas do Legislativo foram acompanhadas por um significativo aumento da violência nas ruas.

Em 1949, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), com o intuito de estabelecer uma doutrina de segurança nacional alinhada aos EUA. Sob a égide de um binarismo ideológico representado pelos sistemas capitalista e socialista da época, diante de conflitos permanentes entre os EUA e a URSS, a ESG era liderada por militares brasileiros, com a estreita participação e influência de militares norte-americanos.

Portanto, o que caracterizou a gestão do presidente Dutra foi sua impopularidade e autoritarismo diante de sua visível inclinação a uma política de direita alinhada aos interesses da elite brasileira e, principalmente, às diretrizes econômicas do governo norte-americano. Neste sentido,

o que restara de franquias democráticas foi suficiente, no entanto, para ensejar a vitória de Getúlio Vargas na eleição seguinte. Capitalizando todo o descontentamento crescente em relação a Dutra, Getúlio volta ao poder, pelas urnas, sob a bandeira nacionalista. Mas os interesses norte-americanos já tinham cravado em solo brasileiro uma pesada âncora, de remoção difícil (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 56).

Após a gestão de Dutra, Getúlio Vargas venceu as eleições de 1950, ocorrendo um movimento contestatório por parte da oposição. O jornalista Carlos Lacerda tentou instigar um clima de ameaça às garantias constitucionais da democracia, com o apoio velado de alguns militares, configurando-se tensões e divisões institucionais. De acordo com a CNV, este processo de buscar incitar a desestabilização do país “seria uma característica fundamental da *Real politik* da década de 1950 e que viria a ter desdobramentos nos diversos

movimentos insurgentes iniciados por oficiais militares, culminando com o golpe de 64” (BRASIL, 2014, p. 88).

A oposição ao governo social e trabalhista de Vargas foi marcada por um clima de constantes conspirações através de manobras institucionais, em especial da oposição parlamentar (UDN-PL-PR-PDC). Em 1954, o líder da UDN Afonso Arinos entra com um pedido de *impeachment* do presidente ao Congresso Nacional, alegando “corrupção, conivência com atos criminosos e imoralidade” (*ibidem*, p. 90), junto a uma campanha nos meios de comunicação visando influenciar a opinião pública. Porém, a Câmara favorece a vitória de Vargas, com 136 votos contra o *impeachment* e apenas 35 a favor.

Vale salientar que o segundo mandato do governo Vargas manteve a ilegalidade do PCB. Em 1953, o presidente promulga uma nova lei de Segurança Nacional (Lei nº 1.802) que define os crimes considerados contra o Estado e a ordem social, cabendo à Justiça Militar o julgamento dos crimes contra a segurança externa, e os de segurança interna para a Justiça comum.

O novo governo de Vargas foi um contraponto ao seu predecessor, ao estabelecer um clima de maior tolerância, favorecendo a atividade sindical e as manifestações públicas, inclusive de “grupos de esquerda”. (...) para esses grupos, o nacionalismo oferecia uma bandeira legítima, perfeitamente adequada às suas formulações anti-imperialistas (BRASIL, 2014, p. 89).

Crise no governo Vargas

Foi a partir de 1953 que a oposição ao governo Vargas, representada por grupos políticos e militares mais conservadores, radicalizou suas ações. A divisão política ocorria devido à orientação mais nacionalista do governo em questão. Priorizando o desenvolvimento do país, Vargas criou a Petrobrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Eletrobrás, além do estabelecimento legal para tarifas e câmbios. Embora a sua política econômica tivesse o apoio do Congresso Nacional, o mesmo não se poderia dizer em relação aos governantes e alguns parlamentares.

Como resposta à grande mobilização popular organizada por trabalhadores e sindicatos através de greves que reivindicavam o aumento salarial, Vargas promoveu uma mudança no Ministério do Trabalho, nomeando João Goulart (Jango) como ministro. O desagrado da oposição foi instantâneo, com campanhas midiáticas que conferiam ao novo ministro o status de demagogo sindicalista e representante da classe operária rebelde. Esta

situação se agravou no início de 1954, quando Jango estabeleceu o reajuste do salário mínimo em 100%, beneficiando, em especial, os setores da indústria e do comércio. A classe empresarial se rebelou sob a alegação de não dispor de subsídios para este aumento, correndo-se o risco de uma grave recessão no país. Após dois dias da declaração da pretensão ao aumento salarial, um grupo composto por oficiais insatisfeitos com o governo levou a público (com 82 assinaturas), um documento redigido pelo tenente-coronel Golbery do Couto e Silva, o “Memorial dos Coronéis”, alegando que tal medida reforçaria a penúria das instituições militares assim como a economia do país. Alguns militares que participaram deste protesto estariam presentes em conspirações políticas posteriores, que tentariam impedir a posse dos presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Em agosto do mesmo ano (1954), o vice-presidente Café Filho tentou articular um movimento para a renúncia de Vargas, sendo sua proposta rejeitada. Posteriores tentativas da Aeronáutica e do Exército de pressionar a renúncia presidencial foram realizadas, culminando no manifesto de 27 generais do alto comando do Exército, dentre eles, o general Castelo Branco.

Como resposta a este contingente de pressões, no dia 24 de agosto o presidente Getúlio Vargas se suicida com um tiro no peito. A popularidade de Vargas garantiu que seu vice Café Filho assumisse o poder, postergando a tentativa de derrubar a Constituição vigente. Mesmo que de forma trágica, a morte de Getúlio Vargas conseguiu adiar o projeto golpista por mais uma década.

O ato inesperado desencadeou enérgicas manifestações populares em todo país, dirigidas contra símbolos da presença do capital norte-americano no Brasil. A indignação popular amedrontou a direita militar, que se viu obrigada a interromper sua conspiração e aguardar nova oportunidade (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 56-57).

Governo JK

Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da república em 1955, apesar das pressões sofridas pela oposição da UDN, que defendia, mais uma vez, um golpe parlamentar. Assim como fizera na eleição presidencial anterior, o referido partido contestou o resultado eleitoral.

Nesta situação, foram tropas do Exército que garantiram a posse presidencial.

O que havia de permanente era a existência de um núcleo importante dentro das Forças Armadas que reivindicava para si a legitimidade de intervir na vida pública, fora ou a despeito das normas constitucionais. Sublinhe-se aqui a notável continuidade de pessoal desse grupo, que não é de todo espantosa, dados os pequenos intervalos de tempo entre os diversos movimentos golpistas (BRASIL, 2014, p. 91).

Em fevereiro de 1956, alguns oficiais da Aeronáutica, inconformados com a posse de JK, saíram do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, e se dirigiram ao sul do Pará, na base aérea de Jacarandá, no intuito de organizar uma rebelião. Havendo pouca resistência, conseguiram aumentar um contingente de oficiais que aderiram ao motim que realizaram posteriormente nos aeródromos de Itaituba, Belterra e Santarém. Como resposta, o governo federal conseguiu reprimir a rebelião através de seus ministros militares do Exército, Aeronáutica e da Marinha.

Posteriormente, o presidente JK endereçou um anteprojeto ao Congresso, propondo a anistia de forma ampla e irrestrita a todos os envolvidos na rebelião, ou seja, de “todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram, inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores, nos movimentos revolucionários ocorridos no país” (BRASIL, 2014, p. 92), entre novembro de 1955 a 1º de março de 1956¹. A referida anistia concedida aos militares opositores ao governo também beneficiou os militares enquadrados de comunistas. Superando crises políticas, conspirações e insubordinações militares, Juscelino Kubitschek completou na íntegra o seu mandato presidencial.

Os golpes de 1961 e 1964

Na eleição democrática de 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente da república, sendo o seu vice, João Goulart (Jango). Sua primeira missão internacional foi de âmbito comercial, na China. Ainda em viagem, em 1961, foi surpreendido com a renúncia de Jânio Quadros, sendo designado pela Constituição Federal a assumir a presidência do país. Neste contexto, adversários civis e militares favoráveis ao governo democrático mobilizaram uma campanha nomeada *Campanha da Legalidade*, no intuito de garantir a posse de Jango.

¹Decreto Legislativo nº 22, de 23 de maio de 1956.

Em 25 de agosto, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, lançou um manifesto em apoio ao novo presidente. Na noite do mesmo dia, o marechal Henrique Teixeira Lott² divulga o seguinte manifesto à nação:

Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do Sr, ministro da Guerra, marechal Odílio Denys [...] de não permitir que o atual presidente da República, dr. João Goulart, entre no exercício de suas funções e, ainda, de detê-lo no momento em que pise no território nacional [...] sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação. Dentro desta orientação, conclamo todas as forças vivas da Nação [...] para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo, ainda, de que meus nobres camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da Pátria (BRASIL, 2014, p. 93).

No dia seguinte, 26 de agosto, três ministros militares - da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, respectivamente, general Odílio Denys, almirante Sílvio Heck e o brigadeiro Gabriel Grun Moss declararam *estado de sítio* no país, alegando a necessidade de contenção às manifestações públicas. Posteriormente, sob a ordem do ministro da Guerra, o general Lott foi preso e recluso na Fortaleza da Lage, no Rio de Janeiro.

Deste modo, duas acirradas disputas dividiam o país: da luta democrática encarnada em civis e militares a favor da legalidade da Constituição, também representados pelos movimentos sociais, em confronto com uma oposição oligárquica, autoritária e golpista, representadas por civis, militares e políticos conservadores, comprometidos com o modelo econômico do capitalismo hegemônico da época, ou seja, alinhados aos interesses norte-americanos.

Neste cenário, o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, antigo partidário dos projetos golpistas, promoveu uma dura censura aos meios de comunicação, mandando ocupar as rádios e os jornais mais progressistas. Tentando dar um ponto final à Campanha da Legalidade no Estado do Rio de Janeiro, o governador preservou apenas o seu próprio periódico – a *Tribuna da Imprensa*.

²O marechal Henrique Duffles Teixeira Lott foi Ministro da Guerra no governo JK, tendo liderado o contragolpe que tentou impedir a posse do presidente, em 1955, sendo, portanto, o responsável por sua manutenção no poder. Foi um militar influente, defensor da legalidade constitucional, do nacionalismo e da democracia.

Porém, a *Campanha da Legalidade* venceu no restante do país garantindo a posse do presidente João Goulart. Segundo a CNV, a tentativa de golpe em 1961 serviu de “ensaio geral para 1964” (BRASIL, 2014, p. 94). Embora os militares e apoiadores do golpe, mais uma vez, tenham declinado, conseguiram impor o estabelecimento do parlamentarismo, retirando parcialmente o poder do presidente da república.

Segundo os pesquisadores que participaram do Projeto da Arquidiocese de São Paulo, editado no primeiro livro de denúncia ao regime – *Brasil: Nunca Mais*, este período histórico da gestão de Jango, em especial, de 62 a 64, foi caracterizado pelo crescente fortalecimento das lutas populares. “A aceleração da luta por reformas estruturais ocorreu a partir do momento em que Goulart conseguiu, por meio de um plebiscito que lhe deu esmagadora maioria, derrubar o parlamentarismo impingido pelos militares” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 57).

O direcionamento das políticas de Jango intencionava a efetivação de reformas estruturais na base, tendo sido criada uma central sindical nomeada Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Foi também durante este período que ocorreram reajustes salariais compatíveis ao aumento da inflação, além do fortalecimento da representatividade dos trabalhadores do campo, sendo criadas as Ligas Camponesas, atingindo “em 1964, um total de 2181, espalhadas por 20 Estados” (*idem*, p. 58). A almejada Reforma Agrária, com efetiva participação popular, agravou ainda mais a animosidade das oligarquias conservadoras do país. Em meio a pressões das elites e à instabilidade do quadro político no Congresso, a oposição conseguiu impedir a execução do plano econômico proposto pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado, com seu Plano Trienal.

O governo norte-americano reforçou sua pressão ao governo de Jango, suspendendo qualquer apoio de ordem econômica ao país, exceto para os governadores opositores ao governo como Lacerda (RJ), Ademar Barros (SP) e Magalhães Pinto (MJ). Investindo em sua doutrina de segurança nacional, por intermédio do serviço de inteligência brasileiro, o patrocínio do governo norte-americano ao projeto de tomar o poder foi direcionado ao fortalecimento dos militares e dos grupos conservadores favoráveis ao golpe. Através de uma campanha ideológica disseminada pelos principais veículos de comunicação de se combater o inimigo interno do país - no caso, os comunistas - esta estratégia foi ganhando a adesão de segmentos mais conservadores da sociedade e de algumas instituições.

Em meio à intensificação da crise política, o estopim ocorreu no histórico comício de 13 de março realizado por Jango na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, junto a seus

ministros e alguns governadores, somando-se mais de 200 mil pessoas. Como uma clara atitude de resistência política, o presidente apresentou à nação suas propostas de reformas estruturais como resposta às principais reivindicações populares nas cidades e no campo, em especial, a reforma agrária.

Após este episódio, os militares organizaram o golpe com data e hora marcada. Ainda no mês de março, ocorreu o levante dos marinheiros e fuzileiros navais, no Rio de Janeiro. A essas alturas, “toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista”, realizadas pelo PSD, UDN e parte da Igreja Católica, ensejando as “marchas da família, com Deus, pela liberdade” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 59). No dia 1º de abril de 1964, a ação golpista torna-se bem-sucedida e sem resistência, submetendo o país a décadas de autoritarismo e extrema violência.

A ruptura de abril de 1964 resultou no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento através das Reformas de Base. A partir daí, foi implantado um modelo econômico que [...] revelou uma essência que pode ser resumida em duas frases: concentração da renda e desnacionalização da economia (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, p. 60).

O golpe civil-militar de 1964 consolidou-se como norma jurídica no dia 9 de abril por intermédio de um manifesto dirigido à nação, o Ato Institucional nº 1 (AI-1), derrubando definitivamente o governo democrático de João Goulart³.

Através do apelo de uma “Revolução vitoriosa” no país, o golpe de 64 justificou-se através da seguinte declaração:

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte [...] se legitima por si mesma.

[...] Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. [...] Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la apenas na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e

³O AI-1 foi publicado no Diário Oficial de 9 de abril de 1964, com a assinatura dos comandantes chefes das três armas: “general do Exército Artur da Costa e Silva, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald” (BRASIL, 2014, p. 94).

tomar as urgentes medidas destinada a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já havia se infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação ⁴ (BRASIL, 2014, p. 95).

1.2 CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE DE 1964

O golpe de 1964 foi o primeiro de uma série de golpes realizados na América Latina compreendidos *a posteriori*, como um projeto maior oriundo do serviço de inteligência norte-americano, o Plano Condor⁵, envolvendo o Brasil e os países vizinhos: Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia diante do cenário da Guerra Fria. Na década de 70, esses países “compartilharam dados de inteligência e realizaram operações extra-territoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados” (BRASIL, 2014, p. 220).

O modelo de regime autoritário adotado no Brasil teve algumas singularidades, através de uma repressão interna ao mesmo tempo em que se investia numa imagem de legalidade ao restante do mundo, sendo mantidas, em seu início, eleições diretas para governadores e parlamentares e eleições indiretas para a presidência nas mãos de uma junta militar como um imperativo necessário para se estabelecer a ordem. No entanto, diferia de outros golpes que centralizaram o poder em apenas um líder permanente, como foi o caso do Chile com Pinochet, e do Paraguai com Strossner.

Desta forma, a ditadura foi se moldando de acordo com as circunstâncias políticas e de conveniência dos militares, sempre atentos a um projeto maior de dominação em longo prazo. No governo do general Castelo Branco, o primeiro Ato Institucional - AI-1 - exonerou 10 mil funcionários públicos, assim como iniciou um processo de destituição de todos os parlamentares considerados opositores ao regime. Em uma estimativa de 378 atingidos, incluiu “três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); seis governadores de Estado, dois, senadores; 63 deputados federais e mais de três

⁴Retirado do texto do Ato Institucional nº 1, *Diário Oficial da União*, em 9/4/1964.

⁵“O encontro realizado no Chile dois anos após o golpe que, em 1973, derrubou Salvador Allende, o primeiro presidente socialista eleito em pleito democrático na América do Sul – é considerado a reunião de fundação da Operação Condor” (BRASIL, 2014, p.221).

centenas de deputados estaduais e vereadores” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 61).

Com o objetivo de coordenar os inquéritos policiais militares, o presidente Castelo Branco também instituiu uma Comissão Geral de Investigações (CGI) e o Serviço Nacional de Investigação (SNI), exercendo amplos poderes ao longo da ditadura brasileira. Após a derrocada nas eleições estaduais no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, foi instituído, em outubro de 1965, o AI-2. Através desse Ato Institucional, foram extintos os partidos políticos, conferindo ao poder executivo o fechamento do Congresso Nacional sempre que considerasse necessário. Daí em diante, passou a existir apenas dois partidos políticos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), este último como um suposto partido de oposição consentida. Neste período, as eleições para presidente tornaram-se indiretas estendendo-se “aos civis a abrangência da Justiça Militar” (*ibidem*, p. 61).

Com o AI-3, promulgado em fevereiro de 1966, as eleições para governadores dos Estados tornaram-se indiretas. No mesmo ano, o ministro da Guerra general Costa e Silva foi indicado para a sucessão presidencial, assumindo o poder em 1967. Assim, o “Brasil ganha uma nova Constituição, uma nova lei de Segurança Nacional e uma lei de Imprensa”, dando ensejo a um período “linha dura” da repressão (*ibidem*, p. 62).

Como consequência do endurecimento do regime, ocorreram algumas manifestações de protesto e de resistência por todo país, incluindo uma parte da classe média insatisfeita. Ressurgiram também as lutas operárias e os protestos nas ruas e nas escolas, culminando com a morte do estudante secundarista Edson Luís, na época com 18 anos.

Diante desta conjuntura, em dezembro de 1968 o governo instituiu o mais violento e repressivo Ato Institucional, o AI-5. Sem data definida para o seu término, foi considerado por muitos historiadores um golpe dentro de golpe, uma ditadura sem máscaras, paralisando por completo qualquer movimento oponente ao regime, restando como única alternativa de resistência a clandestinidade. Neste sentido, qualquer cidadão se tornou mais suscetível a ser alvo da repressão, podendo ser enquadrado em qualquer circunstância como inimigo interno do país.

Ao longo dos cinco primeiros anos do golpe civil-militar, as disputas nos quartéis tornavam-se cada vez mais acirradas, somando-se cinco Atos Institucionais. Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva teve que ser afastado de forma repentina sob a alegação de problemas de saúde. Esta situação foi considerada um tanto obscura, conhecida

posteriormente como um “Golpe Branco”, onde três ministros militares impediram a posse do vice-presidente civil, Pedro Aleixo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 62). Durante este processo conflituoso, o Congresso Nacional foi reaberto apenas para referendar o nome do general Emílio Garrastazu Médici para a presidência da República.

O general Médici assumiu seu mandato presidencial no ano seguinte, em 1969. Considerado o pior período da repressão, onde a tortura, os assassinatos e os desaparecimentos tornaram-se mais explícitos enquanto políticas de Estado, o novo presidente encarnou na íntegra a crueldade do regime, expondo a situação da ditadura brasileira também no exterior. Vale lembrar que Médici já havia chefiado o SNI como substituto do general Golbery. Não havendo mais como frear as denúncias realizadas pelos movimentos de resistência clandestinos, o país passou a chamar a atenção dos organismos internacionais pela prática indiscriminada de “torturas, perseguições, exílios e cassações” (*ibidem*, p. 63).

Violando totalmente a dignidade da pessoa humana, os órgãos de segurança conseguiram suprimir as lutas das organizações de resistência clandestinas. Os resultados das pesquisas da BNM confirmam que as denúncias dos organismos de direitos humanos durante o período do governo de Médici, a despeito das torturas, desaparecimentos e assassinatos infligidos aos opositores do regime, assim como as invasões de domicílio, foram desrespeitosas “aos direitos do cidadão e inobservância da própria legislação criada pelo regime” (*ibidem*, p. 63), com alto índice de torturas, assassinatos e de condenações.

Em novembro de 1969, o líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Mariguella foi assassinado em São Paulo em uma ação liderada pelo delegado Sérgio Fleury, sendo que, na mesma madrugada, padres dominicanos que ofereciam apoio logístico à organização clandestina também foram detidos a mando de Fleury (Operação Batina Branca). Em uma questão de dias, Frei Beto foi preso no Rio Grande do Sul, local estratégico no apoio ao exílio clandestino dos militantes da luta armada.

De acordo com a CNV a repressão passou a ser coordenada pela Operação Bandeirantes (OBAN), financiada por empresários para viabilizar suas operações, desdobrando-se posteriormente no “Destacamento de Operações e Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI)” (BRASIL, 2014, p.102). Segundo depoimentos realizados à CNV, no início de 1970, o líder-fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Mário Alves foi preso, torturado e morto nas dependências do quartel da polícia do Exército (DOI-CODI) do Rio de Janeiro, sendo que seu corpo nunca foi encontrado.

O primeiro sequestro bem-sucedido da ditadura brasileira foi do embaixador americano Charles Burke Elbrick. No dia 4 de setembro de 1969, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) — e a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, sequestraram o embaixador Elbrick em troca da libertação de 15 presos políticos. Elbrick ficou em cativeiro por mais de 70 horas em uma casa no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, alugada por um dos sequestradores, o jornalista Fernando Gabeira. Após a confirmação de que os presos políticos haviam desembarcado a salvo no México, os militantes libertaram o embaixador⁶ (GABEIRA, 1996).

Após o sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi, em São Paulo, realizados pelos militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em troca da libertação de 5 presos políticos, o general Médici faz a seguinte declaração em rede nacional: “Haverá repressão sim. E dura e implacável. Mas apenas contra o crime e só para os criminosos” (BRASIL, 2014, p.103).

As Forças Armadas desmantelaram o foco da guerrilha implantada por Carlos Lamarca no Vale do Ribeira, em São Paulo. Como resposta, militantes da VPR sequestram o embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, em troca de 40 prisioneiros políticos. Esta operação foi bem-sucedida, visto que o embaixador foi libertado após os presos serem direcionados para a Argélia. Em dezembro do mesmo ano, Carlos Lamarca lidera o último sequestro, desta vez do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. “Dessa vez, o governo brasileiro foi mais duro e prolongou a negociação, recusando condições como a leitura de um manifesto” (*ibidem*, p.103). No início de 1971, o embaixador foi libertado em troca de 70 presos políticos que se exilaram no Chile.

Foi também durante o governo Médici que ocorreu o emblemático desaparecimento de Stuart Angel Jones, filho da famosa estilista Zuzu Angel. De acordo com relatos de companheiros de militância, Stuart foi torturado até a morte no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), localizado na base aérea do Galeão, sob o comando do brigadeiro João Paulo Burnier. O desaparecimento do jovem militante teve repercussão

⁶ Alguns sequestradores foram presos e libertados. Virgílio Lopes da Silva (o Jonas, comandante da operação) e Joaquim Câmara Ferreira (o supervisor Toledo), ambos da ALN, morreram torturados na prisão. Outros participantes, presos, foram exilados ano seguinte em consequência de ações semelhantes e só voltariam ao país após a anistia, em 1979. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/em-setembro-de-1969-embaixador-dos-estados-unidos-foi-sequestrado-no-rio-9195228#ixzz5FcTzMplp>>. Acesso em 20/11/2017.

internacional, graças à incansável pressão e denúncia de sua mãe ao governo brasileiro. Em meio ao agravamento da crise política deste período, o brigadeiro Burnier foi demitido.

Porém, a repressão à luta armada continuou suas operações, ocasionando o assassinato de Carlos Lamarca em setembro de 1971, no interior baiano, mobilizando mais de 200 homens da Polícia Federal e das Forças Armadas. A essas alturas, os principais líderes da luta armada já haviam sido eliminados, ou presos e exilados, com os grupos de resistência armada desmontados.

No ano seguinte, o Exército brasileiro inicia o desmonte da Guerrilha do Araguaia organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), localizado entre as fronteiras dos Estados do Maranhão, Pará e Goiás, às margens do rio Araguaia. Toda esta área foi declarada pelo governo zona de segurança nacional, ocorrendo uma verdadeira chacina no local, atingindo também os camponeses. O exército brasileiro levou dois anos para concluir a missão de eliminar todos os guerrilheiros.

Durante todo o regime, a tortura nunca deixou de ser praticada pelos agentes da repressão, mesmo com a eliminação dos principais grupos de luta armada. O sistema repressivo apenas aperfeiçoou suas estratégias de intimidação aos opositores do regime, atingindo “sobretudo, grupos ou instituições que procuravam organizar as classes populares: sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, associações de moradores em bairros pobres e ainda o trabalho dos padres e religiosos junto a esses grupos” (BRASIL, 2014, p.104).

Nos anos seguintes, tornam-se mais evidentes o declínio institucional do regime do “milagre econômico”, agravados principalmente pela crise do petróleo. Foi neste contexto que assumiu o general Ernesto Geisel, escolhido pelo próprio presidente Médici para a sua sucessão. Preconizando um discurso de reabertura política de forma gradual, o seu governo “não atenuaria a manutenção da repressão e as graves violações de direitos humanos [...] com 54 desaparecimentos políticos, o maior número do regime” (BRASIL, 2014, p. 104).

No governo de Geisel, foi a vez da perseguição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1975, dezenas de militantes foram presos e torturados, com alguns líderes torturados até a morte e posteriormente desaparecidos, como foi o caso de “David Capistrano da Costa, Luiz Ignácio Maranhão e Walter de Souza Ribeiro, dirigentes do PCB” (*ibidem*, p. 105).

Outro fato que chocou a opinião pública foi a morte do diretor-responsável pelo departamento de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, Vladimir Herzog. Ao ser acusado

em ter ligações com o PCB, foi convocado a prestar depoimento no DOI-CODI de São Paulo, tendo a sua morte divulgada nos principais meios de comunicação como um suposto “suicídio”, com uma fotografia nada convincente de seu corpo morto por enforcamento.

A morte de Herzog provocou uma grande comoção pública, havendo greve por parte dos estudantes e professores da Universidade de São Paulo durante três dias, o “Sindicato dos Jornalistas declarou-se em sessão permanente para exigir a abertura de inquérito e a OAB protestou no mesmo sentido. O cardeal de São Paulo, D. Evaristo Arns, conduziu um serviço fúnebre ecumênico com grande participação popular” (BRASIL, 2014, p.105), todos reunidos dentro e fora da Catedral da Praça da Sé.

Em um curto espaço de tempo, ocorreu outro crime hediondo no DOI-CODI, vitimando o metalúrgico Manoel Fiel Filho, sob a mesma alegação de suicídio, impactando novamente a opinião pública e aumentando a pressão no ambiente militar. Em seguida, Geisel destituiu o comandante do II Exército, general Ednardo D’ávila Mello. Outra operação realizada pelo DOI-CODI, desta vez em uma reunião clandestina do PCB em uma casa no bairro da Lapa, em São Paulo, causou a morte de Pedro Pomar e Angelo Arroyo. A morte de João Batista Franco Drumont, que fora detido no local, foi anunciada pouco tempo depois, sob a alegação de ter sido atropelado ao tentar fugir.

De acordo com a BNM, com o tensionamento das Forças Armadas diante de tantas mortes “não se registraram novos assassinatos durante os interrogatórios, embora as denúncias sobre tortura continuassem presentes” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 66). As ações repressivas passam a funcionar na clandestinidade.

Em dezembro de 1977, o presidente Geisel⁷ anuncia como seu sucessor, o chefe do SNI durante o seu governo, general João Baptista Figueiredo, apresentando esta indicação formalmente durante o congresso nacional da ARENA, com o nome do governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, como seu vice. Como manobra para a transição política, o governo envia ao Congresso a proposta da Emenda Constitucional n°11, aprovada posteriormente pelo Congresso em outubro de 1978. Através desta emenda, o AI-5 é extinto, embora fossem permitidas novas medidas de emergência ao governo substituto, conferindo amplos poderes ao Executivo.

⁷Conforme os dados da pesquisa BNM, Geisel finaliza o seu governo com uma lista que registrava desde 1964, “aproximadamente 10 mil exilados políticos, 4.682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, 245 estudantes expulsos das universidades por força do Decreto 477, e uma lista de mortos e desaparecidos tocando a casa de três centenas” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 68).

O general João Baptista Figueiredo tomou posse em 15 de março de 1978, realizando integralmente um mandato de seis anos. Devido à pressão de alguns movimentos populares que reivindicava uma anistia política para o país, Figueiredo encaminhou ao Congresso (três meses após ser empossado) uma proposta de Projeto de Lei para Anistia.

Por volta de 1978,

começam a proliferar, em todo o país, Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) que lançam uma campanha por Anistia ampla, geral e irrestrita, defendem os presos políticos que reagem às duras condições carcerárias com repetidas greves de fome, e ainda sistematizam denúncias sobre torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p.67).

Em 28 de agosto de 1979, o governo sanciona a Lei da Anistia (nº 6.683). Porém, ao ter encaminhado a sua proposta de lei ao Congresso, em nenhum momento foi mencionado o movimento social pela Anistia, ocorrendo uma verdadeira inversão aos propósitos da demanda popular de uma *anistia ampla, geral e irrestrita* por uma *anistia suficientemente ampla, gradual e restrita*.

A mensagem do presidente endereçada ao Congresso inicia da seguinte forma:

Chegou o dia de encaminhar ao Congresso o projeto de Lei aos que hajam cometido crimes políticos ou conexos. Na sua amplitude, o projeto restaura os direitos políticos suspensos. Reintegra na vida partidária todos os que dela haviam sido afastadas por crimes políticos. Prevê a possibilidade de reversão ou retorno ao serviço ativo dos servidores públicos dele afastados em virtude de ato revolucionário
[...] Só se excluem da anistia os condenados pela Justiça Militar, em razão de práticas de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal [...] (FIGUEIREDO, 1979 apud INDURSKY, 2014, p. 220-221).

Fica claro, desta forma, que a lei da anistia serviu como escudo protetor aos agentes de Estado que praticaram os crimes de assassinato, desaparecimentos forçados e tortura, descartando a possibilidade de se anistiar os militantes que participaram das organizações clandestinas como forma de resistir ao terrorismo provocado pelo próprio Estado.

1.3 MOVIMENTOS PELA ANISTIA

Historicizar o processo da anistia política no Brasil não nos parece uma tarefa simples. Percebemos a luta pela anistia como um campo complexo e polissêmico envolvendo vários atores sociais com motivações diferenciadas, tendo como ponto de convergência a recuperação das liberdades fundamentais, políticas e democráticas. O percurso para se chegar a essas memórias e de ser fidedigno aos que lutaram e resistiram ao terrorismo de Estado foi bastante desafiador. Para tanto, os testemunhos e as narrativas orais são imprescindíveis para se tentar remontar a este processo histórico.

Movidos pelo objetivo de ampliar os processos reparatórios e partindo do pressuposto de que não há reparação sem memória, a Comissão da Anistia investiu em pesquisas que conjugassem os registros históricos com as memórias coletivas. Foi seguindo esses critérios que foi desenvolvido o projeto *História Oral da Anistia no Brasil*, em parceria com as universidades federais de três Estados brasileiros: de Pernambuco (UFPE), do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Rio de Janeiro (UFRJ).

Segundo a coordenadora do núcleo de pesquisa da região Sudeste, Maria Paula Araújo (2012), o resultado final das pesquisas realizadas pelas universidades faria parte do acervo sobre a memória política do país e seriam reunidos posteriormente no Memorial da Anistia, em Belo Horizonte. O objetivo maior da pesquisa foi o de promover o registro dos testemunhos orais dos atores envolvidos no movimento pela anistia⁸, como os afetados pela ditadura, perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, ex-exilados e pessoas que se engajaram desde a década de 1970 nos principais comitês criados pela anistia, como o Comitê Feminino pela Anistia e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), além dos militantes de direitos humanos, dos movimentos sociais e de parlamentares opositores ao regime.

Observamos também que, através dessas lutas, vários coletivos ressurgiram a princípio de forma clandestina, sendo em seu conjunto parte de um processo de organização e de amadurecimento enquanto movimentos de resistência que, ao longo de um tempo, se integraram à luta pela anistia e pela redemocratização do país, ou seja, um fenômeno político

⁸Os registros realizados pelas universidades em forma de depoimentos “foram gravados, filmados e transcritos” (ARAÚJO, 2012, p.174), desdobrando-se em publicações, seminários e acervos audiovisuais sobre a memória política do país.

de luta pelos direitos humanos concomitantes aos movimentos de resistência que também surgiam em outros países da América Latina, que também sofriam ditaduras.

Como elemento chave para o projeto de resgate dos testemunhos orais, os pesquisadores acadêmicos partiram da premissa de que os estudos sobre o processo da anistia em nosso país são fundamentais para buscarmos compor, mesmo como uma colcha de retalhos, espectros de memórias que favoreçam maior compreensão de uma história política fragmentada e distorcida por esquecimentos produzidos. Trazer este tema para a atualidade através do campo da palavra e do testemunho foi, portanto, um ato também de resistência ao silenciamento social, tão doloroso para aqueles que vivenciaram integralmente esses tempos sombrios⁹.

Durante o período da repressão, o Estado brasileiro utilizou indiscriminadamente práticas de tortura, desaparecimentos forçados e perseguições políticas, aumentando ao longo dos anos a sua lista de inimigos internos do país. Bastava ser contrário ao regime para se ganhar o status de comunista, subversivo ou terrorista, propagando o terror e o medo em toda sociedade. Em menos de uma década, de 64 ao início dos anos 70, os principais movimentos de esquerda já haviam sido pulverizados, os parlamentares opositores cassados de seus mandatos e os aparelhos clandestinos extintos e/ou eliminados. Suas lideranças eram, em sua grande maioria, a juventude da época.

A partir dos anos 70, as lutas passaram a aglutinar os familiares dos desaparecidos e perseguidos políticos, a começar por suas mães. Assim como as conhecidas *Madres de Plaza de Mayo*, movimento iniciado desde 1976, na ditadura Argentina, as mães brasileiras também se uniram diante da dor que as acompanhava. A princípio, sem pretensões políticas ou ideológicas, essas mães queriam seus filhos e companheiros de volta e exigiam uma explicação do Estado brasileiro pelos desaparecimentos. Foi diante deste cenário que surgiu inicialmente o Movimento Feminino pela Anistia.

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) surgiu em 1975 em São Paulo, constituído em sua maioria por mães, aglutinando esposas e irmãs de desaparecidos políticos e dos atingidos pelo regime através das perseguições políticas, dos aprisionamentos e do exílio, tendo como principal objetivo exigir do Estado brasileiro a reintegração social dos

⁹O resultado da referida pesquisa foi posteriormente editado no livro *Marcas da memória: história oral da anistia o Brasil*. MONTENEGRO, Antonio T., RODEGHERO, Carla S., ARAÚJO, Maria Paula, 2012.

atingidos diretos pela ditadura. A principal liderança desse movimento foi Terezinha Zerbini, ex-presa política e esposa de um militar preso e cassado pelo regime.

De acordo com a historiadora e ex-presa política Jessie Jane Vieira de Souza, tratava-se de um movimento “voltado particularmente para o exílio e para aqueles [...] que tivessem sido expulsos das Forças Armadas ou de seus postos de trabalho” (SOUZA, 2011, p.199). Porém, havia certo desconforto em representar os presos políticos enquadrados e condenados pela Lei de Segurança Nacional, geralmente por militantes que fizeram parte da luta armada.

A concepção de luta pela anistia desse movimento tendia a uma reconciliação da nação consigo mesma, com um discurso que se coadunava de certa forma com a ideologia da segurança nacional, na medida em que também preconizavam a paz nacional e a reconciliação da nação. O MFPA direcionava o seu discurso para três questões que consideravam fundamentais: “na anistia como reconciliação da família brasileira, na tradição nacional em conceber anistias e, finalmente, o papel das mulheres na construção da paz” (*ibidem*, p. 200), pressupondo o esquecimento para se alcançar a almejada paz.

Salientamos que, nesta época, o presidente em exercício era Ernesto Geisel, que já propunha um processo de distensão lento e gradual, tendo como articulador político o general Golbery de Couto e Silva. Também era o Ano Internacional da Mulher -1975, instituído pela campanha da Organização das Nações Unidas. Desta forma, as mulheres do MFPA souberam oportunizar o contexto da época, aproveitando as lacunas políticas fornecidas pelo próprio regime, tendo sido fundamentais ao processo de redemocratização do país.

Este movimento feminino não deve ser compreendido como um movimento feminista. Segundo Souza (2011), surgem neste período outros movimentos de organizações feministas que posteriormente se integrariam na luta pela anistia, como foi o caso do *Jornal Brasil Mulher*, que buscava dar visibilidade às reais condições das presas políticas nas prisões brasileiras, publicando cartas, entrevistas e poesias das mesmas. A autora reconhece a importância histórica do MFPA na campanha pela anistia, mas ressalta que esse movimento também produziu dissensos devido ao estigma que ajudou a criar em relação aos integrantes da luta armada. Desta forma, foram evidenciadas as divergências entre os grupos de esquerda, ocorrendo, por conta disso, a criação de um Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) em 1978.

A base da constituição dos CBAs estava naqueles militantes que foram soltos ao longo da década e que, de alguma maneira, continuaram visitando presos ou militando nos movimentos sociais. [...] Contudo, naquela

conjuntura, não se tratava mais de consolidar uma rede de solidariedade aos presos, mas de politizar o espaço das prisões e fazer com que as negociações – que estavam sendo gestadas nos gabinetes – fossem questionadas para que viessem a público. Para esses militantes, não era aceitável uma anistia que pactuasse com o regime, que não fosse um instrumento de justiça e que não trouxesse garantias realmente democráticas para todos (SOUZA, 2011, p. 204).

As CBAs se pautaram por três eixos fundamentais para a luta pela anistia:

- O reconhecimento pelas mortes e desaparecidos;
- A responsabilização dos agentes do Estado pela tortura;
- A não reciprocidade.

A ditadura militar nunca reconheceu sequer a existência dos presos políticos, muito menos os crimes cometidos de tortura, mortes e desaparecimentos, sendo estas reivindicações um verdadeiro tabu para os representantes do regime.

As CBAs se espalharam em várias cidades brasileiras, atuando de forma intensa nas pesquisas e na organização de dossiês que denunciassem a quantidade dos aparatos repressivos, contemplando “o número de mortos, desaparecidos, exilados. [...] trabalhavam freneticamente para produzir contrainformação que fizesse frente às informações veiculadas pela grande mídia” (SOUZA, 2011, p. 206).

As CBAs também atuaram na organização de congressos nacionais e internacionais, tendo tido um grande destaque na realização do Congresso de Roma, aglutinando representantes dos comitês do Brasil e do exterior, culminando nas “seguintes palavras de ordem: pelo fim da tortura; pelo dismantelamento do aparelho repressivo, pelas liberdades democráticas; em defesa dos direitos humanos”. Este movimento ficou conhecido como “memória da conciliação” (*ibidem*, p. 206). Conforme a historiadora,

compreendo o tema da anistia como processo político historicamente construído, fundamental para que possamos forjar uma cultura política baseada no respeito aos direitos humanos e, nessa dimensão, continua em aberto como alvo de intensas disputas no campo da memória histórica e da cultura jurídica no Brasil (SOUZA, 2011, p. 192).

1.4 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL:

O conceito de Justiça de Transição surgiu em 2004 no âmbito internacional, a partir de um relatório realizado pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e entregue ao seu Conselho de Segurança com o intuito de resgatar a justiça através do restabelecimento da democracia dos países que passaram por regimes de exceção. Kofi Annan define como justiça de transição:

[...] o conjunto de processos e mecanismos associados às tentativas da sociedade em chegar a um acordo quanto ao grande legado de abusos cometidos no passado, a fim de assegurar que os responsáveis prestem contas de seus atos, que seja feita a justiça e que se conquiste a reconciliação (ANNAN, 2009, p. 325).

Segundo Abrão e Torelly (2011), o Brasil não comporta todos os estágios necessários a uma justiça de transição plena, tendo sido algumas medidas implementadas de forma tardia em relação aos países latino-americanos. O processo de justiça de transição deve estar compromissado com o restabelecimento da democracia de sociedades que sofreram rupturas geradas por regimes autoritários, estabelecendo como principais critérios: a reparação; o fornecimento da verdade e a construção da memória; a regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante a lei; e a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos.

Em relação aos quatro critérios apresentados, verificamos que a justiça de transição brasileira tem se estruturado pelo processo de reparação, apesar da pouca demanda da sociedade civil pela justiça transicional em sua amplitude. A limitação dos avanços está relacionada com a desigualdade dos interesses entre os três poderes, pois “boa parte das iniciativas transicionais partiu do Poder Executivo, sendo a participação do Legislativo, geralmente, “a reboque” do Executivo, e a do Judiciário, historicamente quase nula” (ABRÃO; TORELLY; 2011, p. 227-228).

No auge da luta pela anistia, houve bastante resistência e mobilização em várias iniciativas sociais de forma organizada, como foi o caso do MFPA e dos CBAs, de parlamentares que faziam oposição ao regime, de ex-presos políticos, da imprensa alternativa, de pessoas que passaram pelo exílio e, principalmente, do protagonismo dos familiares das vítimas. Ainda em uma época de muita repressão, o insurgente movimento da anistia

mobilizou a sociedade através de passeatas públicas, produzindo manifestos reivindicando o restabelecimento da anistia política e da democracia. Porém, a proposta original da sociedade para o estabelecimento da anistia foi derrotada no Congresso Nacional, com a promulgação da Lei de Anistia pelos ditames do militar Figueiredo.

Com o passar dos anos, a sociedade brasileira afastou-se do tema da anistia, ocorrendo o esvaziamento das lutas, fruto de uma desarticulação enquanto movimento social e também como reflexo de uma bem-sucedida política de esquecimento, promovida principalmente pelas configurações políticas do fim da ditadura. Foi realizada uma transição sob controle, pois foram os próprios generais que articularam uma *anistia lenta, gradual e restrita*, pactuada com a elite de forma burocrática, assegurando o esquecimento dos fatos ocorridos durante o regime e a impunidade dos agentes de Estado que praticaram os crimes. Houve, portanto, uma imposição ao silenciamento, tendo em sua base o conceito de perdão, reduzindo as possibilidades subjetivas de reconciliação com esse passado. Neste sentido, a justiça de transição brasileira vem perpassando por constantes disputas entre o esquecimento e o reconhecimento, apesar dos avanços reparatórios empreendidos pela Comissão de Anistia nos últimos anos.

Desta forma, o processo da política transicional brasileira tem sido complexo diante de sua incompletude. Embora o país tenha avançado em políticas reparatórias de cunho pecuniário e moral, o mesmo não podemos afirmar em relação às suas instituições jurídicas, ao conservadorismo de seus representantes assim como dos pequenos grupos hegemônicos da sociedade que, historicamente, controlam os demais. O *status quo* da violência estatal atualiza-se à medida que se perpetua a legitimação e a criminalização dos grupos indesejáveis ao poder dominante. Afinal, não existe, até o presente momento, nenhum avanço em relação à responsabilização dos idealizadores e colaboradores do regime, muito menos de seus agentes de segurança enquanto perpetradores da violência estatal. E como efeito desta seletividade, a impunidade ainda se faz presente e de forma naturalizada em nossa sociedade. Consideramos que um dos grandes êxitos das políticas de esquecimento após a ditadura se deu de forma estratégica através do silenciamento e da alienação social, de modo a fragmentar a memória política do país, possibilitando a despolitização das gerações posteriores.

Baggio (2014) propõe uma análise acerca do processo de justiça de transição brasileira sob a luz das teorias de redistribuição e reconhecimento propostas respectivamente por Nancy Fraser e Axel Honneth (2006), de modo a problematizar os limites e as possibilidades de seu processo por três vertentes: 1) estabelecendo a relação entre reconhecimento e justiça de

transição; 2) traçando os limites do processo de justiça de transição e 3) apontando possibilidades de superação de tais limites ao se buscar uma transição como uma política de reconhecimento, levando-se em conta as potencialidades existentes nas especificidades das ações implementadas pela Comissão de Anistia desde sua criação, considerando-se também as dimensões da transição política fora do escopo de sua competência.

Embora haja diferenças conceituais entre os autores contemporâneos Fraser e Honneth, ambos trabalham com a ideia de reconhecimento no contexto da Teoria Crítica de Hegel, tendo como ponto de convergência, a insuficiência da distributividade como um impeditivo para se efetivar a justiça. O *ter* em detrimento do *ser* é o que se valoriza em uma perspectiva distributiva. Deste modo, Baggio faz o questionamento de que o direito deve considerar as relações sociais, visto que “direitos não são coisas” (2014, p.6), de modo a assegurar a inclusão das pessoas sem reduzi-las apenas aos aspectos materiais e mensuráveis do acesso aos direitos. Reconhecer o que as pessoas ou coletivos dizem de si a despeito de violências infringidas pelo Estado, aquilo que reivindicam como um direito cidadão e o *que* e *como* testemunham - são percursos necessários à efetivação de uma justiça de transição.

Enquanto Honneth ressalta que a má distribuição ou a falta de acesso igualitário a determinados bens e à própria justiça sejam reflexos de um desrespeito social e de falta de reconhecimento, Fraser observa que as demandas distributivas são sempre acompanhadas pelas demandas por reconhecimento, configurando-as como faces opostas da mesma moeda.

Embora o aprofundamento destas teorias não seja o foco desta pesquisa, salientamos a pertinência do conceito de reconhecimento em Honneth (2003). O autor enfatiza como categorias de reconhecimento o amor, o direito e a solidariedade como valores compartilhados em sociedade, pois são estes elementos que favorecem a valorização desses sujeitos históricos. Ao lhes proporcionar uma imagem positiva de si mesmos, estas categorias contribuem também no processo de integração social. A recusa dos elementos favoráveis ao reconhecimento é justamente o que se busca superar em uma justiça de transição.

Portanto, as políticas de reconhecimento fazem parte do paradigma almejado no presente por todos aqueles que ainda resistem ao esquecimento e lutam pela afirmação de suas memórias, pela verdade e pela justiça. Por meio da integração social, deve-se buscar a valorização dos sujeitos em suas relações intersubjetivas, como atores sociais de relevância ao processo de resgate histórico através de seus testemunhos, ou seja, do reconhecimento como fundamental ao “processo de construção de uma sociedade moralmente justa” (BAGGIO; MIRANDA, 2013, p. 283).

Como uma prioridade para as políticas de reconhecimento no processo de transição, destacamos os perseguidos políticos e seus familiares que vivenciaram o trauma da violência extrema de tortura, assassinatos, desaparecimentos e perdas materiais e morais que, de forma significativa, comprometeram o acesso aos direitos fundamentais enquanto cidadãos brasileiros, como o de afiliação, de pertencimento social e como atores políticos que resistiram ao regime em defesa da democracia, pois, na condição de vítimas, estas pessoas foram forçosamente distanciadas de suas identidades e reduzidas ao status de subversivas e terroristas, rotuladas de forma negativa como *traidores da pátria*, não sendo reconhecidas em suas lutas.

Na qualidade de testemunha como ex-presa política e afetada pela violência de Estado, Cecília Coimbra nos fornece um panorama histórico destes tempos sombrios da ditadura brasileira em um livro patrocinado pela Comissão de Anistia, através do Projeto Marcas da Memória, intitulado *68 A geração que queria mudar o mundo: relatos*:

Histórica e socialmente, a não “publicização” e a não responsabilização produzem uma dupla violação: além da que foi sofrida – se nenhuma atitude for tomada por parte do afetado e/ou autoridades – a pessoa continua no dia a dia sendo violentada. O desrespeito pela falta de investigação e esclarecimento dos fatos e a falta de “publicização” e responsabilização significam uma nova brutalidade. Não é por acaso que alguns atendimentos clínicos a pessoas afetadas pela violência institucionalizada articula-se com a luta contra a impunidade e têm um caráter pedagógico social (COIMBRA, 2011, p. 47, grifos da autora).

Após longo período de regimes ditatoriais de extrema violência, percebemos que nenhuma sociedade fica ileso: há de se considerar que estamos retratando uma conjuntura de traumas sociais (ORTEGA MARTINEZ, 2011) que atravessam um tempo histórico e que reverberam nas gerações que seguem e herdaram os efeitos deste silenciamento. O não dito alimenta o esquecimento, embora os gritos da violência ninguém consiga calar. Ao constatar que muito de seus efeitos sejam da esfera do indizível, marcas e memórias traumáticas disputam algum tipo de inscrição.

CAPÍTULO 2 - CONCEPÇÕES ACERCA DO TRAUMA

Vislumbrar algumas possibilidades narrativas que nos convoquem a uma reflexão acerca dos efeitos de um silenciamento histórico, frente a memórias interrompidas por experiências traumáticas de tortura e aniquilamento social produzidas por agenciamentos de governos ditatoriais, nos coloca em confronto com o indizível e o irrepresentável – tanto para a elaboração das vítimas quanto para a elaboração da memória social da comunidade afetada.

No intuito de fornecer algum suporte ao início de uma discussão de contorno plural e transdisciplinar, consideramos a importância de compreendermos o trauma para além de sua dimensão individual e psicológica estrita. Para tanto, a contribuição de alguns autores, como Ortega Martínez (2011), que redimensionam o trauma para o campo social, diante de situações de crimes de lesa-humanidade, podem ser paradigmáticas para contextualizarmos as fissuras traumáticas dos períodos moderno e contemporâneo em regimes de exceção.

Diante do exposto, nos perguntamos como se dão as relações e tensionamentos entre memórias e jogos de poder no Brasil contemporâneo em relação à história do período militar instaurado em 1964? Como a clínica psicológica poderá contribuir, a partir dos depoimentos das testemunhas, plenos de expressões fragmentadas e de excessos, para o enfrentamento de uma conjuntura social e política de desmentido acerca de situações traumáticas com efeitos transgeracionais? E até que ponto este excesso poderia ser transladado de uma rede ininterrupta de imagens refratárias a uma historicidade, a um regime de verdade, como produtoras de narrativas de denúncia do trauma advindo de crimes políticos?

Para tanto, nos pautamos da teoria do trauma de Sándor Ferenczi, que ressalta a denegação como fator instaurador do trauma e o reconhecimento como elemento fundamental na elaboração do mesmo. Reconhecimento, por nós valorizado tanto no âmbito privado quanto público macrossocial.

2.1 TRAUMA E POLÍTICA EM FERENCZI: O DESMENTIDO SOCIAL

Sándor Ferenczi nasceu na Hungria, fazendo parte da primeira geração de psicanalistas próximos a Freud. Embora sua obra seja ainda pouco difundida entre

pesquisadores do trauma social, tomamos de empréstimo a sucinta referência a este autor realizada pela psicanalista húngara Maria Torok:

Se alguém me pedisse para resumir em uma única palavra o conjunto da temática ferencziana seria essa – catástrofe – e seus sinônimos: traumas, acidentes, afecções, pathos. E se fosse nomear a pedra angular sobre a qual volteiam as querelas psicanalíticas, seria a mesma palavra – catástrofe (TOROK, 2000 apud GONDAR, 2012, p.194).

Embora Ferenczi tenha falecido prematuramente em 1933, no auge de suas produções clínicas, percebemos a pertinência de seus pensamentos na contemporaneidade. O autor não chegou a vivenciar os conflitos de um mundo polarizado pela Guerra Fria após a desastrosa Segunda Guerra Mundial, assim como os traumas sociais advindos do Holocausto e das guerras civis posteriores em vários continentes, como foi o caso das ditaduras latino-americanas. Ainda assim, segundo Gondar, o psicanalista húngaro “é considerado o grande pensador do trauma e da catástrofe no campo psicanalítico” (GONDAR, 2015, p. 2).

A psicanalista Teresa Pinheiro enfatiza como característica original da teoria do trauma ferencziano *atribuir ao desmentido toda responsabilidade do trauma* (1995), por impossibilitar, desta forma, o processo de introjeção. Ao relacionar a teoria do trauma desenvolvida por Ferenczi em sua maturidade clínica com o início de suas produções, a autora referencia o artigo “Transferência e introjeção”, no qual, em sua primeira definição sobre introjeção, Ferenczi ([1909]/1992b) a corresponde ao princípio fundante do aparelho psíquico, a base do começo de tudo, constituinte, portanto, da própria linguagem. Neste sentido, assemelha-se às concepções freudianas acerca do narcisismo primário publicadas cinco anos depois em “Sobre o narcisismo: uma introdução” (FREUD, [1914] /1974).

Posteriormente, ao escrever “O conceito de introjeção”, Ferenczi reafirma como “a extensão ao mundo externo do interesse, auto-erótico na origem, pela introdução dos objetos exteriores na esfera do ego. Insisti nessa “introdução” para sublinhar que considero *todo amor objetal* (ou *toda transferência*) como uma extensão do ego ou *introjeção*” (FERENCZI, [1912] /1992b, p. 181, grifos do autor).

Foi a partir de 1930 que Ferenczi inicia um processo de distanciamento das concepções de Freud acerca da teoria do trauma, tornando-se seu dissidente. A teoria do trauma em Ferenczi diferiu da proposta freudiana tanto na leitura clínica acerca do trauma quanto na proposta de seu tratamento. Freud concebia o trauma em termos econômicos, ligado a um excesso impactante e não assimilável pelo sujeito pelo tom afetivo excessivamente

intenso da experiência (FREUD, [1917]/1976). Ferenczi ([1934]/1992a) percebia o trauma para além do excesso como evento inicial, considerando também uma gama de complexos relacionais, utilizando como exemplo um caso de referência que traz para a cena familiar o desmentido. Trata-se de uma narrativa que envolve três personagens: uma criança, um adulto que abusa sexualmente dela e outro adulto como referência de segurança, a quem a criança endereça seu infortúnio, buscando compreender o que se passou.

Primeiramente, um adulto violenta uma criança – um evento excessivo,

(...) porém, não temos ainda todo o complexo construído por Ferenczi já que, para ele, uma violência excessiva não é necessariamente aniquiladora ou invalidante. Para que um trauma seja invalidante, é preciso que à experiência de violência física se acrescente outra experiência; ela ocorre quando a criança, sem conseguir dar sentido ao que ocorreu, procura outro adulto na família ou em seu entorno que lhe forneça alguma referência ou explicação sobre o que ela vivenciou (GONDAR, 2015, p. 4).

Este adulto eleito pela criança como referência não oferece uma escuta sensível ao seu relato. Negligenciando ou duvidando de seu discurso, além de não acolher o seu sofrimento, agrava a situação ao considerá-lo ser fruto de sua imaginação ou de uma mentira. A esta negação Ferenczi chama de *Verleugnung*, *desmentido*, termo que pode também ser compreendido como *descrédito* ou *desautorização* (PINHEIRO, 2016).

Essa descrença por parte do interlocutor implica uma falta de elementos afetivos constituintes que possibilitem conferir sentido ao seu sofrimento. Com isso, a criança passa a duvidar do que houve, do que sente e do que percebe como realidade. Portanto, o desmentido não é só uma questão da palavra negligenciada ou negada. São os afetos do sujeito diante de seu próprio sofrimento, assim como ele próprio, que estão sendo desmentidos. Essa conjunção entre a violência do ato e o descrédito da vítima configura, para Ferenczi, o trauma invalidante (GONDAR, 2012). A desorientação psíquica daí advinda prejudica a vítima em seu processamento cognitivo e em sua responsividade física e emocional (LEVY, 2011).

Assim como as diferenças teóricas dos psicanalistas em questão, a conjuntura sociopolítica do Império Austro-Húngaro também traduzia os conflitos e diferenças que dividiam o território em lados opostos. Enquanto Freud vivia em Viena, na Áustria, onde havia maior desenvolvimento econômico, além de uma supremacia cultural e linguística sobre a Hungria, Ferenczi era membro integrante dos intelectuais húngaros que militavam por sua

libertação na cidade de Budapeste. Sua família também compartilhava os ideais de luta e resistência frente aos Habsburgos.

Essas diferenças sociopolíticas também reverberaram na forma com que cada psicanalista desenvolveu a clínica diante das situações traumáticas. Era notório que o pai da psicanálise primava pelo reconhecimento científico da clínica que construía, sendo cuidadoso quanto ao rigor metodológico que desenvolvia a partir de sua prática. Em contrapartida, Ferenczi era atento à dimensão sociopolítica de sua época, trazendo-a para sua clínica à medida que percebia processos subjetivos atravessando a vida das pessoas de diversas formas nas relações cotidianas, por vezes com certo constrangimento no que tange a relações de dominação na sociedade, na família e nas instituições de modo geral - assim como com a própria psicanálise.

Vale salientar que a natureza dos questionamentos de Ferenczi em relação a *práxis* analítica não parece ter partido de abstrações teórico-conceituais. Ao contrário disto, surgiram de forma concreta em seu ambiente clínico, com crianças traumatizadas e sujeitos em sofrimento psíquico diante de uma hipocrisia produzida em sociedade, conferidas pelo choque entre a língua da ternura infantil com a língua da paixão dos adultos (FERENCZI, [1933] /1992a).

Percebemos em Ferenczi um psicanalista que integra a clínica a uma dimensão ético-política pouco compreendida em sua época, porém fundamental para as complexidades do universo contemporâneo. Especializando-se em pacientes traumatizados, vítimas de violência na infância (nem sempre com teor sexual), passou a questionar os métodos clínicos da psicanálise clássica como fria, rígida, distante dos afetos do ponto de vista relacional. “Foi para tratar desses pacientes que Ferenczi produziu conceitos, inovações clínicas e transformações no dispositivo psicanalítico, e não seria ilícito pensar que esse dispositivo apresenta implicações políticas – ou, mais rigorosamente, micropolíticas” (GONDAR, 2015, p. 3).

Neste sentido, Gondar se aproxima das ideias postuladas pelo filósofo francês Gilles Deleuze, ao considerar a indissociabilidade da clínica e da política diante das questões que a psicanálise contemporânea se defronta no âmbito da vida privada, como nos afetos familiares, nas relações amorosas, nas instituições de ensino ou no trabalho, partindo do pressuposto de que o desejo ganha forma e expressão “diante das injunções de assujeitamento” (DELEUZE, 1979 apud GONDAR, 2015, p. 3).

Sendo um psicanalista sensível ao teor político que atravessava a vida de seus pacientes na esfera privada, Ferenczi compreendia o entrecruzamento das subjetividades no cotidiano da esfera pública moduladas pela sociedade ocidental, de forma hierarquizada. Desta maneira, passou a questionar a sua própria postura como analista, assumindo seus fracassos diante de situações traumáticas que o método psicanalítico, a seu ver, não conseguiria abarcar de forma integral.

2.2 O TESTEMUNHO NA EXPERIÊNCIA CLÍNICA

Aprofundando as relações que atravessam a experiência clínica, o que se coloca em questão seria justamente a perda da confiança no mundo diante de situações de desmentido, principalmente em situações de extrema violência psíquica e tortura, sendo fundamental o resgate desta confiança perdida. Neste sentido, o encontro entre o analista e seu analisando pode ser compreendido como um encontro de testemunhas, com o desafio de decifrar o que ainda não pode ser cifrado. O intuito clínico diante do sofrimento de sujeitos que vivenciaram a tortura ou tiveram seus familiares ou pessoas próximas desaparecidas (supostamente assassinadas) não seria apenas o de um intérprete, mas, também, o de testemunho. Na percepção dos psicanalistas, seria como fazer psicanálise “ao revés”, em busca de um processo terapêutico que inclua alguma possibilidade de decifrar o indizível e irrepresentável do trauma (INSUA, 2013, p. 28). E se existe alguma possibilidade deste processo acontecer, poderíamos apontar para a *relação entre vulneráveis* em direção a relações humanas mais horizontais, retomando a concepção ferencziana de uma clínica permeada por afetos entre analista e analisando - neste caso, cúmplices - através do testemunho como um processo subjetivo a ser recriado.

Gondar (2017), ao relacionar a clínica psicanalítica contemporânea com a tarefa de acolher subjetivamente os efeitos dolorosos de sujeitos que foram acometidos pela violência extrema da tortura, ressalta que a atitude do analista consiste em ir além da escuta, partindo da premissa de que existe algo que escapa a essa narrativa, havendo um conteúdo indizível na experiência traumática. Por intermédio da teoria do trauma desenvolvida por Sándor Ferenczi, a psicanalista salienta como um dos caminhos possíveis à expressão do traumático, a figurabilidade, a repetição e a dimensão do testemunho. A figurabilidade consistiria em um processo psíquico onírico de projeção de imagens advindas do conteúdo traumático. Seria um

estágio inicial de elaboração, ao dar forma “onde antes nada existia, ou existia apenas enquanto impressão sem forma” (GONDAR, 2017, p. 187). E a repetição expressa como compulsão, concebida pela clínica ferenciana como um componente favorável por seu teor criativo e curativo, capaz de retirar o sujeito de sua condição de passividade para a ação. Sob esse prisma, a repetição é vista como um trabalho onírico que enfraquece os choques por intermédio de *flashbacks*, como se “o sujeito produzisse ativamente o trauma, com o intuito de dominá-lo e liquidá-lo” (GONDAR, 2017, p. 188).

Sobre este aspecto, Ferenczi havia observado em sua clínica a função traumatogênica do sonho por ser o viés mais profundo do inconsciente, livre das resistências costumeiras da personalidade em estado vigil. Para ele, “nenhum traço mnêmico subsistirá dessas impressões, mesmo no inconsciente, de sorte que as origens da comoção são inacessíveis pela memória” (FERENCZI, [1934]/1992a, p. 113). Porém, somente através do estabelecimento de condições mais favoráveis ao vínculo entre analista e analisando é que o conteúdo inacessível à memória passa a ter algum tipo de inscrição, sendo fundamental a disponibilidade do analista como testemunha. Desta forma, o analista operando como uma testemunha do testemunho acolhe e reconhece o paradoxo de sua função de escuta mediante a incompletude do campo da linguagem.

Benveniste (apud GONDAR, 2017) enfatiza que a palavra *testemunha* na língua portuguesa abarca dois sentidos que no latim aparecem distintos – *terstis* e *superstes*. Em sua etimologia, *terstis* significa um testemunho indireto, como um terceiro elemento, enquanto *superstes* compreende o sobrevivente que testemunha o que lhe aconteceu. Portanto, o sujeito que sofreu uma experiência traumática fica impossibilitado de ocupar esse lugar terceiro justamente pela especificidade fragmentária e cindida da cena traumática. Tal qual uma clivagem, Ferenczi diria que essa cisão consistiria em um *eu* que sabe de si, embora esteja impossibilitado de sentir o que sabe. Cabe ao analista ocupar este lugar, pois,

o que se pode produzir de mais favorável na realidade é a presença de um terceiro capaz de estabelecer um contraste entre o presente e um passado insuportável. Em vez de desprender um fragmento de si, existe agora a possibilidade de não enfrentar sozinho a situação traumática. O lugar terceiro pode advir quando o analista testemunha, na clínica, a repetição do trauma. [...] Ao participar deste lugar, o analista ultrapassa tanto a função interpretativa quanto a função de continente para as quais a situação clínica o convoca, criando uma memória que vai ser experimentada pela primeira vez (GONDAR, 2017, p. 192).

Esse lugar terceiro proposto na clínica não se configura como uma função estruturante de acordo com uma norma social pré-estabelecida. Neste caso, o analista como testemunha, em estado potencial, funcionaria como um partícipe de um processo em transição, reconhecendo as subjetividades do sujeito que vivenciou o trauma. Por meio desta postura afetiva e ética de reconhecer o outro, o analista promove uma inversão ao que, até então, fora desacreditado e desmentido na experiência traumática.

Segundo Gondar (2017), o reconhecimento circunscrito nesta clínica não se restringiria às políticas identitárias contemporâneas, que visam enaltecer o reconhecimento moral das culturas, das etnias, raças e gênero humano. O reconhecimento de um afetado pela violência traumática, nesses moldes, redundaria na produção de uma identidade-vítima. No entanto, o reconhecimento proposto pela clínica do traumático, busca ir além do que o sujeito é - reconhecendo o seu porvir e as possibilidades do vir a ser. O espaço potencial favorecido pelo analista-testemunha comporta, portanto, outra postura de reconhecimento. Na esteira da filósofa Judith Butler, demandar um reconhecimento significa “invocar um dever, instigar uma transformação, exigir um futuro” (BUTLER, 2006, p. 72).

Outro aspecto a ser considerado na relação entre testemunhos refere-se a mais uma faceta paradoxal do que seria dizível e indizível do trauma. Usando como exemplo a fala de um dos sobreviventes mais conhecidos do Holocausto, Primo Levi, acerca da inautenticidade de uma testemunha, Gondar observa que o efeito terapêutico da condição traumática não decorre apenas da escuta daquilo que foi narrado, mas da aceitação de que o que se narra é a impossibilidade de narrar. De acordo com seu relato, Primo Levi enfatiza:

Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona não voltou para contar, ou voltou mudo: mas são eles, os muçulmanos, os que submergiram – são eles as testemunhas integrais [...] (GONDAR, 2017, p. 47).

Suportar uma posição de indeterminação e incompletude diante daquilo que é dito, propiciando um espaço potencial e relacional para que o testemunho se desdobre, revela-se como a tarefa primordial de um analista, dado o contato sofrido com as memórias traumáticas de difícil nomenclatura.

A rememoração dos momentos de tortura física e psicológica é sempre muito dolorosa, conforme o relato da testemunha, Eliete Ferrer, ilustrado pelo psicanalista das

Clínicas do Testemunho (SP), Moisés Rodrigues da Silva: “Quando a gente fala, o assunto duro, pontudo, que machuca como um ouriço vai-se polindo e todo mundo consegue segurá-lo” (WONDRACEK, 2014, p. 107). A beleza desta metáfora consiste em redimensionar a relação clínica entre testemunhos como uma arte especial – a de polir ouriços pontiagudos.

As marcas da experiência das torturas ilustram inúmeras consequências físicas e psicológicas de difícil simbolização. O psicanalista brasileiro Helio Pellegrino, ao acompanhar em sua clínica os relatos das vítimas da ditadura brasileira, observou a ocorrência de uma ruptura radical entre o corpo e a mente diante da tortura, fazendo com que o próprio corpo do torturado se tornasse seu maior inimigo, ao tentar extinguir a dor.

A tortura, por exemplo: ela é um crime essencial, substantivo, ontológico. Ataca — e corrói — o fundamento da pessoa humana. A tortura visa à produção diabólica de um discurso que é o avesso da liberdade. Ela vira o torturado pelo avesso, na busca de uma confissão que o destrói, envenenando as fontes de sua vida carnal e de seus valores espirituais. A tortura — corrupção absoluta — serve ao mal e à morte. A dignidade da vida, também absoluta, exige que em nenhum momento nos esqueçamos da tortura, sua negação mais aviltante (PELLEGRINO, 1982, p.11).

Por sua vez, através da transcrição de um trecho do depoimento de um ex-presos político, Coimbra retrata a crueza da tortura:

Infelizmente, setores importantes da sociedade não têm a menor ideia de que significa a tortura (...) Tortura é uma das práticas mais perversas: é a submissão do sujeito ao lhe ser imposta a certeza da morte. Não é uma morte qualquer: é a morte com sofrimento, a morte com muita agonia, é a morte que ocorre bem devagar, porque o desespero deve ser potencializado. O choque elétrico rasga, como golpes, as entranhas do indivíduo e o coração parece que vai explodir. O afogamento, mescla de água e ar, é a consciência da parada cardíaca, a dor dos pulmões encharcando. O pau de arara, o cigarro aceso queimando a pele e a carne. Várias horas seguidas e em várias horas do dia, da noite, da madrugada (COIMBRA, 2011, p.47).

Como foi ilustrado neste depoimento de uma testemunha do regime ditatorial, a falta de responsabilização do Estado brasileiro diante dessas graves violações contribuiu para o desconhecimento histórico da própria sociedade. Desta forma, o sofrimento infligido às vítimas deste período produziu uma dupla violação, pois, além do trauma sofrido pelo sujeito em seu corpo e em sua alma, a negação do ocorrido promoveu uma ferida que se alastrou no

corpo social das gerações posteriores, à medida que impossibilitou se estancar a dor diante da impunidade dos torturadores e do silenciamento imposto à sociedade.

Ao ser denegado o reconhecimento da experiência traumática dos sujeitos que foram afetados de forma direta, há de se considerar outros efeitos danosos que só irrompem através do processo subjetivo do testemunho, tanto na esfera singularizada e privada do sujeito, quanto na enunciação de um testemunho que, ao se tornar público, produz memória social.

2.3 TRAUMA SOCIAL

Vivemos ainda sob os lastros de uma época em que crimes hediondos vêm se reproduzindo e deixando marcas irreparáveis na transição das sociedades moderna e contemporânea - como as duas grandes guerras mundiais, as ditaduras latino-americanas e as guerras civis que ainda acontecem de forma generalizada no mundo. Nesse sentido, percebemos como característica do século XXI a materialização de traumas sociais em uma diversidade de situações de catástrofes e barbárie. Por trauma social, Ortega Martínez (2011) entende os processos pelos quais as comunidades lidam com a construção, elaboração e a resposta a experiências de fraturas sociais graves, percebidas como moralmente injustas e elaboradas não de forma individual, mas coletivamente.

Para muitos pensadores contemporâneos, o séc. XX foi caracterizado por traumas sociais provocados por catástrofes de cunho político, através da violência estatal. Diante de tantos eventos traumáticos que afetam toda a sociedade, Fassin e Rechtman (2007) defendem a ideia de que tais eventos traumáticos emergem dos conflitos políticos do capitalismo do pós-guerra, configurando como nova categoria identitária a *condição de vítima*. Nesta conjuntura, abre-se um vasto campo de pesquisas acadêmicas e práticas clínicas inclinadas a buscar compreender o trauma em uma perspectiva sociocultural.

Após Segunda Guerra Mundial, O testemunho da vítima passou a ganhar relevância com o advento da Vitimologia, ciência interdisciplinar biopsicossocial que valorizava a assistência à vítima tanto em caráter jurídico quanto clínico (LEVY, 2014). Fundada pelo Bacharel em Direito Benjamin Mendelsohn, judeu romeno sobrevivente do Holocausto, por ocasião do Congresso da Sociedade de Psiquiatria de Bucareste, em 1947 (JOSEF, 2005), a Vitimologia se expandiu internacionalmente, ganhando espaço também no Brasil com a Sociedade Brasileira de Vitimologia.

A vítima passa então a ter voz, e a ser contemplada nos estudos e pesquisas da área do Direito, da Psicologia, do Serviço Social, dentre outras, visando seu amparo e consideração (KOSOVSKI, 1993). Na esteira da Declaração dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948, foi proclamada, em 29 de novembro de 1985, a Declaração Universal dos Direitos da Vítima, também com trinta artigos, reforçando o olhar de dignidade ao ser humano a ser preservado (PIEDADE JR., 2005).

Emergem também vários processos sociais reivindicativos com teor reparatório, sejam a partir da noção do estresse pós-traumático contemplados nos compêndios que orientam as nosologias psiquiátricas (como as CID e os DSM), assim como as reivindicações com teor de militância dos direitos humanos, buscando-se alcançar maior visibilidade aos perseguidos políticos através do reconhecimento.

Portanto, de acordo com Fassin e Rechtman (2007), surgem novas modalidades para o campo de atuação acerca do trauma social - a saber, as reparações políticas, o testemunho e a prova. Deste modo, o resgate da memória coletiva dos grupos ou minorias sociais que resistiram às barbáries de guerra é imprescindível para se contrapor ao discurso histórico unilateral dos vencedores, que sempre investiram no esquecimento através da invisibilidade e/ou criminalização de sujeitos históricos.

Importante ressaltar que, desde os anos 1970, marcados pelas ditaduras latino-americanas, instituições comprometidas com a clínica psicológica com uma vertente política, assim como organismos atuantes na defesa dos Direitos Humanos, vêm protagonizando um novo campo de trabalho de forma transversal e interdisciplinar, no sentido de oferecer cuidados e maior visibilidade aos testemunhos de vítimas de tortura em crimes de lesa-humanidade perpetradas pelo Estado.

2.4 EFEITOS TRANSGERACIONAIS DO TERRORISMO DE ESTADO

Ao longo das últimas décadas, equipes clínico-políticas constituídas para desenvolver um trabalho terapêutico endereçado a sujeitos e coletivos afetados pelo terrorismo de Estado na América Latina vêm observando de perto os efeitos transgeracionais dos danos traumáticos causados pelos sistemas repressores ditatoriais. Sendo um tema que vem sendo investigado por vários autores latino-americanos de diferentes áreas de conhecimento, a transmissão dos danos causados pelo terrorismo de Estado e sua influência nas gerações posteriores e no corpo

social revela como característica marcante o fato de se tratar de uma ferida passada que nunca se estanca, porque não cessa e não para de passar, estando sempre presente mesmo que de forma velada. Trata-se de uma violência institucionalizada e consentida socialmente.

Como observa (RAUTER, 2001), a violência de Estado na contemporaneidade está atrelada ao *modus operandis* da sociedade capitalista vigente, com as devidas especificidades de cada Estado-Nação. Porém, a autora parte do pressuposto de que o nazifacismo inaugurou uma técnica midiática através da propaganda da idealizada sociedade ariana, enaltecendo uma tipologia de sociedade e de raça como forma estratégica de produção de subjetividade entre os alemães, descartando todos aqueles que não se enquadrassem ao projeto político e disseminando de forma explícita o medo e o terror coletivo.

Posteriormente, as ditaduras militares do Cone Sul forjaram novas estratégias através de políticas de segurança nacional, disseminando o medo e o terror na figura de um suposto inimigo interno e de forma nem sempre direta. Neste caso, o estratagema foi o desaparecimento de corpos sem deixar rastros, com o apelo de criminalizar as ações políticas contrárias ao regime, nomeando de subversivos aqueles que se rebelassem à ordem instituída pela política oficial. Afinal, o que teriam em comum Holocausto e ditaduras? Indiscutivelmente, o fato de não haver possibilidades de resistir! O extermínio dos indesejáveis ao sistema era algo certo, e,

era justamente para preservar uma raça e uma sociedade ideal que se justificava o extermínio e exclusão dos “outros”: loucos, retardados mentais, doentes e judeus. O controle social contemporâneo, de forma semelhante àquele posto em ação no nazismo, se associa a técnicas de promoção e preservação de um tipo de sociedade e de um modo de subjetivação. É preservação desse tipo e deste modo de subjetivação que autoriza a promoção de tecnologias de extermínio dirigida aos “outros” (RAUTER, 2001, p. 4, grifos da autora).

De acordo com Vital Brasil (2010), a tortura tem sido historicamente uma prática social aceitável para os “outros”. “Outros” que assumem faces variadas ao longo do tempo e de acordo com a gestão do Estado: daqueles que se opõem ou resistem ao poder, que “merecem” o castigo - os considerados seres descartáveis. Rauter reitera que o “nosso mundo pôde elaborar outras estratégias que já não exibem de forma tão manifesta este “quantum” de violência sem máscara, tão característico do fenômeno do nazismo” (RAUTER, 2001, p.7). Relacionando sua análise com o pensamento foucaultiano (FOUCAULT, 1996) acerca de um

poder disciplinar, em que foram aprimoradas as tecnologias mais sutis de docilização e assujeitamento de corpos, e de um biopoder operando sobre a vida, fazendo do corpo seu alvo político, a autora complementa que a “vergonha e a culpa estão entre os principais meios de se obter a sujeição e a docilidade, além do medo” (RAUTER, 2001, p.7).

Atualmente, somos constantemente bombardeados pela violência, mesmo que de forma onipresente através da mídia, ou seja, vivemos envoltos em uma violência sem máscaras. “Assim, consideramos que a multiplicação da vergonha, da culpa e do medo nos campos de concentração ou fora deles, está indissociavelmente ligada à produção de subjetividade no capitalismo” (*ibidem*, p. 7) atual e global.

Ao fazer uma análise acerca das estratégias de produção de subjetividade do terrorismo de Estado praticado nas ditaduras latino-americanas, Kolker (2009) destaca a disseminação do terror e do medo como forma de induzir o silenciamento social, capturando a potência dos coletivos que se opunham ao regime através de práticas de extermínio. Desta forma, produziu-se neste período sombrio um tipo de subjetividade de assujeitamento por meio da individualização e despolitização do corpo social, trazendo sérias consequências para as gerações posteriores.

Se nos anos 60 disseminaram o medo e nos anos 70 inverteram a produção de subjetividades dispostas a justificar as práticas de exceção, ao silenciar os efeitos causados pelo terrorismo de Estado e a privatização dos danos sobre os diretamente afetados [...], as políticas neoliberais contemporâneas, além de garantir a impunidade dos antigos torturadores, vem apostando em uma (nova cultura de medo que legitima a tortura e o extermínio), não somente silenciando e banalizando os danos como também, agora, tornando invisíveis e desumanizando os mesmos afetados pela mão violenta do Estado (KOLKER, 2009, p. 254, tradução nossa).

Como fruto da impunidade, vivemos atualmente uma violência seletiva injustificável por seu teor racial e classista, direcionada ao extermínio de jovens, majoritariamente pretos, que vivem nas periferias e comunidades das metrópoles brasileiras. Apesar dos avanços dos instrumentos legais voltados aos direitos humanos, perpetua-se a prática da tortura e dos assassinatos praticados por agentes do Estado protegidos pela permanência de leis da época da ditadura, como é o caso dos autos de resistência, sem nenhum conflito com a ‘normalidade democrática’. A violência segue em nossa sociedade como espetáculo midiático diário, propiciando a coexistência do medo e da indiferença do expectador. De maneira perversa, os atingidos pela violência de Estado são criminalizados de tal forma que, ao serem eliminados,

persevera a ideia socialmente aceita e presumida de que deviam ser culpados. A essa parcela da população, dos atuais indesejáveis, a lei é inexistente, assim como o valor da vida humana.

Neste sentido, Caldeira enfatiza que também não superamos até hoje a lógica do colonialismo, sugerindo que “a tolerância que a sociedade brasileira sempre demonstrou com os abusos policiais provém de nosso legado escravista e do caráter disjuntivo de nossa democracia” (CALDEIRA apud KOLKER, 2009, p. 256).

Porém, existe uma especificidade do dano quando causado pelo próprio Estado, que, pelo princípio que o define, deveria de cumprir sua função de assegurar os direitos de seus cidadãos, além de sua integridade física. Violá-los significa transgredir a sua própria definição e norma (VITAL BRASIL, 2010).

Devido ao fato de, até o momento presente, vivermos imersos a uma ausência de discussão acerca do período ditatorial brasileiro, evidenciados pela falta de acesso aos registros históricos e de suportes sociais de nossa memória política, notamos a perpetuação das estratégias de silenciamento e de esquecimento, assim como de uma angústia sem nomeação. Daí a necessidade de uma política pública que ofereça reparação simbólica aos afetados diretos e indiretos do terrorismo de Estado, viabilizando algum tipo de inscrição subjetiva que encontre acolhimento e escuta, em busca de reconhecimento e sentido.

Para dimensionarmos o teor do trabalho clínico-político diante da complexidade das políticas de silenciamento postas em jogo ao longo do tempo, assim como dos efeitos das violações aos direitos humanos do passado na conjuntura presente, tomamos de empréstimo o conceito de transgeracionalidade cunhado por Scapusio:

Transgeracionalidade traça uma linha que mostra como as situações do dano atravessam várias gerações, sem lhes recair a exclusiva responsabilidade de reproduzir e transmitir esse dano. E isso tem o valor de obrigarmos a examinar sobre o que está oculto, opaco, inviabilizado: a função dos sistemas de poder e seus aparatos ideológicos, especialmente aqueles que “cientificamente” proporcionam o entendimento “adequado” dos problemas como nos toca pensar. Solução que às vezes passa por psicologizar, familiarizar e privatizar a violência, eludindo aquele que se origina no interjogo do político e do social (SCAPUSIO, 2006, p. 19, tradução nossa).

Ao apresentar o relato de um filho de desaparecido político, Vital Brasil salienta um ponto em comum com as experiências dos sobreviventes do Holocausto: a estratégia do

silenciamento recai em um vazio de sentido pela invisibilidade social agregada à indisponibilidade de escuta. Segue a narrativa:

C. filho de um desaparecido político, narra uma situação que se deu em uma disciplina de seu curso universitário. Apresentou para seus colegas um texto que continha dados de sua biografia, dentre eles, o de ser filho de pai desaparecido e das perseguições sofridas por sua família desde a militância de seu avô. Após sua apresentação, nenhuma palavra é proferida. O silêncio se instala. C. Se inquieta, estranha esse silêncio desconfortável. Várias fantasias povoam seu imaginário. Inicialmente, pensa não ter sido entendido em sua proposta de trabalho, em seguida, ter sido alvo de indiferença por parte de colegas, ou ainda que a hostilidade dos demais para com ele teria se manifestado através do silêncio. Sente-se agredido. Essas fantasias sequenciais deram lugar a uma associação com um episódio ocorrido anos antes quando, ao participar como expositor em uma mesa de debate sobre a violência do Estado, revela para os jovens ser filho de desaparecido político. Nessa ocasião, da mesma forma, o silêncio se instalou na relação entre o palestrante e o público (VITAL BRASIL, 2010, p. 266).

Com a impossibilidade de escuta ou de alguma inscrição social, talvez pelo impacto provocado pela carência de suportes de memória que pudessem oferecer elementos constituintes de sentido às experiências de solidão e insegurança, a autora indica que, através de uma pesquisa acerca da experiência clínica com os afetados dos regimes de excessão, poucos foram os que buscaram algum tipo de apoio psicoterapêutico, justamente pelo não reconhecimento político do dano, ou seja, “a grande maioria não associava o seu sofrimento como dano produzido pela violência do Estado” (VITAL BRASIL, 2010, p. 268), ficando restritos ao plano privado, imersos nas memórias subterrâneas e no silêncio.

Dentre uma diversidade de efeitos dos danos transgeracionais causados pelo terrorismo de Estado, foram identificados no percurso das experiências da equipe clínico-política do GTNM-RJ,

manifestações de desconhecimento sobre o ocorrido, desqualificação e desprezo e/ou o sentimento de culpa ante ao direito da reparação econômica, deslegitimação pela da violência dos familiares, ressentimentos, idealizações, processos de desterritorialização, sensação de aniquilamento, de desconfiança, dentre outros identificados no trabalho clínico (VITAL BRASIL, 2009, p. 299, tradução nossa).

Embora a maneira de lidar com os efeitos dos danos na vida pessoal deva ser percebido de forma singulizada, tendo-se em vista que cada sujeito implicado na esfera

pessoal do dano lidará com os aspectos subjetivos de acordo com os recursos que possa construir no percurso da vida, salientamos uma diferença positiva quando são disponibilizados a atenção psicossocial aos afetados e seus familiares pelos dispositivos de reparação simbólica. Importante frisar que o processo de reparação como integrante de uma política de transição não se deu de forma tão simples. Ao contrário disto, foi e ainda está sendo um processo tardio, com constantes disputas entre a memória política e o esquecimento, assim como entre o negacionismo e o reconhecimento social.

CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS REPARATÓRIAS

Segundo Abrão e Torelly (2011), as comissões de reparação foram implantadas no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, primeiramente através da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (lei nº 9.140/95), objetivando o reconhecimento por parte do Estado brasileiro pelas mortes e desaparecimentos, além da localização dos restos mortais das vítimas e, posteriormente, com a implantação da Comissão de Anistia, intencionando a reparação dos atos de exceção.

Criada em 2002 como um órgão que integra o Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia¹⁰ foi destinada a consolidar a justiça de transição em nosso país por intermédio de reparações de cunho pecuniário, moral e simbólico às vítimas da ditadura quanto às graves violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre o período de 1946 e 1988. Com a composição de 25 conselheiros da sociedade civil, seu quadro profissional foi composto majoritariamente, até 2016, por pesquisadores acadêmicos e militantes dos direitos humanos, com a ressalva de que um deles deveria ser indicado pelo Ministério da Defesa e outro pelas vítimas e familiares da ditadura.

Durante o seu percurso de atuação, a Comissão produziu um acervo histórico-documental através do resgate de memória sobre a repressão, favorecendo o protagonismo de sujeitos que testemunharam o período de exceção, tentando subverter a idéia da anistia brasileira como esquecimento. O acervo documental produzido pela Comissão é considerado, até o momento, o mais completo sobre a ditadura, somando-se aos documentos oficiais uma vasta produção de depoimentos orais e escritos, além de acervos documentais das vítimas. A perspectiva do destino deste acervo, antes da crise política sofrida no país com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, seria o de disponibilizar ao público, através do Memorial da Anistia Política do Brasil, o primeiro sítio de memória a ser construído em Belo Horizonte em homenagem às vítimas do período ditatorial. Porém, o processo de justiça de transição brasileira tem sofrido sérias restrições do controverso governo de Michel Temer, comprometendo, desde então, a continuidade dos processos reparatórios que a Comissão vinha executando por meio de seus projetos.

¹⁰A Comissão da Anistia foi instalada no Ministério da Justiça em 2001, criada pela medida Provisória nº 2.151 e posteriormente convertida na Lei 10.559/2002.

Dentre os projetos que a Comissão vinha promovendo de cidadania e memória, transversalizando suas ações com as áreas de Educação, Justiça e Direitos Humanos, destacamos: as *Caravanas da Anistia*, o *Projeto Marcas da Memória* e o *Projeto Piloto Clínicas do Testemunho*, ainda em andamento através de seu segundo edital que vigora até 2018, com o compromisso de realizar a reparação simbólica por meio da oferta de atendimentos psicológicos aos afetados pela ditadura brasileira, como também a vítimas da violência de Estado na atualidade.

Foi através do projeto Marcas da Memória que surgiu, em 2008, uma nova demanda da sociedade civil – a de se pesquisar a memória oral acerca do processo de anistia no Brasil, buscando-se romper com o discurso unilateral dos regimes de exceção. Os discursos repressivos criaram suas próprias versões acerca da história nacional, falseando versões, documentos e informações, ou seja, negando à sociedade brasileira o legítimo direito à memória, à verdade e à justiça.

Durante a maturação e o exercício de seus projetos comprometidos com a memória, a Comissão da Anistia se dispôs à cooperação internacional para o intercâmbio de práticas e conhecimentos entre os países do Hemisfério Sul, materializados em várias pesquisas documentadas em revistas, livros e periódicos disponibilizados ao público.

Amplificando suas ações através do Projeto Marcas da Memória, a comissão promoveu várias iniciativas culturais como edições de livros, acervos digitalizados, exposições, apresentações musicais e de teatro, além de produções audiovisuais, partindo-se do pressuposto de que o processo de resgate da memória dos coletivos é essencial ao processo de reparação. Desta forma, uma das metodologias utilizadas pela comissão foi o investimento em pesquisas acerca da história oral através das narrativas dos testemunhos, considerando a pluralidade de experiências que ensejou a luta por democracia no país nos tempos de repressão, reverberando nos tempos atuais.

A versão historicamente reprimida do passado é a das vítimas. A versão dos perseguidores encontra-se disponível não apenas nos documentos oficiais (que nem sempre traduzem ‘a verdade’), como também em seus atos institucionais, nos livros que editaram e, mesmo, em amplos setores sociais doutrinados por meio dos aparelhos públicos do Estado, como escolas e universidades, onde complexos e abrangentes mecanismos de ‘limpeza’ foram instalados como forma de eliminar a oposição de pensamento (BRASIL, 2012, p.10, grifos do autor).

3.1 REPARAÇÃO PSICOSSOCIAL AOS AFETADOS DA DITADURA

Em relação à complexidade inerente a questões da reparação de um trauma, além de seu percurso da esfera privada à esfera pública envolvendo o esquecimento e fragmentação de memórias, consideramos algumas possibilidades de reparação psíquica com viés político em algumas experiências pioneiras no Brasil - como resistência à impunidade.

Segundo Vera Vital Brasil, a experiência clínica de afetados diretos e indiretos da violência de Estado nos tempos da ditadura, assim como nos dias atuais, traduzem uma violência institucionalizada por meio de aparatos policiais que ainda praticam perseguições, tortura, assassinatos e desaparecimentos, legitimados por políticas de segurança nacional. Tendo sido ex-presa política na ditadura brasileira, a psicóloga possui uma trajetória de militância no Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), movimento organizado por familiares de desaparecidos políticos e de ex-presos políticos, além de ter assumido a coordenação da primeira edição do Projeto *Clínicas do Testemunho-RJ*.

No ano de 2012, o Ministério da Justiça ampliou seu escopo de políticas reparatórias através da Comissão de Anistia, inaugurando uma nova vertente de atuação: a reparação psicossocial aos afetados diretos e indiretos da ditadura através do Projeto Piloto das *Clínicas do Testemunho*. Desta forma, a reparação psicossocial passou a integrar o quinto pilar da Justiça de transição do país, sendo a busca da verdade dos fatos, a garantia de memória das vítimas, a punição dos agentes criminosos do Estado e a reforma das instituições perpetradoras de violações como fazendo parte das perspectivas a serem conquistadas.

Dentre esses pilares, podemos questionar certa contradição ao pensarmos em uma estratégia política de alguns segmentos do próprio Estado brasileiro, configurando-se um campo de disputa e de forças, visto que nem todas as ações vêm se dando de forma integral, como é o caso da negação ao direito à justiça através da punição de seus agentes. Diante do exposto, podemos nos perguntar, afinal, qual a justificativa que possibilita a necessidade de uma reparação psicológica assumida pelo Estado aos afetados diretos e indiretos das violações ocorridas no passado?

Segundo o presidente da Comissão da Anistia Paulo Abrão, ao apresentar a proposta das *Clínicas do Testemunho*, o fato dos danos psicológicos às vítimas da ditadura ter sido causado pelo próprio Estado já seria uma justificativa plausível para a construção desta

política pública. Sendo assim, dimensionou mais dois pontos que especificam o caráter do Estado como agente violador. Como primeiro argumento:

Se nunca devemos medir a gravidade de uma ditadura pelo tamanho de uma *pilha de cadáveres* que ela deixou, e precisamente porque o terror, quando praticado pelo Estado, atinge inevitavelmente toda a sociedade. Quando o agente regulador dos vínculos sociais põe-se na ilegalidade, é a própria substancia normativa da sociedade que se dissipa. (...) Em segundo lugar, e importante notar que existe uma diferença simbólica essencial quando uma ação de reparação a crimes de lesa-humanidade é oferecida não somente por grupos e entidades não governamentais, mas pelo poder público. Tanto em termos de valor histórico, para a sociedade, quanto em termos de valor subjetivo, para o paciente, somente as políticas públicas de reparação podem carregar o símbolo da admissão, pelo Estado, do crime que ele mesmo perpetrrou. Para a vítima, o valor desse gesto é inestimável: assim como não existe luto sem reconhecimento da morte, não há reparação possível sem o reconhecimento oficial do crime (ABRÃO, 2014, p. 16, grifos do autor).

Importante ressaltar os antecedentes históricos que possibilitaram o amadurecimento desta nova proposta de reparação política através de dispositivos clínicos oriundos de alguns movimentos sociais que resistiam às ditaduras, em especial, de familiares das vítimas da violência de estado que lutavam pela anistia no Brasil e em países vizinhos da América Latina.

3.2 DISPOSITIVOS CLÍNICO-POLÍTICOS

Em 1991, o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM/RJ) criou, através do apoio das Nações Unidas, um dispositivo clínico-político, a Equipe Clínico-Grupal TNM/RJ, no intuito de oferecer cuidados clínicos aos afetados pela violência de Estado da ditadura, extensivos aos familiares e aos afetados pela violência do regime democrático.

Na época, organismos internacionais que prestavam apoio aos Direitos Humanos disponibilizaram recursos aos países latinos para iniciativas de equipes clínicas destinadas a fornecer assistência aos sobreviventes do pós-ditadura. Após alguns anos de funcionamento, a Equipe Clínico-Grupal TNM/RJ recebeu um incentivo da Comissão Europeia para um projeto conjunto com outras entidades do Cone Sul, comprometidas com uma clínica dirigida aos afetados pelos regimes de exceção.

No Brasil do pós-ditadura, membros da equipe clínica constataram que a violência de Estado continuava presente, embora dirigida às populações periféricas pobres, numa conjuntura de impunidade promovida pela interpretação da própria Lei da Anistia de 1979, ao

proteger os agentes de tortura e seus idealizadores. Diante da continuidade de violações e impunidades, o GTNM-RJ sempre relacionou os crimes do contexto presente com os crimes do passado, direcionando suas ações para a atenção psicológica assim como para a capacitação profissional, criando dispositivos teórico-conceituais para este fim. Visando o aprimoramento da práxis clínica, foi realizada uma parceria para uma pesquisa acadêmica entre a Equipe Clínico-Grupal TNM/RJ e o Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), sendo gestado como dispositivo de capacitação, oficinas clínico-políticas. Conforme foi mencionado no Relatório Final das Clínicas do Testemunho – RJ,

atentando para o risco, sempre presente, de os dispositivos Psi intensificarem a interiorização e o divórcio entre o individual e o coletivo os integrantes da Equipe Clínico-Grupal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ procuravam utilizar estratégias ampliadas de intervenção e adotar uma perspectiva ético-estético-política que ajudasse a desprivatizar o dano e a operar deslocamentos intensivos que permitissem habitar o passado de outra maneira (INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 20).

Esta iniciativa clínica se expandiu, sendo compartilhada por outros atores sociais, como profissionais de saúde de vários segmentos no Brasil e em outros países da América Latina. Foram anos de experiência que possibilitaram o amadurecimento e a sistematização deste trabalho, estendendo-se a outras redes sociais, como programas socioeducativos em várias cidades brasileiras. A psicóloga Vital Brasil (2010) salienta que em outros países da América Latina foram implementados programas de reparação integrados às políticas públicas, favorecendo o intercâmbio destas experiências assim como o fortalecimento e apoio desses grupos de resistência frente ao recrudescimento e atraso do governo brasileiro em seu processo de justiça de transição.

Partindo-se do entendimento que o Estado tem a obrigação de reparar os danos cometidos por seus agentes, a iniciativa clínico-grupal do GTNM transformou-se, em 2010, num grupo autônomo, a *Equipe Clínico Política - RJ*, elegendo, como bandeira de luta, reivindicar do Estado brasileiro a efetivação de uma política pública reparatória de cunho psicossocial. A conjuntura política do país era pertinente à criação deste projeto, visto que algumas brechas se abriam como possibilidades de avanços para alguns organismos de direitos humanos e à democracia. O processo de construção de projetos de políticas reparatórias através da Comissão de Anistia, assim como a implementação do Plano Nacional

de Direitos Humanos - PNDH-3, com a participação da sociedade civil, seriam alguns exemplos.

A Comissão de Anistia iniciou o processo de pedido de desculpas por parte do governo brasileiro aos afetados pela ditadura civil-militar por intermédio das *Caravanas Itinerantes de Anistia* em vários estados do país, inaugurando oficialmente e de forma pública a prática de construção da *Memória e da Verdade*, através dos testemunhos daqueles que reivindicam o direito à reparação pelos danos causados após torturas e perseguições, assim como pelo reconhecimento dos mortos e desaparecidos políticos.

Até 2012, o processo de reparação estava atrelado apenas a dispositivos de ordem moral e de compensação econômica. Foi com a mobilização da sociedade civil, através das *Caravanas* e do *Projeto Marcas da Memória*, que se pode pensar em avançar nas discussões de reparação psicológica, visto que, nos testemunhos públicos, as marcas deixadas pelos anos de silenciamento e de tortura tornaram-se visíveis e contundentes. Segundo Negreiros¹¹,

O reconhecimento do mérito da Comissão de Anistia implica em um reconhecimento anterior: o do trabalho militante e incansável de profissionais da psicologia que, do mesmo modo que resistiram ao terror do Estado ditatorial, resistiram por décadas ao descaso do Estado pós-ditatorial em relação aos crimes do passado.

Daí a necessidade de afirmarmos: os profissionais da Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro, muito mais do que inseridos em um projeto pioneiro do Estado brasileiro, foram, *eles mesmos*, ao lado de outros colegas, os personagens históricos responsáveis por tal pioneirismo. Estes profissionais-militantes, estes psicólogos-resistentes, resistindo, trabalharam por anos e anos, com pouco ou nenhum subsídio, esforçando-se para lidar com danos psíquicos provocados, de um lado, pela violência direta do Estado ditatorial e, de outro, pela violência indireta e covarde de um Estado que, querendo-se democrático, recusava-se a lidar com seu período de arbítrio (NEGREIROS, 2015, p. 93).

¹¹O psicanalista Dario de Negreiros foi assessor da presidência da República na Comissão de Anistia e membro do coletivo clínico-político “Margens Clínicas”, conveniado a CA/MJ no 2º edital das *Clínicas do Testemunho*. Situado na cidade de São Paulo, este dispositivo clínico é composto majoritariamente por psicólogos e psiquiatras que oferecem gratuitamente assistência psicológica aos afetados pela violência estatal nos tempos atuais, também atuantes na reivindicação do reconhecimento do direito à reparação psíquica por parte do Estado brasileiro (CARDOSO; FELLIPE; BRASIL, 2015, p. 94).

3.3 PROJETO PILOTO *CLÍNICAS DO TESTEMUNHO* (2013-2015)

Os longos anos de repressão e de violações aos direitos humanos sofridos na época da ditadura trouxeram graves consequências à sociedade brasileira. O silenciamento social como resposta às políticas de esquecimento produzidas no país anestesiou as memórias coletivas, prejudicando as gerações posteriores. Na esteira dos estudos sociológicos de Pollak, as memórias subterrâneas dos grupos negligenciados pela recente história brasileira ressurgem recentemente através do testemunho, evidenciando outros espectros da memória coletiva, que envolvem ex-presos e perseguidos políticos e seus familiares em várias situações, como torturados, sequestrados e desaparecidos, assassinados ou exilados. Desde sua criação, a Comissão de Anistia teve como ponto basilar a promoção da memória e da reparação perante as violações fundamentais.

Buscando-se um reencontro com o passado, o Projeto Piloto das *Clínicas do Testemunho* da Comissão de Anistia surge como um desdobramento de um longo processo de lutas pela responsabilização do Estado pelos crimes cometidos. Por intermédio do 1º edital lançado em 2012, este projeto de cunho clínico-político vem fomentando a criação de núcleos de apoio psicológico aos afetados diretos e indiretos da ditadura, assim como aos afetados pela violência estatal da atualidade, visto que “qualquer reparação que se restrinja aos campos financeiro e moral deixa uma fissura no campo psicológico” (OCARIZ, 2015, p. 10).

De acordo com a coordenadora da *Clínica do Testemunho* Instituto Sedes Sapientiae (SP), Maria Cristina Ocariz, o projeto das clínicas “é o resultado de um longo processo de responsabilização pelo Estado e pela sociedade civil brasileira na promoção de Justiça, da Verdade e da Memória daquelas pessoas afetadas pela violência de Estado” (*ibidem*, p. 21).

Com o lançamento do Edital da Primeira Chamada Pública do Projeto das *Clínicas do Testemunho* (BRASIL, 2012), a Comissão de Anistia favoreceu a formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados pela violência de Estado entre 1946 e 1988. Tendo como objetivo principal a promoção e a reparação diante das violações cometidas neste período, a Comissão investiu no processo de reparação simbólica buscando superar a idéia de anistia como esquecimento, através da memória dos testemunhos.

Como justificativa a esta chamada pública, foi ressaltado que os reflexos da violência do período ditatorial continuam presentes no psiquismo das vítimas, afetando também os seus descendentes e o corpo social ao longo desses anos, reforçando a negação do Estado em

reconhecer os danos cometidos por seus agentes, sendo, portanto, um impedimento para uma reparação plena. De acordo com o edital, “é preciso cuidar para que não se estabeleça reflexos danosos de revitimização neste processo da Justiça de Transição” (BRASIL, 2012, p.4).

No intuito de responder a esses objetivos, as ações das *Clínicas do Testemunho* dividem-se em três eixos:

- Atendimento psicológico (individual e grupo) aos afetados pela ditadura e seus familiares e aos afetados pela violência de Estado da atualidade; e,

Audiências Públicas das *Clínicas do Testemunho* e participação voluntária nos testemunhos políticos das Comissões da Verdade (estadual e nacional);

- Oficinas de capacitação profissional direcionados ao campo psicossocial da rede de saúde mental, da atenção básica e de agentes públicos do Estado nas áreas da justiça e segurança pública;
- Produção de insumos através da produção de eventos culturais e artísticos, como campanhas públicas, biografias, exposições, projetos audiovisuais, dentre outros, de modo a favorecer ferramentas metodológicas para a indicação de políticas públicas de Estado no campo psicossocial.

Salientamos que a relevância das ações de reparação simbólica por meio de atenção psicossocial vem sendo reforçada desde a criação das *Clínicas do Testemunho*, sendo também respaldada pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade de 2014, na recomendação nº 15. De acordo com o relatório,

[15] Garantia de atendimento médico e psicossocial permanente às vítimas de graves violações de direitos humanos

33. Como demonstraram as investigações conduzidas pela CNV, as vítimas de graves violações de direitos humanos estão sujeitas a sequelas que demandam atendimento médico e psicossocial contínuo, por meio da rede articulada intersetorialmente e da capacitação dos profissionais de saúde para essa finalidade específica. A administração pública deve garantir a efetividade desse atendimento (BRASIL, 2014, p. 970, grifo do autor).

CAPÍTULO 4 – AS EQUIPES CLÍNICO-POLÍTICAS CONVENIADAS

As equipes clínico-políticas conveniadas ao Projeto Piloto *Clínicas do Testemunho* durante o 1º edital de 2013 a 2015 foram: o Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro; o Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo; o Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo; e a Sigmund Freud Associação Psicanalítica, em Porto Alegre (RS).

Algumas dessas equipes clínicas já funcionavam como núcleos de trabalho independentes entre si, integradas ao campo da saúde mental, na psicanálise institucional e social, na educação popular e na capacitação profissional, mas não restrito ao público-alvo específico das *Clínicas do Testemunho*.

Embora todas as clínicas conveniadas estivessem compromissadas a seguirem os objetivos estabelecidos pelos três eixos do edital das *Clínicas do Testemunho* como atendimentos grupais e individuais, capacitação profissional e produção de insumos, cada equipe de trabalho pôde manter suas singularidades na práxis clínica, aplicando metodologias próprias para o desenvolvimento de um projeto piloto compartilhado.

4.1 INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO (CT/RJ)

4.1.1 Pioneirismo

Diante da complexidade inerente às experiências do terrorismo de Estado, a práxis desta equipe clínico-política buscou, desde seus primórdios em 1991 - enquanto Equipe Clínico Grupal TNM -, uma abordagem transdisciplinar, abarcando as subjetividades que perpassam pelas dimensões sociais, políticas, culturais e históricas, considerando a multiplicidade das produções subjetivas em detrimento das abordagens *psis* clássicas, que se orientam de forma a isolar o psiquismo como categoria-sujeito. De acordo com tais premissas,

as abordagens que passam ao largo da temática do terror de Estado corroboram com a privatização do dano, uma marca gravada no corpo, uma ferida incrustada na memória corporal dos que passaram pelo terror. Ao desconsiderar as produções repressivas estatais do contexto histórico, além dos efeitos de privatização e isolamento do horror experimentado, se omitem

aqueles que incidem sobre as relações do sujeito, que geram rupturas nos vínculos sociais, familiares e com o Estado, autor da violência (VITAL BRASIL, 2015, p.100).

Algumas iniciativas independentes de membros da Equipe Clínico Política- RJ prepararam terreno para o que viria a ser criado, posteriormente, como política de reparação simbólica. Um marco importante se deu com a transmissão de experiências registradas em forma de artigos sobre os danos e efeitos subjetivos da tortura, no primeiro Seminário Nacional sobre a Tortura, organizados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH-PR (INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO, 2015).

Buscando maior integração com o campo da saúde mental, a Equipe Clínico Política/RJ investiu na promoção de capacitação profissional para a rede de saúde mental do município de Rio de Janeiro, difundido a ideia de se cobrar do Estado brasileiro a responsabilização pela assistência psicológica dos afetados pelo terrorismo de Estado, contando também com a parceria de representantes do Centro de Assistência Fernando Ulloa, da Secretaria de Direitos Humanos da Argentina.

Outros fatores de pressão política da sociedade civil assim como da comunidade internacional também contribuíram para a expansão das políticas reparatórias, como a sentença que o Estado brasileiro recebeu da Corte Interamericana de Direitos Humanos pelos atos de terrorismo infringidos aos guerrilheiros e camponeses no Araguaia, sendo cobradas as medidas necessárias ao esclarecimento pelos crimes perpetrados assim como ações de reparação psicológica aos familiares das vítimas; além da recomendação enunciada pelo Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) para a criação de uma Comissão Nacional da Verdade.

Neste contexto, várias ações em rede convergiram para a sistematização do que viria a ser o Projeto Piloto das *Clínicas do Testemunho* como uma política pública de governo, como também para o acompanhamento de Testemunhos da Verdade.

Em 2011, outra iniciativa de relevância se deu com a mobilização de várias entidades da sociedade civil¹² reunidas na sede do Instituto de Estudos da Religião (ISER), que de

¹²O Coletivo Memória Verdade Justiça integrou, como parceiros, a Ordem dos Advogados do Brasil/OAB/RJ, a Associação Brasileira da Imprensa/ABI, a União de Mobilização Nacional pela Anistia/UMNA, a Associação Nacional dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas/ANAPAP, a Casa de América Latina, dentre

forma espontânea, criaram um fórum semanal, o Coletivo RJ Memória Verdade Justiça, na expectativa da criação da Comissão Nacional da Verdade.

Mobilizados a pensar e interferir nas discussões da CNV, assim como em seu monitoramento, este coletivo realizou cinco encontros durante cinco meses consecutivos para desenvolver o exercício testemunhal, contando com a presença de membros da Equipe Clínico Política. Durante este período, outros coletivos compostos por ex-presos políticos, familiares e ativistas de direitos humanos se instituíram pelo país afora, visando acompanhar os trabalhos da CNV.

Com o apoio da Comissão de Anistia, em 2012 foi organizado em Porto Alegre, o Seminário da Rede Latino-Americana Memória Verdade e Justiça, ocasião em que foi apresentado o tema da “Reparação psicológica como dever do Estado” (INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 11). Ainda no mesmo ano, ocorreu um encontro na PUC/RJ reunindo membros da Comissão de Anistia, equipes latino-americanas da Argentina, do Uruguai e do Brasil, do RJ, SP, PA e Brasília (CFP), contribuindo na concepção das diretrizes que comporiam o edital que a Comissão de Anistia lançaria após alguns meses.

Contudo, como agora era o próprio Estado que reconhecia os danos e tomava a decisão de repará-los, colocava-se pela primeira vez a possibilidade de conjugar ato clínico com ato político [...] afirmando a reparação como um processo simultaneamente privado/individual e público/coletivo e considerando a função clínico-política da quebra do silenciamento para a reparação dos danos causados pela violência de Estado (INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 21).

Desta forma, membros da Equipe Clínico Política apresentaram uma proposta de trabalho para o concurso do 1º edital do Projeto Piloto *Clínicas do Testemunho* em 2012, com duração prevista para dois anos. Ao ser aprovada, foi realizado em abril de 2013 uma Conversa Pública para o lançamento do convênio com a CA/MJ como “Instituto Projetos Terapêuticos RJ/ Clínicas do Testemunho RJ”. No mês seguinte, o Instituto Projetos Terapêuticos RJ deu início ao trabalho clínico-político.

No início do projeto, a maioria das pessoas inscritas era proveniente do Projeto Grupal Tortura Nunca Mais – RJ. Aos poucos, por intermédio das Conversas e Audiências Públicas e pelas divulgações do trabalho, foram surgindo pessoas de diversas origens – anistiados, afetados indiretos, parentes, dentre outros.

4.1.2 Referenciais clínico-políticos

A equipe do Instituto Projetos Terapêuticos - *Clínicas do Testemunho* do Rio de Janeiro foi composta por psicólogos, psicanalistas, terapeuta de família, terapeuta corporal e psiquiatra, sob a coordenação da psicóloga e analista institucional Vera Vital Brasil. A proposta clínica foi concebida desde o início por seus integrantes de forma transversal, perpassando por dois processos fundamentais: “os processos de subjetivação que se passam na relação analista-analisando e aqueles que se passam na relação entre a clínica” com a política, a filosofia e a arte (PASSOS; BARROS, 2009, p. 29).

De acordo com Kolker, a dedicação dos membros da equipe clínica se deu de forma a disponibilizar a presença, o tempo e a escuta sensível, agregados à criação e reinvenção de ferramentas clínicas que fossem favoráveis a uma caminhada compartilhada, reunindo “ato clínico e ato político de reparação [...] porque investidos pelo Estado desta função reparatória” (KOLKER, 2015, p. 67).

Em sintonia com o conceito foucaultiano quanto à construção de uma caixa de ferramentas para o processo clínico (FOUCAULT; DELEUZE, 1979), dimensionando a sua produção de forma singularizada, foi igualmente considerado a necessidade de pesquisas específicas que fizessem ressonância com as experiências do terrorismo de Estado, apurando-se a função de escuta daquilo que nunca pôde ser devidamente ouvido e, inevitavelmente, elaborado. Segundo a explicação de Vital Brasil, coordenadora da *Clínica do Testemunho* do Rio de Janeiro durante a vigência do 1º edital,

costumamos dizer que portamos em nossa prática clínica uma *caixa de ferramentas*. As ferramentas, como o nome indica, são utilizadas para fazer funcionar algo. Neste sentido uma teoria, mais do que orientar, faz *funcionar*. [...] O conhecimento das ferramentas que a caixa contém não pode, por conseguinte, preexistir a seu trabalho enquanto dispositivo de narrativa/figuração/subjetivação. Queremos, com este recurso, enfatizar que não nos utilizamos de *técnicas especiais* ou *especializadas* para tratar essas

pessoas. Pensamos que para desenvolver este ou qualquer trabalho é necessário que os envolvidos construam a sua *caixa*, com *dispositivos-ferramentas* ampliados, não se restringindo apenas àqueles que se costuma delimitar como exclusivamente pertencentes ao seu campo de atuação (VITAL BRASIL, 2002, p. 154).

Conforme indicado anteriormente, os anos de acompanhamento clínico-político direcionado aos afetados diretos da ditadura brasileira trouxeram um entendimento fundamental à equipe constituída para o trabalho das *Clínicas do Testemunho*: que a especificidade desta clínica não poderia estar restrita ao espaço privado dos consultórios, justamente pelo teor político desta demanda, haja vista que os anos de silenciamento, confinamento e negacionismo social em relação à violência de Estado eram os principais causadores dos sintomas de sofrimento psíquico, gerando danos inter e transgeracionais, ou seja, afetando todo o corpo social. Portanto, os membros da equipe clínica compreenderam a necessidade de ferramentas metodológicas que fizessem ressonância com uma clínica politizada e comprometida com a inscrição social do dano, envolvendo um coletivo mais amplo. Daí a preocupação de não corroborar com a intensificação da privatização do dano por meio de especialismos *psis* com excessos de interiorização, de modo a evitar dicotomias entre o individual e o coletivo, compreendendo a necessidade de se buscar novas formas de trabalhar com os traumas do passado na conjuntura do presente.

Outra preocupação se deu no sentido de superar a prática interpretativa da clínica tradicional, considerando-se “a limitação do modelo representacional para lidar com aquilo que excede a capacidade de simbolização” (INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 22), principalmente nas situações traumáticas de violência extrema como a tortura, além das violações ocorridas na fase da infância de filhos de presos políticos que presenciaram situações traumáticas oriundas da violência dos agentes de Estado, de desaparecimentos de entes próximos ou de situações de exílio forçado. Para tanto, era preciso buscar ferramentas que favorecessem um processo mais sensível e acolhedor na relação clínica,

sobretudo com aqueles que viveram os acontecimentos quando ainda eram crianças – capazes de acessar e ativar as dimensões extralinguísticas envolvidas na produção de sentido e, dessa forma, possibilitar a saída da condição passiva produzida pela vivência da tortura (INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 22).

Desta forma, ao longo da vigência do 1º edital, o trabalho clínico-político do Instituto Projetos Terapêutico do Rio de Janeiro foi realizado de forma participativa, promovendo processos compartilhados de criação de narrativas e de linguagens que pudessem redimensionar as experiências dolorosas das três gerações de atendidos pelo projeto piloto, possibilitando a transição da condição de vítima para a de testemunha.

4.2 INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DE SÃO PAULO - CT/SP

O Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo caracteriza-se como uma entidade potencialmente psicanalítica dedicada à clínica social, em especial, ao campo da saúde mental, sendo, em sua maioria, a pacientes graves. Desde a sua fundação, a equipe clínica vem priorizando os atendimentos grupais como uma maneira de estabelecer vínculos entre os seus frequentadores, assim como de favorecer a criação de projetos de vida. Somando-se anos de experiência terapêutica destinada a sujeitos em situações de vulnerabilidade social e circunscrita ao campo dos direitos humanos, os profissionais do núcleo desenharam uma proposta de reparação simbólica através de um trabalho clínico grupal aos afetados pela violência de Estado da ditadura civil-militar. Com a aprovação no 1º edital do Projeto Piloto *Clínicas do Testemunho*, o Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo iniciou o trabalho clínico-político em abril de 2013.

Composta por sete membros, a equipe clínica também optou por dispositivos grupais como disparador de processos de subjetivação e de memória, compreendendo o valor do ato testemunhal compartilhado como um dispositivo que potencializa o processo clínico. Desta forma, foram realizados grupos de acordo com as demandas que foram surgindo, possibilitando o compartilhamento das narrativas de modo a produzir memória coletiva e histórica, preparando o terreno para a realização e/ou elaboração psíquica por meio dos testemunhos.

Foi oferecida uma clínica de trabalho em grupo, que leva em conta em seu manejo, e em cada intervenção, uma experiência que se inscreve, à maneira de uma dobradiça, tanto no terreno do privado, do íntimo, do fantasmático de cada sujeito, quanto no terreno do social, no âmbito coletivo ou institucional, que o transcende e marca (INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

De acordo com um de seus coordenadores, Moisés Rodrigues da Silva Júnior, a ampliação das atividades reparatórias da Comissão de Anistia, por intermédio da reparação simbólica, instigou os membros do instituto a construir uma proposta de intervenção clínica e concorrer ao concurso da chamada pública do projeto piloto

4.2.1 Grupo Intergeracional

Dentre os dispositivos grupais desenvolvidos pelos membros da equipe clínica, destacamos o grupo intergeracional como o norteador do trabalho clínico desenvolvido ao longo do funcionamento do projeto reparatório. Embora tenha surgido sem nenhum planejamento prévio por parte da equipe técnica, este grupo formou-se como um desdobramento da fase inicial enquanto grupo de recepção clínica. Funcionando na dinâmica de um grupo aberto, com entradas e saídas ao longo de sua existência e contemporizando o processo temporal e singular de cada participante, o grupo surgiu como uma resposta à demanda da geração mais nova, de filhos e netos dos afetados diretos, para que juntos conseguissem romper com o silenciamento familiar.

Integraram-se ao grupo três gerações, sendo alguns membros da mesma família, com questões que circulavam em torno da busca do sentido das escolhas políticas dos pais e de seus efeitos no convívio familiar. Sentimentos ambivalentes dos filhos em relação aos pais puderam ser expressos e acolhidos no ambiente clínico grupal, desde a posição de “heróis lutadores” a “irresponsáveis” pelas decisões escolhidas. Por meio desta dinâmica de trabalho, estes filhos puderam falar da sensação de desamparo diante dos acontecimentos que impossibilitaram a plenitude da função paterna ou materna.

Em contrapartida, estes pais puderam compartilhar suas experiências dolorosas na condição de afetados diretos, com traumas encapsulados e sintomas permanentes dos quais não conseguiam romper, evocando lembranças de “prisões, perseguições, torturas, desaparecimentos, enfim, experiências de terror que produziram efeitos terríveis, um sofrimento que não passa, apesar do longo tempo transcorrido desde então” (INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).

No transcorrer do processo grupal, laços afetivos foram se formando, sendo que alguns integrantes já se conheciam de outros contextos e lugares. O agrupamento de três gerações de origens diferentes favoreceu a interlocução entre famílias, rompendo-se com o tabu interno de

cada família. De acordo com a equipe de terapeutas, “nos momentos mais delicados, as falas que mais encontraram ressonâncias vieram a partir desses cruzamentos” (*ibidem*, p. 5).

Outro aspecto observado foram os efeitos advindos das colocações das gerações mais novas, com maior facilidade em expressar seus afetos, promovendo um deslizamento quanto à intensidade dos discursos político-ideológicos da geração diretamente afetada, que por vezes se apresentou como resistência ao processo terapêutico. Em suma, o grupo intergeracional propiciou o rompimento de barreiras que poderiam continuar intransponíveis não fosse o confronto entre gerações que, juntas, puderam potencializar processos que viabilizaram a superação de algumas resistências.

De acordo com a equipe clínica,

ficou claro que, para tratar essa questão, é preciso incluir esse diálogo intergeracional, pois foi justamente por meio dele que se pôde observar uma inflexão no discurso enrijecido daqueles que foram afetados diretamente. Os testemunhos vão sendo tecidos nessa possibilidade de juntar os acontecimentos com os afetos.

O trabalho em torno do testemunho teve o efeito de aos poucos criar pele. Aquilo que antes se apresentava sem a menor continência, à medida que o trabalho sobre o testemunho se desenvolveu, foi encontrando contorno. (INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).

4.3 INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE - CT/SP

O Instituto Sedes Sapientiae funcionou na cidade de São Paulo como um dispositivo político na luta pelos direitos humanos, ao acolher as primeiras reuniões do movimento pela anistia no final dos anos 70. Iniciou de forma pioneira ações de apoio e cuidado aos afetados pela ditadura brasileira assim como aos exilados dos regimes autoritários dos países de fronteira no decorrer da repressão, como Argentina e Uruguai. Posteriormente, este dispositivo clínico-político se estabeleceu como um “centro de pesquisa e de transmissão de conhecimento da psicologia clínica e da educação popular” (OCARIZ, 2015, p. 24).

Com orientação psicanalítica, a equipe *Clínicas do Testemunho* da Sedes desenvolveu o seu trabalho de forma aberta à demanda que viria a ser constituída após a sua primeira chamada pública. Diferentemente das outras equipes clínicas, os atendimentos individuais

foram considerados mais apropriados para lidar com as situações traumáticas do público-alvo, investindo-se na relação de confiança de forma acolhedora. De acordo com a equipe técnica,

os atendimentos individuais trazem uma maior apropriação da história, melhor interação com o ambiente social e nos grupos, pois há um reconhecimento e uma força de resgate de confiança que legitima as diversas experiências de vida (INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE, 2015, p. 4).

Desta forma, a equipe clínica realizou com seu quadro técnico os atendimentos individuais e de grupo, atendimento psiquiátrico, atendimento familiar, Grupos de acolhimento e escuta (como porta de entrada ao projeto clínico) e Grupo de Reflexão e Testemunho (GTR), para o desenvolvimento voluntário dos testemunhos. Também organizou oito Conversas Públicas que serviram de divulgação das *Clínicas do Testemunho* ao longo da vigência do projeto, atingindo um público de mais de 900 pessoas, realizadas na Sedes e no Memorial da Resistência, em São Paulo.

A equipe da Sedes realizou cinco Capacitações para profissionais da rede pública de saúde e da justiça. Neste intuito, organizaram a “Jornada Interdisciplinar: A VIOLÊNCIA DE ESTADO ATUAL E SUAS RAÍZES”, considerando-se o escasso conhecimento do público em geral acerca do período ditatorial, assim como dos projetos reparatórios da Comissão de Anistia (INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE, 2015).

4.3.1 Grupo de Trabalho de Perus

Destacamos esse trabalho pelo nível de complexidade que o envolve, haja vista que não fazia parte do plano de trabalho inicial do projeto piloto. Este grupo surgiu de uma demanda da Secretaria de Direitos Humanos de São Paulo, com o objetivo de oferecer suporte clínico aos profissionais que estariam envolvidos com a identificação das ossadas do cemitério clandestino de Perus¹³. Trata-se de uma vala clandestina feita dentro de um

¹³ “A vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, foi aberta em 4 de setembro de 1990. Naquele cemitério, construído em 1971, havia uma vala clandestina com 1.049 ossadas acondicionadas em sacos plásticos sem nenhuma identificação. Segundo informações do então administrador do cemitério, o funcionário Antônio Pires Eustáquio, para lá eram levados os corpos de indigentes, vítimas anônimas do Esquadrão da Morte, da miséria social e da repressão política, para serem enterrados em covas individuais ou jogados numa vala comum. Entre esses restos mortais, acredita-se haver desaparecidos políticos da ditadura

cemitério oficial, contendo restos mortais de cidadãos mortos pela violência de Estado, inclusive da ditadura civil-militar.

Durante o período de reconstrução democrática, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, este cemitério passou a ser conhecido pelos principais veículos de comunicação, embora as denúncias de sua existência já fizessem parte das lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Neste contexto, foi instituída oficialmente uma CPI da Vala de Perus, a Comissão Parlamentar de Inquérito – Perus: desaparecidos políticos, embora o trabalho investigativo só tenha ganhado maior amplitude durante a gestão do governo da então prefeita de São Paulo Luiza Erundina, com o apoio de parlamentares combativos na câmara dos vereadores da cidade paulistana. Anteriormente,

esse trabalho de investigação vinha sendo executado de maneira extraoficial e militante pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, com a colaboração do administrador do Cemitério Dom Bosco de Perus, Sr. Antônio Pires Eustáquio.

Em princípio, as ossadas de Perus foram encaminhadas para o Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Depois passaram para o IML e, posteriormente, a quase totalidade das ossadas foi encaminhada para o columbário do Cemitério do Araçá, em São Paulo, onde permaneceram até 2014 (OCARIZ, 2015, p. 117-118).

4.3.2 Atendimento psicossocial aos peritos de Perus

Foi assinado um termo de compromisso entre as *Clínicas do Testemunho Sedes Sapientiae – SP* e a Comissão de Anistia (MJ), por meio de um Protocolo, para garantir o atendimento psicossocial aos peritos envolvidos nos trabalhos de identificação dos restos mortais encontrados no cemitério de Perus, como também no atendimento psicossocial aos familiares das “pessoas inumadas ilegalmente em Perus” (OCARIZ, 2015, p. 120).

O Grupo de Trabalho de Perus (GTP), composto por historiadores, arqueólogos, antropólogos forenses e fotógrafos, foi iniciado em janeiro de 2015. A partir de fevereiro do mesmo ano, passou a ter o formato de Grupo de Conversa, com reuniões semanais para favorecer as narrativas por intermédio dos diálogos,

civil-militar, indigentes e vítimas de grupos de extermínio que atuaram em São Paulo nos anos 1960 e 1970” (OCARIZ, 2015, p. 117).

com o intuito de promover o partilhamento de desejos, vivências e angústias produzidas pelo trabalho com as ossadas de Perus, as entrevistas com os familiares de mortos e desaparecidos, as pesquisas no Arquivo Público de São Paulo e o registro fotográfico da reconstituição dos esqueletos (OCARIZ, 2015, p.121).

4.4 SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA – SIG CT/RS

A Sigmund Freud Associação Psicanalítica (SIG) dedica-se à formação e transmissão da psicanálise há quase três décadas, na cidade de Porto Alegre, orientando a sua práxis clínica para o campo social. Como *Clínicas do Testemunho*,

inscreve-se em um tempo outro que, a partir da ação do Estado, oferece escuta psicanalítica ao sujeito em sofrimento e reconhecimento coletivo das histórias de resistência daqueles que viveram longos anos os efeitos do silenciamento imposto pelo efeito traumático e pela autoanistia concebida em 1979 [...]. Nessa perspectiva, o testemunho, ao retirar essas vivências do registro do medo e da humilhação, devolve à história sua dimensão coletiva e temporal (SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA, 2014, p. 24).

No decorrer do percurso do 1º edital, a SIG realizou uma proposta de trabalho que buscou contemporizar as prerrogativas do edital, embora não tenha realizado na ordem proposta. Segundo relatos da equipe técnica, não foi uma tarefa simples implementar o projeto reparatório sem uma demanda clara na região sul do país, após décadas de silenciamento. Conforme foi sublinhado pela equipe clínica, a SIG/CT realizou “uma inversão na relação oferta e demanda: [...] supôs uma demanda ali onde estava o silêncio, a suspeita, a raiva, a rejeição de sujeitos que nunca haviam sido escutados pelo Estado” (*idem*, 2015, p. 3).

Portanto, a proposta clínico-política da SIG para a realização do projeto piloto esteve, desde o princípio, atrelada a problematização da demanda, com questionamentos em relação ao público-alvo almejado pela Comissão de Anistia, ou seja, dos afetados diretos da ditadura que já estavam em processo de anistia ou dos que já haviam sido anistiados.

Inicialmente, as estratégias de intervenção para a mobilização de demanda não se restringiram aos afetados diretos da ditadura e de seus familiares, mas aos profissionais de saúde e assistência, profissionais de instituições que lidam com a violência de Estado em seu

cotidiano. Os membros da equipe de trabalho partiram do pressuposto de que os afetados não deveriam se restringir aos anistiados e anistiandos, mas também aos sujeitos que sofrem diariamente e que não se reconhecem como afetados pelos crimes cometidos pelo Estado: no momento atual, a juventude de nossa época, que desconhece a história recente do país, assim como uma gama de pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, que na condição de pobreza e invisibilidade social agregado ao desconhecimento de seus próprios direitos, sofrem de forma mais direta os efeitos da violência estatal.

Como disparador destas reflexões, a SIG/CT-RS utilizou o dispositivo das *Conversas Públicas* para divulgar a proposta de trabalho, em parceria com Universidades públicas e privadas, como a IPA, EST, UFRGS, PUCRS, além de espaços públicos como praças e teatros.

4.4.1 Conversas públicas

As conversas públicas funcionaram como um mecanismo de publicização do projeto da SIG/CT, que, por sua vez, introduziu nos encontros públicos a discussão acerca dos anos de silenciamento social e da omissão do Estado brasileiro diante da violência perpetrada nos tempos da ditadura e das políticas de esquecimento do período pós-ditadura, negando aos afetados diretos, e à sociedade em geral, o resgate de sua memória histórica e política, assim como a responsabilização pela aplicação da justiça aos responsáveis pelos crimes cometidos durante a repressão.

Durante o período de dois anos, as conversas públicas, enquanto iniciativa de mobilização social e política, atingiram uma estimativa de mil e trezentas pessoas entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA, 2015).

4.4.2 Processo clínico

O silenciamento imposto ao longo da transição democrática, ao estabelecer a impunidade de forma generalizada, afetou indivíduos e coletividades de forma transgeracional por intermédio de negacionismos e desmentidos em vários segmentos sociais ao distorcer ou

não reconhecer as vítimas do terrorismo de Estado, promovendo a fragmentação da memória coletiva e, conseqüentemente, processos de retraumatização daqueles que sofreram o dano de forma direta e visceral. Nesta perspectiva, a equipe clínica da SIG/CT ressaltou

o pioneirismo do projeto Clínicas do Testemunho frente à herança deixada pelas práticas “psis” na memória coletiva de nossa sociedade durante os últimos 30 anos. Muitos foram os relatos de participantes do projeto que revelaram os usos e abusos do enquadre terapêutico para incutir noções ideológicas nos pacientes como índices de normalidade, ou ainda, de tentativas de rejeitar a militância política dos sujeitos como condição de engajamento a um tratamento.

[...] Concebemos o ato de “convencimento” como uma atualização do traumático, uma vez que ele pressupõe “colonizar o outro”, ato que se aproxima das estratégias de terror e medo empregadas pelos agentes do Estado durante a ditadura (SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA, 2015, p. 3-4).

Portanto, o reconhecimento do Estado brasileiro frente aos crimes de lesa-humanidade por meio da reparação simbólica e agregada ao testemunho tornou-se imprescindível a práxis clínico-política, inclusive para problematizar os mecanismos psicologizantes que inviabilizam os processos de subjetivação dos atores sociais envolvidos.

CAPÍTULO 5 – INTERFACES CLÍNICO-POLÍTICAS

Esta pesquisa busca abarcar as possibilidades de valoração do testemunho acerca do terrorismo de Estado, contextualizadas na criação de uma política de reparação simbólica endereçada aos afetados diretos e indiretos da ditadura instaurada no Brasil, desde o golpe civil-militar de 1964. Apesar de constatararmos uma grande lacuna histórica intencionalmente dirigida pelo Estado brasileiro por políticas de esquecimento no período democrático, comprometendo a transmissão de memórias daqueles que presenciaram a temporalidade de uma ditadura que durou vinte e um anos, inclinamo-nos na tarefa de pesquisar uma política reparatória construída tardiamente, após anos de luta de organismos de direitos humanos, de ex-presos políticos e de familiares de desaparecidos políticos que sempre buscaram romper com os efeitos nefastos do silenciamento produzidos socialmente. Para tanto, circunscrevemos este estudo ao campo transdisciplinar da memória social, buscando transversalizar a clínica com as ciências humanas e políticas, de modo a promover a interlocução entre campos de conhecimento que integram a complexidade das subjetividades inerentes ao convívio humano em situações extremas de crimes de lesa-humanidade.

Inicialmente, intencionávamos utilizar o recurso metodológico de pesquisa de campo realizando entrevistas semi-estruturadas para a investigação do processo de reparação do trauma diante da impossibilidade de sua integralidade, ou seja, de *como* os testemunhos e equipe técnica, envolvidos no processo das *Clínicas do Testemunho*, compreenderiam a perspectiva da *reparação integral* após a quebra do compromisso por parte do Estado brasileiro em efetivar e aprimorar sua justiça de transição, desde 2016; sobre os efeitos produzidos e se, por ventura, conceberiam estratégias de resistência, após o término do 2º edital do projeto das *Clínicas do Testemunho* em 2017. Mas, devido à complexidade da questão para um curto tempo de investigação, optamos por declinar desse intento, não havendo tempo hábil para o estudo dos insumos produzidos em sua totalidade pelas equipes clínicas durante o trabalho realizado no 2º edital.

Com isso, dimensionamos o objeto de estudo para a vigência do 1º edital, de 2013 a 2015 e adotamos a metodologia de pesquisa qualitativa histórico-documental, contando com o acervo documental disponibilizado pela Comissão de Anistia (MJ) além dos insumos criados e produzidos pelas clínicas conveniadas ao Projeto *Clínicas do Testemunho* e que foram publicizados no decorrer do trabalho realizado até 2015.

Passamos a relatar, em primeira pessoa, a experiência da autora desta pesquisa no acompanhamento do surgimento das *Clínicas do Testemunho* no Rio de Janeiro.

Em meu exercício profissional como psicóloga e membro integrante da equipe técnica do Centro de Referência em Direitos Humanos – CRDH/RJ, no Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, entre 2012-2014, conveniado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR), tive a oportunidade de acompanhar o início desta política de cunho reparatório através da 1º chamada pública do Projeto Piloto das *Clínicas do Testemunho*, em 2012. Por intermédio de algumas ações conjuntas com alguns organismos e coletivos de direitos humanos, tive a oportunidade de me aproximar de alguns membros do Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e da Equipe Clínico-Política do Rio de Janeiro, sendo esta última, contemplada no concurso do edital das *Clínicas do Testemunho*.

Em 17 de abril de 2013, estive presente no lançamento público da proposta aprovada pela Comissão de Anistia, como Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro/ *Clínicas do Testemunho* RJ, no auditório da OAB do Rio de Janeiro, através de uma Conversa Pública aberta a sociedade civil, estando presentes ex-perseguidos políticos e familiares, organismos de direitos humanos, profissionais de saúde e de áreas afins e de alguns membros de partidos políticos, totalizando umas 100 pessoas, todas interessadas em conhecer e/ou participar deste trabalho pioneiro.

Estando pessoalmente interessada em conhecer de perto este processo de trabalho, fui convidada a participar de uma capacitação oferecida pelas *Clínicas do Testemunho* RJ, que aconteceu no formato de duas oficinas clínico-políticas durante o segundo semestre de 2014, com o tema *Estratégias clínicas para a reparação de afetados pela violência de Estado* (INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO, 2015). Nesses encontros foram integrados diversos segmentos profissionais – gestores de políticas públicas, técnicos da saúde mental, da atenção básica, artistas e profissionais afins, oportunizando a partilha de experiências complexas no trabalho cotidiano. Os facilitadores do processo de capacitação perpassaram por alguns temas acerca da violência de Estado no período ditatorial e na atualidade, dos crimes de lesa-humanidade, da interface da memória política e do testemunho como operadores de memória social, assim como dos efeitos sócio-políticos e subjetivos da violência de Estado, promovendo reflexões acerca das possibilidades e impasses da oferta de reparação simbólica aos afetados pelo terrorismo de Estado como uma política pública. Neste momento, ficou claro para todos os participantes que se tratava de um campo novo de atuação clínica, não havendo respostas apriorísticas. Estávamos na expectativa do

que viria a acontecer ao longo dessa proposta-piloto. Foi a partir destas indagações que, tempos depois, busquei pesquisar o presente trabalho na perspectiva da memória social que, com seu leque polissêmico e polifônico, permite abarcar a complexidade deste tema.

Portanto, a pesquisa histórico-documental, circunscrita em uma perspectiva multicultural e historiográfica, possibilita a compreensão da história sob diferenciados espectros e vozes, levando-se em consideração fontes documentais não oficiais tais como a literatura, biografias, relatos testemunhais, reportagens jornalísticas, fotografias, acervos audiovisuais, dentre outros. Como ilustração, os autores Ivenicki e Canen apresentam duas vertentes metodológicas de pesquisa histórico-documental.

De um lado, a busca das vozes silenciadas e daquelas autorizadas, presentes nos discursos que imbuem os documentos [...], de outro, o interesse por histórias orais, histórias de vida e fontes documentais plurais, muitas das quais, pessoais. Nesse exemplo [...] o conceito da história é substituído pelo de narrativa historiográfica, buscando-se perceber o lugar dos grupos identitários em sua construção, em termos de sua presença ou invisibilidade (IVENICKI; CANEN, 2016, p. 45-46).

Com isso, temos que os testemunhos constituem a matéria-prima desta pesquisa. Por meio dos insumos que foram produzidos pelas *Clínicas do Testemunho* dos quatro núcleos conveniados ao projeto piloto - além de um acervo documental de testemunhos orais fornecidos pela Comissão de Anistia (MJ), com publicações e acervos audiovisuais - e do material fornecido pelos Relatórios Finais da Comissão Nacional da Verdade e das *Clínicas do Testemunho*, buscamos os recursos metodológicos na pesquisa histórico-documental a fim de responder às questões suscitadas acerca da experiência de um passado histórico hediondo de terrorismo de Estado e expressos no momento presente no processo de trabalho de superação do silenciamento, proposto pelas *Clínicas do Testemunho*; e sobretudo, como a dimensão política e testemunhal a partir do trabalho clínico, para além do *setting* terapêutico, com a enunciação pública dos sujeitos, possibilitando a elaboração de traumas também de forma coletiva.

Para tanto, consultamos os insumos produzidos pelas *Clínicas do Testemunho*, a saber: artigos e publicações produzidos pelos integrantes das quatro clínicas conveniadas ao projeto piloto; vídeos sobre as Clínicas do Testemunho e os Relatórios Finais produzidos por cada equipe de trabalho, após o término do convênio.

Para fins de nossos objetivos aqui propostos, optamos por fazer um recorte dos insumos ou materiais com os registros de assistidos e coordenadores e equipe técnica das *Clínicas do Testemunho* expressando o ganho terapêutico da passagem individual à coletiva, privada à pública, dos relatos de experiências traumáticas mostrando a relevância da parceria clínico-política no reconhecimento público e na reparação simbólica, rompendo-se com décadas de silenciamento e ostracismo. “Tais narrativas revelam vozes plurais e identidades individuais e coletivas, não hegemônicas e, portanto, longe de terem sido incorporadas às visões oficiais da história” (IVENICKI; CANEN, 2016, p. 46).

5.1 DIMENSÕES CONCEITUAIS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Em seu livro *A condição humana*, editado pela primeira vez em 1958, Hannah Arendt observa as diferenças sócio-históricas nas relações entre a esfera pública e a esfera privada. Fazendo um contraponto da antiguidade grega à era moderna, a autora salienta que, para os gregos, a dimensão privada denotava a privação de alguma coisa, inclusive das mais elevadas capacidades humanas, como era a situação dos escravos e dos bárbaros, ou seja,

quem quer que vivesse unicamente uma vida privada – o homem que, como o escravo, não podia participar da esfera pública ou que, como bárbaro, não se desse ao trabalho de estabelecer tal esfera – não era inteiramente humana. Hoje não nos ocorre, de pronto, esse aspecto de privação quando empregamos a palavra “privatividade”; e isto, em parte, se deve ao enorme enriquecimento da esfera privada através do moderno individualismo (ARENDR, ([1958]/2000), p. 48, grifo da autora).

Em contrapartida, a esfera social, tal como a concebemos hoje, seria uma instância desconhecida dos gregos, sendo o seu conteúdo correspondente à esfera privada. Neste caso, Arendt observa uma mudança de sentido entre as categorias público e privado por meio de um fato histórico decisivo: da relevância da intimidade na “privatividade moderna [...] não como o oposto da esfera política, mas da esfera social, com a qual, portanto, tem laços ainda mais estreitos e autênticos” (*ibidem*, p. 48). A implicação desta mudança se deu com a diluição da fronteira entre as instâncias pública e privada na sociedade moderna, assim como a descoberta da intimidade, havendo um deslocamento da família para grupos sociais correspondentes, sem, no entanto, ocorrer grandes mudanças em sua estrutura.

Sendo considerado o primeiro teórico eloquente da intimidade, Rousseau chegou a essa descoberta “mediante uma rebelião não contra a opressão do Estado, mas contra a insuportável perversão do coração humano pela sociedade” (*ibidem*, p. 48). De acordo com a análise de Arendt, essa reação de rebeldia dirigida à sociedade moderna se deu, primeiramente, contra o conformismo implícito na absorção do nivelamento social, não havendo, portanto, nenhuma preocupação de composição igualitária entre os homens mediante a configuração do Estado-Nação. Para ela,

a igualdade dos membros desses grupos, longe de ser uma igualdade entre pares, lembra muito mais a igualdade dos membros da família ante o poder despótico do chefe da casa, exceto que, na sociedade, [...] o poder exercido por um único homem, representando o interesse comum e a opinião adequada, podia mais cedo ou mais tarde ser dispensado. O fenômeno do conformismo é característico do último estágio dessa evolução moderna (ARENDR, ([1958]/2000), p. 50).

Portanto, um elemento decisivo e constituinte da sociedade moderna foi a exclusão da *ação* que antes integrava a vida doméstica nas sociedades anteriores. Substituída por regras normatizantes para os comportamentos sociais desejáveis, aboliu-se a “ação espontânea ou a reação inusitada”, sendo esse fenômeno oriundo do conformismo nomeado por Arendt como *sociedade de massas*. Dessa forma, a esfera social atinge o seu apogeu mediante séculos de desenvolvimento para seu total assujeitamento às instâncias de poder que a controla por seu conformismo e obediência aos comportamentos aceitáveis pela norma instituída, reguladas pelo aparato jurídico e pelo nascente capitalismo moderno,

e a vitória da igualdade no mundo moderno é apenas o reconhecimento político e jurídico do fato de que a sociedade conquistou a esfera pública, e que a distinção e a diferença reduziram-se a questões privadas do indivíduo. [...] É o mesmo conformismo, a suposição de que os homens se comportam ao invés de agir em relação uns aos outros, que está na base da moderna ciência da economia, cujo nascimento coincidiu com o surgimento da sociedade e que, juntamente com o seu principal instrumento, a estatística, se tornou a ciência social por excelência (ARENDR, ([1958] /2000), p. 50-51).

A economia enquanto ciência equaciona os homens como objeto social por excelência, definindo regras de conduta a serem seguidas sem questionamentos, surgindo definições comportamentais de estados sociais ou anormais àqueles que não se enquadram às normas estabelecidas pela sociedade capitalista. E as leis estatísticas, por sua vez, são justificáveis em

sua aplicação para acompanhar o aumento populacional, validando o controle de seus desvios. “Politicamente, isto significa que quanto maior é a população de qualquer corpo político maior é a probabilidade de que o social, e não o político, constitua a esfera pública” (*ibidem*, p. 52).

A esfera pública denota dois sentidos convergentes. Primeiramente, o que vem a público e visto e escutado por todos os presentes formam a noção de realidade, e em segundo, significa também o mundo em comum, não em seu estado de natureza, mas criado e compartilhado pelos artefatos produzidos pela interferência humana, criado por mãos humanas e gestado pelos negócios humanos.

Quanto às forças subjacentes à intimidade do coração, das paixões da alma aos sentidos ou pensamento humano, só se tornam passíveis de transformações quando supera a individualidade, tornando as experiências subjetivas desprivatizadas, seja por intermédio de narrativas de estórias, quando expressas por algum processo de criação ou de testemunho.

A presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos, garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos;
 [...] De fato, o sentimento mais intenso que conhecemos – intenso ao ponto de eclipsar todas as experiências de grande dor física – é, ao mesmo tempo, o mais privado e menos comunicável de todos. Não apenas por ser, talvez, a única experiência à qual somos incapazes de dar forma adequada à exposição pública, na verdade ela nos priva de nossa própria percepção de realidade a tal ponto que podemos esquecer esta última mais rápida e facilmente que qualquer outra coisa. [...] Em outras palavras, a dor, que é realmente uma experiência limítrofe entre a vida, no sentido de estar na companhia dos homens (*inter homines esse*), e a morte, é tão subjetiva e alheia ao mundo das coisas e dos homens que não pode assumir qualquer tipo de aparência (ARENDDT, ([1958] /2000), p. 60-61).

Conforme Levy (2014), pesquisadora da condição psicológica dos sobreviventes durante e depois do Holocausto, a aproximação mais sensível com os relatos dos testemunhos decorre de uma postura de alteridade, de encontro *com* o outro, diferindo sobremaneira dos registros da história formal, pois,

essa esfria os fatos no aspecto existencial por nós almejado. Já a história não formal é aquela em que, partindo dos depoimentos de testemunhos, entre outras fontes, o pesquisador os apresenta em termos metaprocessuais, permitindo que o leitor tenha uma visão intra e supra-histórica. O nível existencial, subjetivo enquanto percepção do sujeito, e o nível factual,

objetivo enquanto ocorrência histórica, constituem o produto do relato (LEVY, 2014, p. 67-68).

Em sintonia com Habermas, ao considerar o exercício reflexivo da experiência vivida decorrente das relações humanas, Levy ressalta que este processo reflexivo “pode e deve ser um exercício compartilhado com outras pessoas” (*ibidem*, p. 71) favorecendo uma compreensão mútua. Integrando a verdade existencial do sujeito ao processo testemunhal, sem pretensões de confrontar os relatos com os documentos formais, a autora configura as subjetividades inerentes às experiências processuais como constituintes dos “parâmetros do entendimento psicossocial da dinâmica do ser” (*ibidem*, p. 73).

Em um plano que transversaliza os campos micro e macrosociais - do público ao privado - e da transmissão das experiências de forma compartilhada como fonte de memória social, a experiência das *Clínicas do Testemunho* configuram o direito à memória e à transmissão da verdade como reparação simbólica através do testemunho, transformando o trauma silenciado e encarcerado no mundo privado daqueles que sofreram a dor de forma direta e implacável a outras formas de expressão, transfiguradas em processos de subjetivação, criação e testemunho público.

5.2 COORDENADORES E EQUIPE TÉCNICA

Ao apresentar o Projeto das *Clínicas do Testemunho* no Rio de Janeiro em um documentário produzido pela Criar Brasil (2015), a coordenadora do Instituto Projetos Terapêuticos (RJ), Vera Vital Brasil, enfatizou as diferenças metodológicas que cada equipe clínico-política constituída utilizou para realizar as três prerrogativas propostas no 1º edital da Comissão de Anistia - da atenção psicológica oferecida aos afetados diretos e indiretos da ditadura; a capacitação dos profissionais do campo *psi* para o atendimento aos afetados pela violência de Estado do passado e da atualidade; e a produção de insumos.

Segundo o seu relato, o terceiro componente foi o que fomentou maior expectativa aos profissionais envolvidos no projeto piloto, principalmente em relação ao que viria a acontecer no país neste curto período de projeto experimental. A expectativa geral era a de produzir insumos que gerassem subsídios que favorecessem a consumação de uma política pública de Estado para uma reparação psicossocial integral. Ao ser entrevistada em um curta-metragem

produzido por alguns integrantes do projeto piloto, a coordenadora das *Clínicas do Testemunho* RJ fez o seguinte relato:

Cada uma das clínicas que está em funcionamento tem uma metodologia, tem um modelo, tem uma formulação clínica. Mas todos nós temos claro que os efeitos da violência de Estado são múltiplos e são muito necessários que possam ser acolhidos. Um dos efeitos mais graves que a tortura promove é a tentativa de quebra dos vínculos. Vínculo das redes em que a pessoa está envolvida quer seja da rede da militância, quer seja da rede familiar, quer seja da sua relação com o Estado.

As pessoas estão se apropriando da palavra que lhes foi cassada durante muitos anos. E a *Clínica do Testemunho*, ela é um facilitador no sentido de poder quebrar esse silêncio (CRIAR BRASIL, 2015, 15h28min min.).

No decorrer do projeto, a palavra pode circular, rompendo com o silenciamento imposto na vida social. Contando com a habilidade e sensibilidade dos psicoterapeutas do projeto, Vital Brasil dimensionou os embaraços dos primeiros encontros:

Muita gente nunca tinha falado a respeito disso, e chegou, se inscreveu e no primeiro encontro nos grupos de recepção, já começaram a falar sobre essa experiência. Por quê? Porque depois de tantos anos, quarenta e tantos anos, cinquenta anos depois do ocorrido, as pessoas viveram de forma privatizada esta experiência, dolorosa, uma experiência de muita perseguição, de muito acanhamento diante do outro, (...) de muito embaraço diante do outro e, guardavam para si, falavam com pessoas que estavam à sua volta. Entre pais e filhos era muito raro que se falasse (...) tanto por parte dos filhos havia um embaraço no sentido de perguntar ao pai e fazê-lo sofrer, da mesma forma do pai que temia falar para filho e fazê-lo sofrer (CRIAR BRASIL, 2015, 15h28min min.).

5.2.1 O resgate da confiança

Como dificuldade inicial à realização do projeto piloto, os membros das equipes clínicas observaram algumas resistências dos supostos beneficiários do projeto reparatório, primeiramente, devido à iniciativa tardia do Estado brasileiro em se responsabilizar pelas violações cometidas no período de exceção, assim como pelas violações ocorridas na atualidade. Foi salientada a impossibilidade de se dimensionar integralmente a população afetada pela ditadura brasileira, conhecendo-se apenas o contingente de pessoas que fizeram requerimento ao processo reparatório disponibilizado pela Comissão de Anistia.

A coordenadora e psicanalista da *Clínica do Testemunho* no Rio Grande do Sul, Bárbara Conte, também considerou a importância da fala ao constatar que uma das questões mais impactantes observadas nos atendimentos clínicos foi o silêncio prolongado, reflexo de um silenciamento que vem perdurando na sociedade há anos, afetando também a intimidade daqueles que o experienciaram, de forma direta na ditadura brasileira. Por trás de um silenciamento imposto socialmente, revelou-se o medo de mexer numa ferida que nunca cicatrizou, expressas pelo medo de falar e reavivar a dor. Afinal,

há quanto tempo essas pessoas vivem nesse silêncio, e não tiveram espaço onde falar sobre isso? Inclusive pessoas que militaram juntas e não sabem bem a história dos outros. Isso tem proporcionado reencontros. Tem pessoas que enlouqueceram, que tiveram suas vidas interrompidas – não no sentido da morte. As clínicas buscam proporcionar o espaço para acolher os testemunhos. As pessoas criam elos de identificação e dão outro sentido à experiência vivida (NUZZI, 2014).

Levando-se em consideração que a violência que estava sendo trabalhada partiu do próprio Estado, surgiu como dificuldade inicial ao projeto piloto a falta de confiança no Estado por parte dos atendidos. Segundo a psicanalista, o questionamento de como o Estado violador se propôs a reparar foram indagações frequentes no início dos atendimentos e, no transcorrer do trabalho clínico, a credibilidade foi sendo conquistada, paulatinamente, pelo ato de falar. Nos dispositivos grupais, por intermédio da fala, militantes e familiares da primeira e da segunda geração puderam se reunir e tomar conhecimento de situações que nunca haviam sido reveladas. Neste sentido, a fala proporcionou uma recomposição psíquica, ao

recompor elos, vivências que foram rompidas, mutiladas. A partir da fala dirigida ao outro (profissional da psicologia) e aos iguais, aqueles que viveram a mesma situação.

[...] por meio da fala, da escuta, do compartilhamento, as pessoas experimentam uma nova situação como sujeito na sua comunidade, na sua família (NUZZI, 2014).

5.2.2 O testemunho como reparação simbólica

Segundo a psicanalista Tania Kolker, membro da Equipe Projetos Terapêuticos/RJ, a condição de protagonismo dos afetados pelo terrorismo de Estado tornou-se imperioso ao processo de reparação simbólica. Ao ser considerado o processo de cidadania como resultante

do movimento do sujeito para a ação, rompeu-se também com a acomodação e a passividade frente às direções políticas dadas pelo Estado. Com a recusa ao “assujeitamento” utilizado estrategicamente nas intervenções do poder dominante ao manipular as vulnerabilidades humanas, rompeu-se também com os efeitos de vitimização do trauma.

Neste sentido, a psicanalista observou a importância de alguns deslocamentos facilitados pelos dispositivos clínico-políticos e experimentados pelos integrantes do projeto ao potencializar o testemunho, favorecendo uma construção coletiva de ressignificações de um passado ainda presente, ao ser considerado,

a possibilidade de transitar do lugar de vítima para o de testemunha, de contribuir com a construção da memória histórica e o esclarecimento dos casos ainda obscuros; de tirar estes acontecimentos da clandestinidade, de sair do isolamento e ajudar outros a saírem, de denunciar as violações e identificar nome de torturadores e locais de tortura; exigindo de público as devidas reparações (KOLKER, 2015, p. 60).

Portanto, os integrantes do projeto piloto endossaram a necessidade de uma ação libertadora para a superação do silenciamento imposto socialmente, por meio do resgate do sentimento de pertença na construção desta memória coletiva.

5.2.3 Reconhecimento na clínica

Através de relatos testemunhais acerca da práxis clínica durante o projeto piloto, encontramos ressonância com a concepção ferencziana, na relação psicanalítica, ao ter compreendido a importância do processo contra-transferencial como um fator fundamental para um encontro genuíno entre analista e analisando, favorecidos por uma clínica entre vulneráveis, permeada por afetos expressos na relação. Nesta perspectiva, o reconhecimento pode funcionar como um facilitador de um encontro testemunhal diante do traumático, justamente por afetar os envolvidos nesta relação: o sujeito da enunciação, que rompe corajosamente com o silenciamento e a privatização de sua dor; e o sujeito que acolhe o testemunho por intermédio da escuta, que, em sua condição humana, também é afetado, sendo um testemunho daquilo que escuta e um novo continente para o trauma, mesmo que indizível em sua integralidade.

Diante do relato sensível de Issa Fernando Sarraf Mercadante, um dos coordenadores do Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo, esse encontro entre afetos ocorreu tanto na relação clínica quanto na relação entre equipe de trabalho, de tal forma que operou uma transversalização nas relações. Eis o seu testemunho:

Trabalhei na coordenação da Clínica do Testemunho durante todo o período em que ela funcionou. Particpei também da coordenação de grupos terapêuticos de testemunho, atendimentos médicos, psicoterapias individuais, rodas de conversas, conversas clínicas públicas, supervisões e grupos de pesquisa.

No processo de trabalho de grupo da Clínica do Testemunho pude experimentar um intenso mergulho nas histórias dos pacientes e testemunhar e dar aval a suas dores e medos. Ali, por muitas vezes, meus medos infantis e minha coragem juvenil se reavivaram. Meus medos, minhas penas, minhas dores, enfim, minhas tragédias, entraram em ressonância com as histórias que desfilavam à nossa frente. Entendi que essa clínica só se tornava possível porque conseguíamos atingir esses níveis dentro de nós mesmo. Só assim podíamos estabelecer um vínculo de afeto e de confiança com aqueles que nos davam seus testemunhos.

[...] Para nós, da equipe clínica, os sintomas individuais e grupais apareciam agora em nós e entre nós. Apenas com muito trabalho fora do *setting* de atendimento é que conseguimos dar conta dessas intensidades. Os medos, as paranoias e as dores se levantavam diante dos nossos olhos com vigor e reverberavam em nossos corpos.

O trabalho intenso gerou frutos importantes. Pessoas caladas pela negação do ocorrido, amedrontadas, estraçalhadas, começaram a falar dentro dos grupos e a dar seus testemunhos, a colocar em circulação os excessos contidos no tempo. A partir de lá, conseguiram começar a falar para fora do grupo, dando depoimentos em comissões da verdade, em escolas, entrevistas em jornais, filmes, etc., recebendo o aval dentro e fora do grupo. Pessoas visivelmente adoecidas começaram a se tratar e a procurar lugares de pertinência que lhes possibilitassem uma vida mais saudável. (MERCADANTE, 2015, p. 62).

O reconhecimento abrange vários aspectos de uma clínica ético-política, e conforme podemos aferir neste rico testemunho, o encontro entre testemunhos no *setting* terapêutico e o reconhecimento diante da vulnerabilidade humana, fundamentais ao processo de interiorização na busca de novos sentidos, não seriam *per si*, os elementos que possibilitariam a desprivatização do traumático. O grande salto desta clínica ocorreu justamente no *elo* que se estabeleceu *entre* o reconhecimento em uma relação promotora de encontros afetivos e de subjetividades. O reconhecimento coletivo funcionou como motor para se operar processos de subjetivação, que amplificam as percepções antes encapsuladas e encrustadas na intimidade, podendo vir a ser expressas sob novos contornos, na perspectiva de um movimento porvir.

Conforme o relato da psicanalista e coordenadora do Instituto Sedes Sapientae (SP), Cristina Ocariz acerca da experiência com o Grupo de Reflexão ao Testemunho,

o traumático, que merece testemunho, é caracterizado por uma excepcionalidade e exige ser relatado. O testemunho se localiza em um ponto tenso entre memória e esquecimento. Se de um lado o reencontro com o vivido implica o risco de repetição da dor, de outro, o relato do sobrevivente se vincula à memória daqueles que não sobreviveram e, nesse sentido, “testemunhar e relatar é também uma forma de dar tûmulo aos mortos e desaparecidos, para que não sejam esquecidos”. Outro objetivo é legar para as gerações futuras uma herança com menos “não ditos” que, se não se transformam em palavras, podem irromper catastroficamente.

O Grupo de Reflexão ao Testemunho (GRT) tem sido um espaço onde nós psicanalistas nos perguntamos como enfrentar e abrir o silêncio de feridas tão profundas, produto da repressão e censura que deixou lacunas pessoais e transgeracionais.

[...] No decurso do funcionamento do GRT pudemos perceber o valor político e terapêutico do testemunho. (OCARIZ, 2015, p. 53).

Perante as narrativas clínicas de um trabalho que gerou frutos e lugares de pertinência aos que puderam transitar pelas temporalidades passado e presente, de sujeitos que atravessaram lacunas de esquecimento, perdas, dores, silêncios e adoecimentos, percebemos a sutileza das transformações que ocorreram a partir de um coletivo que, metaforicamente, enquanto árvores com raízes rizomáticas - criaram enlaces para a alteridade, em busca de espectros de luz para fazer circular as reminiscências e as palavras, operando uma obra para a memória e uma dobra na história.

5.3 ATENDIDOS PELO PROJETO

5.3.1 Desconfiança

Segundo o relato de uma testemunha inserida nas Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro acerca de seu ingresso no projeto piloto,

Quando fui convidada a integrar o Clínicas do Testemunho, na verdade, o que me atraiu foi a proposta: a ideia, mesmo ainda pouco desenhada, de me aliar à luta contra a violência de Estado que me deixara muitas marcas e desenganos. A metodologia da convocação, do acesso, da aproximação do projeto, me convenceu de que se tratava de um modo novo de trabalhar.

Foi ainda nesse período dos grupos de recepção que me senti desafiada (...) a solicitar a abertura de um processo junto à Comissão de Anistia, que sempre rejeitei por considerar o Estado incapaz de, no exercício de seu poder, reconhecer as crueldades pelas quais deveria se responsabilizar. Guardava muito rancor e desconfiança que me impossibilitavam de apostar em qualquer deslocamento de posições. (KOLKER, 2015, p. 60).

A desconfiança em relação ao Estado brasileiro foi um dos sentimentos recorrentes no estágio inicial do projeto piloto. As quatro equipes conveniadas, cada uma ao seu modo, depararam-se com a necessidade de superar as dificuldades iniciais, expressas com sentimentos de medo e desconfiança e, por vezes, como uma forma de resistência.

Porém, através do ato de compartilhar as experiências vividas no dispositivo clínico-grupal, novos contornos se deram na relação com o testemunho, para além do ambiente clínico e privado. Seguindo a sequência do relato,

descobri que a questão não era minha, individual. Tratava-se de uma luta coletiva por justiça. A minha postura iria se somar a essa pressão pela mudança. A equipe da Comissão de Anistia, integrada ao Ministério da Justiça, sinalizava que essa luta estava dentro do Estado. Se o Estado se movia, eu também deveria ter uma reação positiva. E foi, a duras penas, que consegui assumir todos os procedimentos necessários. Escrever um relato de meu percurso político, solicitar declarações que comprovassem a veracidade dos acontecimentos, ler todos os registros dos organismos de repressão, escolher o que fazia ou não sentido para o documento, percorrer minhas dores e perdas. Foi esgotante, afetiva e psiquicamente. Jamais teria feito isso sozinha. A memória da minha vivência tornou-se um compromisso com a história da resistência política nesse país. Mas, com o meu jeito de viver nos bastidores, isso teria morrido comigo. Não tinha importância, como tantas outras lutas. Enfim, consegui. Com muito esforço pessoal e apoio do grupo. Como o meu, muitos deslocamentos ocorreram no grupo e cada um deles, acredito, impulsionou outros (KOLKER, 2015, p. 60-61).

A equipe clínica do Instituto Projetos Terapêuticos CT/RJ salientou que, apesar da pouca participação da sociedade brasileira no engajamento pela memória, verdade e justiça, uma estimativa de 73 mil pessoas entrou com requerimento na Comissão de Anistia, até meados de 2015 (KOLKER, 2015). Porém, o processo de luta e resistência continua devido ao novo ciclo de recrudescimento político e retrocesso da justiça de transição brasileira, após o desmonte dos projetos da Comissão de Anistia e da quebra de sua autonomia nos processos de anistia pelo governo Temer, dando margem ao retorno da denegação estatal e do clima de desconfiança.

5.3.2 Silenciamento e Clandestinidade

As experiências de exílio forçado também foram muito dolorosas para os sobreviventes do terrorismo de Estado. Conforme o testemunho do jornalista e ex-militante de uma organização de resistência ao regime, José de Souza Leal:

No processo de realizar o sonho de retornar ao Brasil, Clínicas do Testemunho foi para mim a escolha afetuosa que tanto precisava. Foi onde pude sentir o quanto é importante abrir as portas e as janelas de minha memória. Meu testemunho junto à Anistia Internacional em Hamburgo, Alemanha e no Centro de Reabilitação de Presos Políticos de Copenhague, não surtiram efeitos tão profundos. Mas foi em Clínicas do Testemunho, que o embate entre o medo e a coragem se intensificou. Este processo veio a transcorrer no Brasil, porque foi justamente neste país que a ordem arbitrária estabelecida me obrigou colocar as dores na sacola, lágrimas no cantil e partir triste dizendo assim: te deixo porque te amo.

Parti como sobrevivente após três sequestros, prisões em solitárias, sempre de capuz e torturas por causa de minha militância política.

[...] parti ouvindo a frase de um possível comandante do DOI-Codi me dizendo, exatamente no dia do aniversário de uma das minhas filhas seguramente para estorvar mais esta importante data em minha vida:

O melhor para você é esquecer que esteve aqui e o que se passou neste período. Faça com que este período seja uma folha em branco em sua vida.

[...] e, se por ventura, algum dia você reconhecer algum de nossos comandados pense que é pura ilusão sua. Caso contrário, terá problemas para o resto de sua vida. Podem levá-lo!

Mais de trinta anos após a partida, foi em Clínicas do Testemunho que aos poucos fui readquirindo autoestima e confiança para abrir a sacola de dores e o cantil com amargas lágrimas reprimidas em minha memória. (INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 127, grifos do autor)

Em seu testemunho, o jornalista relacionou a sua experiência pessoal de exílio com o processo de silenciamento imposto desde a época do regime ditatorial. As ameaças feitas pelo agente de Estado o acompanharam ao longo de sua vida, mesmo no país onde escolheu viver, talvez, por questões de sobrevivência e de adaptação a uma terra estranha, na condição de estrangeiro. Assim, o resgate da memória traumática silenciada ao longo do tempo pôde ser expresso no trabalho realizado pelo Instituto Projetos Terapêuticos RJ:

Clínicas do Testemunho me proporcionou a convivência afetuosa com companheiras e companheiros que me passaram imensa dose de energia

iluminando o caminho mais importante de voltar para mim mesmo, do encontro com a minha história e assim tornar possível meu retorno ao Brasil. [...] O caráter informal da prática do Clínicas do Testemunho gera um aprendizado individual e coletivo de grande dimensão. [...] Assim, Clínicas do Testemunho me mostra que é possível restabelecer o elo perdido do respeito, da solidariedade, da amizade e ternura reprimidas neste período (*ibidem*, p. 128).

Ao longo do período de repressão, o silenciamento se impôs como experiência clandestina na subjetividade das pessoas que tiveram suas vidas atravessadas de alguma forma pela ditadura. Por uma questão de sobrevivência, os afetados pelo regime autoritário tiveram que se despojar de qualquer objeto pessoal que comprometesse a vida pessoal, como fotografias, correspondências, livros que fossem censuráveis (considerados subversivos) ou qualquer rastro de lembranças ou de memórias que remetesse à vida de militância política. Isso trouxe graves consequências na vida dos envolvidos, promovendo crises de identidade e dissociação afetiva nas relações familiares e sociais. Por vezes, em situações extremas de risco de vida, o exílio era a única possibilidade de sobrevivência, comprometendo também os laços com o território afetivo, referencial importante em nossa cultura.

5.3.3 O testemunho público

A psicanalista do Instituto Projetos Terapêuticos CT/SP, Cristina Herrera, ao compartilhar um pouco de sua experiência no *grupo dos testemunhos*, dimensionou os enredos possíveis para a transmissão da experiência traumática por intermédio do testemunho público. Perante o indizível do trauma, o grande paradoxo do projeto piloto das *Clínicas do Testemunho* foi o de tornar público os efeitos transgeracionais do trauma no tecido social, sendo este o teor da reparação simbólica, quando agregada ao reconhecimento público, ao criar laço com o Outro pela cultura e pelo viés político-institucional. Porém, mediante a denegação do Estado e ao desmentido na esfera social frente ao ocorrido pelo silenciamento imposto há gerações, Herrera salientou que,

as experiências de desumanização não podem ser reduzidas aos elementos da realidade que as constituem. Por isso, mesmo quando se trata de testemunhar algo do indizível, impensável ou inimaginável, não se trata apenas dos limites do testemunhar em função de uma falta de palavras para comunicar, mas da distância existencial entre o que é vivenciado e o que é possível

processar, quando no corpo social se instala o desmentido da experiência traumática (HERRERA, 2015, p. 92).

Trata-se, portanto, de encontrar novas possibilidades de testemunhar em detrimento de um mal absoluto. De acordo com Waintrater,

Mais do que qualquer outro texto autobiográfico, o testemunho é uma apóstrofe, um endereçamento a um outro que representa a comunidade humana da qual a testemunha foi isolada num determinado tempo de sua existência, pelo acontecimento do qual testemunha. Quando uma testemunha toma a palavra é para afirmar o irredutível de uma experiência, ao mesmo tempo em que é para reatar os fios de uma vida interrompida por essa experiência que a transforma radicalmente. Nesse sentido podemos dizer que o testemunho se torna uma necessidade quando houve ruptura do laço social (WAINTRATER apud HERRERA 2015, p. 94).

No entanto, para seguirmos adiante com os relatos testemunhais, gostaríamos de sinalizar algumas considerações acerca da concepção do testemunho para além das normas jurídicas. Os genocídios das Grandes Guerras do séc. XX, assim como o terrorismo de Estado aplicado nas ditaduras do Cone Sul, nos deixaram um legado de horror injustificável, nos colocando de encontro com a face mais perversa da condição humana – a de negar o óbvio, as atrocidades humanas que mentes e mãos humanas foram capazes de produzir e operar, financiadas por projetos de dominação e controle hegemônico do capital e conduzidos pelo Estado, rompendo-se com o pacto social de salvaguardar a vida dos cidadãos. Ao usurpar a verdade que o constitui, o Estado induziu o silenciamento social pelo terror e pelo medo. Como, então, testemunhar esse paradoxo, diante da força da denegação estatal e das elites conservadoras se, nesses períodos históricos de exceção, foi o próprio Estado o principal agente do terror e responsável pelo rompimento dos laços sociais?

Retomando as discussões acerca do testemunho, deparamo-nos com o paradigma jurídico da prova como elemento que fundamenta o reconhecimento dos fatos, porém, insuficientes na elucidação dos crimes de lesa-humanidade. Como nos lembram Insursky e Szuchman (2014), o julgamento de Eichmann foi fundamental para a construção de uma memória política do Holocausto, por ter sido o primeiro momento em que os sobreviventes dos campos de concentração puderam testemunhar a existência da solução final dos nazistas, embora somente décadas depois, a sociedade internacional tenha reconhecido publicamente a veracidade desses testemunhos.

Como uma linha tênue entre o factual jurídico e a experiência subjetiva dos testemunhos, os profissionais das *Clínicas do Testemunho* que facilitaram e acompanharam os processos de reparação simbólica nas instâncias privada e pública conceberam o trabalho do testemunho como processos de cocriação da condição subjetiva dos sujeitos em interação com as condições coletivas e sociais de recepção e acolhimento dos relatos.

De acordo com as reflexões realizadas por integrantes da equipe clínico-política das *Clínicas do Testemunho* do Rio Grande do Sul (SIG/CT), “se o testemunho é sempre uma cocriação, ele o é à medida que existe outro que o recebe e lhe atribui um lugar onde a verdade subjetiva e histórica possa emergir” (INSURSKY; SZUCHMAN, 2014, p. 51). Para a psicanalista argentina Fabiana Rousseaux,¹⁴,

voltar a tornar possível um diálogo com o Estado em função da situação paradoxal de ter sido o próprio Estado quem encarnou esses crimes, investenos – a quem trabalha nesse contexto – de uma responsabilidade central que é a de impulsionar e garantir as condições necessárias para implantar as políticas de reparação (2014, p. 75).

Porém, a cooperação das *Clínicas do Testemunho* com as comissões da verdade ocorreu de forma distinta, sem o teor oficial de um convênio entre as políticas reparatórias. Destacamos a experiência de cooperação da *Clínica do Testemunho* do Rio de Janeiro junto a CEV-Rio, com alguns depoimentos; e de um testemunho realizado na CEV-SP de uma integrante do projeto das *Clínicas do Testemunho* de São Paulo, embora não tenha sido pelo viés de um convênio.

5.3.3.1 Comissão Estadual da Verdade – CEV-Rio

A cooperação das *Clínicas do Testemunho* com as comissões da verdade ocorreu de forma distinta, sem o teor oficial de um convênio. Destacamos a experiência de dois processos de cooperação com as *Clínicas do Testemunho* do Rio de Janeiro e de São Paulo, junto a CEV-Rio e CEV-SP, respectivamente, onde aconteceram os testemunhos públicos com a assessoria dos dispositivos clínico-políticos.

¹⁴Psicanalista, especialista em assistência às vítimas de violações de Direitos Humanos; e ex-diretora do Centro de Assistência às Vítimas de Violações de Direitos Humanos “Dr. Fernando Ulloa” (Secretaria de Direitos Humanos da Nação – Argentina).

No Rio de Janeiro, o *Testemunho pela Verdade* aconteceu através de um acordo de cooperação do Instituto Projetos Terapêuticos CT/RJ com a Comissão Estadual da Verdade (CEV-RJ). Iniciando em outubro de 2013, funcionou durante o período de um ano com o objetivo de oferecer suporte clínico-político por meio da escuta aos membros e assessores da CEV-Rio, assim como do acompanhamento dos testemunhos que seriam realizados, após longo período de silenciamento.

Outras cooperações e intervenções se deram em coletivos como sindicatos e lugares de detenção (onde ainda ocorrem práticas de tortura), além dos acompanhamentos para a criação de comissões municipais da verdade, sendo oferecido suporte na construção do testemunho público enquanto ato político. Conforme observa Losicer,

Contemporâneas desde sua criação dentro do marco da Justiça de Transição, a confluência de ambas se realiza plenamente em torno da subjetividade e da nova função que se atribui ao testemunho na constituição da Verdade histórica. Nossa experiência nos levou a insistir na importância deste valor da palavra falada, nunca antes reconhecido, contribuindo, desta maneira, a se contrapor à tendência sempre presente de considerar os arquivos e outros registros democráticos como “única” prova do que verdadeiramente aconteceu (LOSICER, 2015, p. 180, grifo do autor).

Nesta nova perspectiva, o testemunho do cidadão passou a ter valorização de prova para o resgate da verdade.

Por intermédio da atividade “Testemunhos da Verdade: o Hospital do Exército”, em parceria com as *Clínicas do Testemunho RJ*, a CEV-Rio obteve seis testemunhos em 30 de julho de 2015, com Ana de Miranda Batista, Antônio Rodrigues Costa, Fátima Setúbal, Marcos Arruda e Paulo César Ribeiro. A ex-presca política Estrella Bohadana havia participado do grupo para a construção dos testemunhos, mas faleceu três meses antes da Audiência Pública da CEV-Rio. Estrella foi homenageada pelos companheiros de luta nesta ocasião.

Dentre os testemunhos, segue a narrativa da ex-presca política Ana de Miranda, conhecida nos tempos de resistência à repressão como Ana Bursztyn. Em seu testemunho, ressaltou possuir lembranças vagas de sua estadia no HCE (Hospital Central do Exército), devido às sequelas da tortura e do excesso de medicação. Na ocasião de seu testemunho junto à CEV-Rio, Ana fez uma especial homenagem aos trinta companheiros e companheiras de

militância contra o regime ditatorial que, segundo ela, fazem parte de “seu inventário de cicatrizes”, e aos anônimos e desaparecidos políticos do país.

Em nome dos ausentes e onipresentes, Ana de Miranda relembra sua estadia no HCE:

[...] mais de 45 anos do ocorrido, já testemunhei para a Comissão Nacional da Verdade, para a própria CEV-Rio no caso do DOPS, na Comissão da Verdade – SP [...].

Fui presa quatro vezes entre 1968 e 1970 porque lutava contra a ditadura, contra as desigualdades sociais, por um país mais justo. O que vou narrar se deu na quarta prisão, em 14 de julho de 1970, depois de ter passado pelo [...] Deops-SP, pela Oban, pelo Hospital Geral Militar, no Cambuci, SP, pelo DOI-Codi do I Exército, por uma delegacia de bairro ‘clandestina’ na Zona Norte do Rio para ser ‘interrogada’ pela equipe do delegado Fleury, com total anuência dos oficiais do Exército e de um membro do CIE (Centro de Informações do Exército).

[...] me levaram ao HCE onde permaneci por uma semana, isolada no pavilhão dos doentes mentais. [...] cheguei lá temendo sem parar, provavelmente pela quantidade de choques elétricos que tinha recebido até o momento. [...] depois, fui retransportada ao DOI-Codi I Exército e as torturas continuaram. Ou seja, no meu caso, bem como no da querida companheira Estrella, no da Fátima, no de Marcos e em muitos outros, o HCE funcionou como mais um elo na cadeia de torturas (BATISTA, 2015, 186-187, grifo do autor).

Ana de Miranda dimensionou a experiência do sequestro e da tortura como uma situação limítrofe entre a mente e o corpo, ao sofrer torturas de forma contínua, dias e noites seguidas, sendo impedida também de dormir.

Daí, dos nossos testemunhos, deriva também a importância da existência de uma política pública de atenção aos atingidos pela violência do Estado brasileiro, com profissionais com a sensibilidade e a capacidade daqueles que nos atenderam nas Clínicas do Testemunho. Nós não terminamos nosso tratamento e ainda existem centenas, milhares de atingidos direta e indiretamente pela violência institucional (BATISTA, 2015, p. 188).

Em relação à importância conferida às Comissões da Verdade e na condição de integrante do Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, a testemunha ressaltou a importância das Comissões da Verdade.

Lutamos para que elas existissem, as acompanhamos, as criticamos e colaboramos com elas sempre que possível. Mas muita coisa ficou por ser dita, revelada, investigada. Os principais arquivos da ditadura civil-militar ainda estão lacrados. [...] nós reclamamos, requeremos, demandamos o direito à constituição de um organismo que possa dar continuidade a esses

trabalhos. Mesmo porque conhecemos as consequências funestas da ignorância sobre aquele período, o medo entranhado e também a conivência de parte da população com as torturas e execuções. [...] com a política de esquecimento, o abuso e a extrema violência por parte dos agentes de Estado permanecem porque estão arraigadas na cultura das nossas polícias militarizadas e nas Forças Armadas. A Verdade e a Memória daquele período necessitam, portanto, continuar a ser disputadas (BATISTA, 2015, p. 188-189).

No relato de Ana, deparamo-nos com a importância conferida às dimensões entre o público e o privado, contemporizadas no projeto piloto das *Clínicas do Testemunho* junto às comissões da verdade.

Ana terminou o seu relato enfatizando que não se vê mais como ex-presa política, mas como uma sobrevivente testemunha que permanece militante.

5.3.3.2 Comissão da Verdade de Volta Redonda

A professora universitária e filósofa Estrella Bohadana prestou seu testemunho acerca dos tempos de militância política e de sua prisão, na Audiência Pública da Comissão da Verdade realizada em 2014, em Volta Redonda. Segundo Zorraquino (2015), Estrella já havia participado do longa-metragem *Que bom te ver viva*, de Lúcia Murat, de 1986; fez parte do documentário *Mulheres em Luta*, de 2014, junto a nove companheiras de militância política; e do longa-metragem *Torre das Donzelas*, de 2015, dirigido por Susana Lira.

Luís Zorraquino (2015), companheiro de Estrella, realizou um testemunho após a sua morte¹⁵, relatando que o depoimento de Estrella na Comissão da Verdade de Volta Redonda foi para ele inesquecível. Segue alguns fragmentos transcritos do testemunho da ex-presa política:

Quando há 44, 42 anos atrás eu estava saindo da prisão, eu prometi a mim mesma que eu jamais faria um pacto com o silêncio, de que eu estaria sempre disposta, disponível para denunciar tudo o que eu vi das torturas, tudo o que eu vivi, e tudo o que outros companheiros viveram. Entendo que o Brasil precisa rever essa história. Nós precisamos, depois de tantos anos de

¹⁵Texto apresentado por Luís Zorraquino no XII Cinencontro 50/35, no Museu da República em 3/5/2015, evento organizado pelo Coletivo Memória, Verdade e Justiça RJ, em homenagem a Estrella Bohadana e Inês Etienne Romeu.

silêncio, que aí eu acho que a Comissão da Verdade, parabéns! Tem um papel muito importante aí. Ela acordou e tem acordado a todos nós para dizer – olha, recontem essa história. Afinal, nós somos, de alguma forma, esta história viva que está aí, que foi ocupada por tantos anos pela repressão durante a ditadura, e depois pelo próprio medo que nós também ficamos de falar.

Ontem mesmo, antes de vir, quer dizer, já sabendo que eu vinha pra cá, toda a terapia de grupo de apoio foi voltada para essa minha vinda, E, realmente, receber o calor, o afeto dos companheiros, é uma coisa muito importante. E aí eu quero fazer um agradecimento especial ao meu companheiro, que foi a pessoa que me apoiou o tempo todo para ir à Comissão da Verdade, e que tem me dado respaldo pessoal e afetivo, material, para que eu possa participar das reuniões e, enfim, para que eu possa contribuir com essa história vivida. [...] enquanto nós não entendermos o que foi a ditadura no Brasil, dificilmente nós vamos conseguir virar essa página, e não devemos [...]. Essa página tem que permanecer aberta, até que todos vocês, jovens, que eu vejo aqui, e fico feliz por isso, porque até bem pouco tempo atrás, essa era uma luta só nossa, e mais, ninguém queria ouvir a nossa história (COMISSÃO DA VERDADE-VR, 2014).

As participações de Estrella foram retratadas com sensibilidade nos filmes mencionados, mas foi somente em seu testemunho na Comissão da Verdade que Estrella revelou, com maiores detalhes, tudo o que passou nos órgãos da repressão.

Segundo Luís Zorraquino, o diferencial se deu graças ao trabalho realizado pelo projeto das Clínicas do Testemunho RJ.

Estrella me contava, meio desiludida, que fez 20 anos de terapia psicológica individual, mas sem resultados apreciáveis. Ainda tinha as marcas físicas da tortura, os tendões enfraquecidos pelo pau de arara, que a dança flamenca revitalizou. A cirurgia nos seios para contornar a ductite provocada pelas persistentes pancadas, sempre com o receio dos exames que a cada ano realizava para o controle do câncer de mama. As fobias das lagartixas e de todo o tipo de insetos. Os sobressaltos durante o sono. As paranoias com as demoras de qualquer um de nós, pois sentia que estaríamos sendo presos.

[...] o tempo passa e, finalmente, chegou a Comissão de Anistia e o apoio terapêutico das Clínicas do Testemunho. Vítimas de represálias e familiares juntos em “terapia coletiva”. [...] finalmente estávamos fazendo terapia juntos, e juntos reivindicando Memória, Verdade e Reparação.

[...] sou testemunha de como essa outra Estrella, liberada coletivamente daqueles profundos traumas físicos e psicológicos retornou de um outro jeito mais contundente, as denúncias do acontecido, através de vários depoimentos, documentários, etc (ZORRAQUINO, 2015, p. 152-153, grifo do autor).

Em seu depoimento, Estrella compartilhou sua trajetória de militância política, iniciando com o Movimento Secundarista e filiando-se ao PCdoB. Ao ingressar na

universidade participou da POLOP. Posteriormente, integrou-se a uma Frente Operária, junto a outros coletivos e partidos políticos. Nesta época, foi presa no Rio de Janeiro e levada para o 1º Batalhão de Barra Mansa, onde iniciou o seu padecimento com contínuas e intensas sessões tortura. De acordo com o seu depoimento:

Além do choque [...], que se intensificou, entrou a pau de arara. No pau de arara a gente fica realmente como um gato, preso pelas pernas. Muitos de nós, pelo excesso de pau de arara, como no meu caso [...], fiquei muito tempo no hospital ainda parálitica, depois eu voltei a andar com muita dificuldade [...]. O pau de arara, ele bloqueia, ele arrebenta os tendões. Eu só tenho vivo 60% dos tendões de minhas pernas. O resto eu otimizó com exercícios (COMISSÃO DA VERDADE-VR, 2014).

No documentário *Mulheres em luta*, Estrella havia relatado, de forma impressionante, a sua relação com a dança. Transformando com sua força de vontade, determinação e dedicação, os seus registros corporais, Estrella conseguiu revitalizar milagrosamente o movimento de suas pernas.

Até os últimos momentos da vida de Estrella, os companheiros do grupo de terapia das Clínicas do Testemunho foram solidários e amorosos com ela, em sessões de terapia profundamente afetivas, realizadas em nosso apartamento.

Tais terapias tão apreciadas por Estrella, ela mesmo dizia que ajudavam a manter certo equilíbrio, no qual a tristeza e a dor que sentia tiveram seus espaços assegurados.

Assim, a terapia das Clínicas do Testemunho acompanhou Estrella até o momento em que virou de novo outra Estrella (ZORRAQUINO, 2015, p. 155).

O depoimento de Estrella foi filmado e publicizado pela Comissão da Verdade de Volta Redonda, estando acessível a todos pela internet no endereço eletrônico <<https://www.youtube.com/watch?v=IgPeZLIQtvg>>.

5.3.3.3 Comissão da Verdade de São Paulo

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva realizou um ciclo de Audiências Públicas – *Verdade e infância roubada* - em maio de 2013, com quarenta

testemunhos de filhos de presos políticos e militantes desaparecidos da ditadura brasileira. Este trabalho foi editado em livro, contendo relatos e imagens fotográficas de álbuns de família, com alguns retratos da infância e juventude de filhos que foram afetados diretamente pelo sofrimento de seus pais.

Foram depoimentos que retrataram lembranças difusas de desamparo, medo e insegurança, isolamento, solidão e clandestinidade, algumas com vagas lembranças ou nenhuma lembrança, marcadas por questões de identidade, vazio de sentido, com traumas não superados.

Eles foram sequestrados e escondidos em centros clandestinos de repressão política da ditadura militar brasileira (1964 – 1985). Afastados de seus pais e suas famílias ainda crianças, foram enquadrados como “elementos” subversivos pelos órgãos repressivos e banidos do país. Foram obrigados a morar com parentes distantes, a viver com nomes e sobrenomes falsos, impedidos de conviver, crescer e conhecer os nomes verdadeiros de seus pais. Foram, enfim, privados do cuidado paterno e materno no momento mais decisivo e de maior necessidade, que é justamente a infância (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA, 2014, p. 11).

Segue o testemunho da filha de militantes e ex-presos políticos que foram afetados pela ditadura brasileira, a design gráfica Camila Sipahi, também acolhida na experiência clínico-política das *Clínicas do Testemunho* Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo. Camila Sipahi, filha de Rita de Miranda Sipahi e Antônio Otton Pires Rolin era criança quando sua mãe foi sequestrada. Nesta época, seus pais haviam decidido morar separados em cidades diferentes para proteger os filhos. Em seu testemunho, reconstituiu algumas lembranças acerca do dia do sequestro de sua mãe:

O sequestro de minha mãe foi assim: era noite e estávamos em casa quando dois homens bateram à porta. Como de costume, eu quis fazer gracinha, porque todo mundo me achava muito engraçadinha. Eles entraram, não sorriram, não fizeram nada, não quiseram nenhuma interlocução com a gente, chamaram minha mãe e deram voz de prisão para ela. Nós não entendemos nada, porque foi tudo cochichado. Ela foi para dentro, se desfez de alguns documentos como se estivesse se arrumando e tomando banho e voltou para a sala. Saímos e descendo no elevador ela disse que precisava nos levar a um lugar ali perto, em Copacabana, para casa da Rute – produtora de teatro, muito sua amiga. Eu e o Paulo estávamos suspensos no ar, não entendíamos o que estava acontecendo. Eram cinco pessoas no carro: minha mãe, os dois, eu e o Paulo. Ela preferiu dirigir porque sabia o endereço. Eles concordaram. Foi aí que eu vi as armas. Tinha um homem do

lado dela, no banco da frente, que encostou uma arma em sua cintura. O outro, que estava atrás comigo e com Paulo, colocou uma arma, pelo outro lado, apontada para ela. Um deles disse que se ela tentasse alguma coisa eles teriam que tomar atitudes graves. Senti um medo enorme em estar dentro do carro. Tento desenhar esse momento, mas não consigo. Até hoje fico angustiada com a iluminação amarelada em ruas desertas, como eram naqueles anos 1970 (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA, 2014, p. 201).

Ao relatar o seu apagamento de memória como fruto de um processo de esquecimento, angústia e medo, sentimentos esses que a acompanharam quando separada de seus pais, a testemunha afirmou que também teve a sua memória sequestrada. Nem mesmo o rosto das pessoas queridas consegue evocar com clareza. São como borrões em sua lembrança, após 40 anos do ocorrido. Assim, utilizando seus dons de desenhista e design, Camila resolveu produzir imagens para complementar seu testemunho, para com seus traços, tentar lembrar. Com a alma marcada por medos e tristezas que só pôde compreender quando madura, foi movida pela busca de um sentido para o que lhe ocorreu, assim como da identificação subjetiva quanto à origem de certos sentimentos de opressão.

Lembrando sua primeira visita no presídio Tiradentes:

A chegada à visita era sempre um momento muito ambíguo. São Paulo era uma cidade fria, nublada, cinza. A gente descia na Estação da Luz e andava até o Presídio Tiradentes, que era um lugar todo murado. Lembro de passar por debaixo do arco e de pessoas que nos recebiam de forma gélida. Eles nos mandavam tirar toda a roupa. Para nós, que estávamos felizes, indo para um encontro tão importante, encontrar essa barreira de frieza abalava nossa alegria. Na primeira visita, minha mãe estava muito magra e pálida, [...] não era a minha mãe linda, que eu via no Rio de Janeiro, de cabelos soltos. De repente, vi aquela mulher frágil, com a cor branca de pessoa doente, com olheiras... Foi um encontro caloroso, mas com uma pessoa que estava arrebatada. Foi um encontro tenso. Eu sabia que eu ia ver meu pai também. Eu não o via há muito tempo. Vi os dois no mesmo dia. O que acho mais grave disso tudo é que me lembro menos do meu pai do que de minha mãe. Eu acho que isso ocorreu por conta do que aquele período fez comigo: apaguei meu pai tão amado...(COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA, 2014, p. 203).

No evento organizado pela Comissão de Anistia - *50 anos do Golpe*, a TV Carta produziu um vídeo-documentário contendo os testemunhos de Camila Sipahi e de Emílio Ivo Ulrich nos tempos da ditadura e sobre a experiência que tiveram ao participarem do processo clínico oferecido pelo projeto piloto das Clínicas do Testemunho. Segue o relato de Emílio, ex-militante da VPR.

Eu sou perseguido político desde 1967 [...] eu fiquei calado 42, 43 anos sobre as humilhações e de tudo o que eu sofri na cadeia, mas principalmente pelo fato de eu ter sido torturado. Aí eu assumi um comportamento de não tratar mais desse assunto, não conversar sobre esse assunto. [...] eu achei que tinha enlouquecido, mas na verdade eu era apenas um alcoólatra. Para poder conviver com aquela minha memória, eu conseguia escrevendo. Aí eu fui remexendo nisso, mostrei algumas anotações daquele período, daqueles momentos, daquele status e comecei a conversar sobre aquilo. Muita gente diz que não houve golpe de 1964, de que não houve ditadura. Pra eles eu não contava aquilo, a condição que a pessoa era submetida na tortura. Porque não é cruel, é humilhante. Eu fui torturado 30 dias, todos os dias no DOI-Codi e de forma humilhante. Eu consegui falar com meus filhos, que são adultos. Poder contar sem chorar. Hoje eu consigo lembrar de uma forma, digamos assim, com certo método para não ser só emocional e explicar do que se tratava. E procurar não entender o porquê eles torturavam, mas denunciar (TV CARTA, 2015, 14:10 min.).

Emílio relatou que só conseguiu encontrar um sentido para a sua memória traumática na terapia de grupo oferecida pelas *Clínicas do Testemunho*, em São Paulo. Foi a partir das experiências compartilhadas pelo grupo que passou a falar sobre si e a escutar outras experiências similares de tortura e de sofrimento psíquico. Foi durante o processo terapêutico que Emílio conheceu pessoas que sofreram ainda mais, por terem perdido pessoas queridas por morte e desaparecimento. “Daí eu percebi que a minha raiva, o meu recalque, eu podia colocar para fora e me expressar. E comecei a me expressar a ponto de hoje eu estar dando uma entrevista” (TV CARTA, 2015, 14:10 min.). Emílio também relatou suas dificuldades de transmitir suas vivências passadas aos filhos. Não via nenhum sentido em falar sobre a tortura quando eram ainda crianças. Depois, se sentia desconfortável para compartilhar suas experiências traumáticas, mesmo sabendo que seus filhos percebiam algo estranho em seu comportamento. Nas *Clínicas do Testemunho*, convidou os filhos para participar do grupo. “Eu levei meus filhos, adultos, para as Clínicas do Testemunho, para ouvir os outros e me ouvir. Fiz isso pelos meus filhos e também pelos meus netos [4 netos], para que eles saibam o que aconteceu”. Finaliza o seu testemunho acerca de seu processo clínico, afirmando que não saiu melhor. “Melhor não! Mas eu tenho um pouco mais de equilíbrio para falar sobre os fatos” (TV CARTA, 2015, 14:10 min.).

Conforme retratado no documentário, a inserção de Camila Sipahi nas *Clínicas do Testemunho* ocorreu depois de seu processo testemunhal na Comissão da Verdade “Rubens Paiva”. A convite da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), Camila Sipahi produziu toda a parte iconográfica de pesquisa de imagens e fotografias. E Tatiana Merlino

transformou os depoimentos realizados nas audiências da comissão em texto. Segundo Camila, a sua motivação foi a de retratar as famílias como elas eram, famílias que se amavam, mas que sofriam a dor da separação e da violência extrema. Ao dimensionar as projeções do imaginário social daquela época sobre as famílias dos perseguidos políticos, Camila explica que as pessoas costumavam julgar os presos políticos como “irresponsáveis com suas famílias, de que eram pessoas de famílias desestruturadas” (TV CARTA, 2015, 14:10 min.).

Camila Sipahi levou dois anos para produzir o livro, sendo que sofreu um processo de paralização na época de sua finalização. Segue o seu testemunho acerca de seu processo de criação e de como chegou às *Clínicas do Testemunho*:

Eu cheguei a ter um processo de pânico [...]. Quando eu chego na Clínica do Testemunho, eu tinha que finalizar o livro. E eu não conseguia. Então, ao sentar nas reuniões, junto com anistiados e não anistiados, filhos, eu pude perceber que aquilo que me inquietava era muito próximo daquelas pessoas também. É como se você encontrasse ‘a sua turma’, não no sentido ideológico, mas no sentido das emoções, das dores, das vivências. Então isso foi muito importante (TV CARTA, 2015, 14:10 min.).

Camila contou que na época do nascimento de seu filho caçula, ficou dois anos trabalhando em casa confeccionando bonecos de feltro para complementar a sua renda. Nas *Clínicas do Testemunho*, resolveu fazer bonecos durante o processo terapêutico. Buscando algum sentido para a dor que sentia, começou a criar bonecos torturados. Para Camila, “eles representavam a dor que eu imaginava, no meu imaginário, o que seria uma seção de tortura. E isso foi uma libertação!” Por meio de experiências compartilhadas no dispositivo grupal, Camila reconheceu o trabalho clínico-político como uma ponte que possibilitou a passagem “de vítima da ditadura para uma atuante” de seu tempo, almejando dar continuidade aos seus bonecos bordados para “trabalhar o que se passou e fazer pontes com o que está acontecendo hoje em dia” (TV CARTA, 2015, 14:10 min.).

Camila finaliza o seu relato acerca das *Clínicas do Testemunho* falando da importância de sua continuidade como política reparatória, considerando que como projeto piloto, as clínicas “precisam entrar na ordem do dia de um governo democrático. Esse é um direito!” (TV CARTA, 2015, 14:10 min.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que avanços recentes foram empreendidos pela Comissão de Anistia com a criação dos projetos reparatórios em detrimento das políticas de silenciamento produzidas desde o golpe de 1964. Apesar da demora do Estado brasileiro em assumir a sua responsabilização para a consumação do processo de justiça de transição, pudemos vislumbrar um tempo áureo de resgate da memória política em nosso país, com algumas memórias subterrâneas podendo ser reveladas pelas Comissões da Verdade e nas *Clínicas do Testemunho*.

A amplitude deste trabalho só se tornou possível graças aos testemunhos que se integraram ao processo de resgate das memórias coletivas como atores sociais na luta pelos direitos humanos. Por intermédio das quatro equipes clínico-políticas conveniadas ao projeto piloto das *Clínicas do Testemunho* da Comissão de Anistia (MJ), contemporizadas tanto nas narrativas dos terapeutas e coordenadores das equipes clínico-políticas quanto dos testemunhos dos atendidos, deparamo-nos com processos subjetivos que deram vida, corpo e substância à experiência coletiva de reparação simbólica.

Ao longo do projeto piloto, mesmo em um curto espaço de tempo para contemplar os eixos de trabalho propostos pelo edital, com desafios de se criar demanda e conquistar a credibilidade social enquanto projeto experimental subsidiado pelo Estado, de realizar processos de trabalho com metodologias compatíveis à proposta clínico-política, de oferecer resultados que fossem reconhecidos tanto na esfera pessoal dos atendidos pelo projeto quanto nas dimensões políticas almejadas, com intenção de tornarem-se públicos através de testemunhos junto às comissões da verdade, dentre outros pormenores a serem trabalhados, tal empreendimento nos pareceu, desde o início, uma proposta hercúlea. Isso sem falar do compromisso das capacitações e da gestão dos recursos para se construir insumos de várias espécies para a manutenção e continuidade do projeto piloto.

Desta forma, gostaríamos de dimensionar os ganhos terapêuticos reconhecidos pelos assistidos, assim como pelas equipes clínicas, sem a pretensão de qualificar eficácia ou quantificar resultados. Por intermédio desta pesquisa histórico-documental, o material pesquisado sobre os testemunhos vivos desta experiência pioneira foi retirado dos insumos criados pelas equipes conveniadas. Ressaltamos também que o processo da práxis clínica contou com um acervo considerável de artigos produzidos pelos membros das equipes

clínico-políticas. No entanto, tivemos acesso somente aos relatos testemunhais de forma positiva, não havendo material que pudesse confrontar com críticas quanto à performance dos trabalhos clínicos realizados pelas quatro equipes conveniadas ao projeto piloto.

Porém, encontramos subsídios que contemplaram os objetivos propostos pela pesquisa, ao dimensionarmos os efeitos clínico-políticos da reparação simbólica dos afetados diretos e indiretos pelo terrorismo de Estado, entre a esfera privada e a esfera pública. Percebemos que a dinâmica deste complexo processo clínico que abarcou os traumas individuais de forma singularizada, mesmo nos dispositivos grupais, possibilitou a construção de memória coletiva e política através do engajamento de alguns participantes. O processo de reparação simbólica tornou-se possível por ter funcionado como ponte de passagem entre a privatização e isolamento da condição traumática e a transmissão e coletivização das experiências de vida em sua importância histórica, apesar dos embates entre memória e esquecimento, descrédito e reconhecimento.

Os efeitos inter e transgeracionais também foram tocados nas narrativas dos técnicos e coordenadores do projeto piloto e endossados nos testemunhos públicos das testemunhas junto às comissões da verdade, ao dimensionarem as graves violações de direitos humanos do período de exceção que afetaram a sociedade da época. Englobando todo o tecido social pela estratégia política do esquecimento e pelas falsas versões da história oficial, atingiu-se a primeira geração das vítimas diretas da ditadura brasileira - dos opositores ao regime, desaparecidos políticos e familiares - pelo silenciamento imposto pela propagação do medo, assim como de seus descendentes pelos efeitos do silenciamento familiar e social, caracterizados pelo desconhecimento ou desconexão das experiências de vida de seus antecessores.

Conforme os relatos das equipes clínico-políticas, os efeitos intergeracionais e transgeracionais continuam presentes em nosso tempo, expressos por uma violência generalizada e consentida pela sociedade atual, porém sem a conscientização da própria população afetada. Conforme foi ilustrado ao longo desta pesquisa histórico-documental e endossado pelos teóricos contemporâneos utilizados como suporte conceitual, a sociedade contemporânea capitalista vem aplicando modalidades de violência de forma institucionalizada, afetando também a população urbana e periférica do país.

Para a análise das conversas e atos públicos, não tivemos condições de aplicar critérios equânimes de análise, justamente pela insuficiência de informações contidas nos Relatórios Finais das Clínicas conveniadas. Por este motivo, tivemos mais acesso às informações obtidas

pelo Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro, Clínicas do Testemunho - RJ, considerando-se também que a maioria dos profissionais envolvidos na CT/RJ foram os pioneiros dos dispositivos clínico-políticos no país.

Portanto, destacamos várias iniciativas que tiveram como objetivo dar visibilidade social à violência do passado ditatorial e à violência de Estado da atualidade. Muitas campanhas foram realizadas no sentido de chamar a atenção da sociedade atual para o conhecimento acerca dos locais de tortura que existiram durante a repressão política, com propostas para a criação de centros de memória como espaço de resistência, reparação e cultura, como foi o caso do Movimento OCUPA-DOPS e do Movimento Cinelândia, no Rio de Janeiro. Neste último, foram realizadas atividades em frente ao Clube Militar, na Cinelândia, com a participação de associações de militares cassados pela ditadura, movimentos sociais e entidades afins. Essas ações também buscaram problematizar e denunciar as torturas perpetradas pelos agentes de segurança do Estado, a polícia militar e a polícia civil, seguindo a mesma lógica de extermínio dos períodos de exceção, porém com alvos diferenciados. As vítimas da atualidade são constituídas, em sua grande maioria, por jovens e negros que vivem em condição de pobreza e vulnerabilidade social, com baixa escolaridade e subempregos, dentre outras situações oriundas da invisibilidade social. Percebemos nas políticas de segurança pública, a continuidade da violência pelas mãos dos agentes do Estado, por racismo, eugenia e preconceito, com a aprovação dos segmentos mais conservadores da sociedade brasileira e com a forte influência dos principais meios de comunicação.

Outro desdobramento importante dos dispositivos clínico-políticos foi a criação do grupo Filhos e Netos, que surgiu dos grupos de pesquisa acerca dos efeitos transgeracionais do terrorismo de Estado do Instituto Projetos Terapêuticos CT/RJ. No transcorrer do tempo, o grupo tornou-se autônomo, oficializado em uma Audiência Pública organizada pela CEV-Rio e a Clínica do Testemunho/CA, em dezembro de 2014. Assim, foi criado o GRUPO FILHOS E NETOS POR MEMÓRIA, VERDADE e JUSTIÇA- RJ. Atualmente esse grupo atua de forma independente como movimento social e sem vínculos político-partidários, dedicando-se à realização de atos políticos, projetos culturais e pesquisas sobre memória, verdade e justiça e violência de Estado do passado e do presente. Este coletivo também incentiva a criação de grupos similares como forma de resistência ao silenciamento e ao esquecimento social e político, para que as memórias familiares e coletivas superem a condição subjetiva de clandestinidade.

Outro fator de relevância ocorreu com a criação dos insumos que foram produzidos pelas quatro equipes de trabalho das *Clínicas do Testemunho*. O protagonismo das pessoas envolvidas rendeu frutos, diluindo-se a fronteira simbólica entre equipe clínica e assistidos pelo projeto piloto. Embora a produção de insumos fizesse parte do terceiro eixo do edital, o processo de criação e seus desdobramentos aconteceram espontaneamente nos dispositivos clínico-políticos, sendo ampliados e potencializados por processos coletivos de construção de memória e de reinvenção da vida.

Porém, diante dos embates entre memória e esquecimento e mediante as novas tendências dos projetos neoliberais afetando diretamente a política brasileira e dos países latino-americanos, estamos novamente vivenciando situações de ameaça ao Estado Democrático de Direito, com indícios de descontinuidade das políticas de transição brasileira. Logo após o afastamento da presidenta eleita democraticamente por um processo relâmpago de *impeachment* em 2016, e logo após a finalização do 1º edital das *Clínicas do Testemunho*, iniciou-se um processo de desmonte da Comissão de Anistia, interrompendo de forma drástica todos os projetos reparatórios, inclusive da suspensão do orçamento.

Embora não tenha sido possível acompanhar toda a trajetória de trabalho dos dispositivos clínico-políticos no percurso do segundo edital, pelas razões metodológicas e temporais apresentadas nesta dissertação, salientamos o acirramento das políticas de esquecimento, com a perda gradativa dos direitos fundamentais, afetando, em curto tempo, todas as conquistas políticas e sociais do período de reconstrução democrática. Pouco tempo depois das recomendações finais da Comissão Nacional da Verdade e da organização de todas as comissões estaduais e municipais pelo país afora, preocupamo-nos com os retrocessos diante das descontinuidades políticas recém-conquistadas, atualizando-se as denúncias das violações cometidas pelos agentes do Estado atual e da necessidade de defesa da democracia brasileira em sua integralidade.

Portanto, dentre todos os relatórios apresentados, figuram recomendações de continuidade do trabalho através da resistência ao que se apresenta como retrocesso político, haja vista que os trabalhos que se dedicavam aos avanços da tardia agenda da justiça de transição brasileira se retraíram, desde quando Michel Temer assumiu o poder, havendo uma drástica interrupção no diálogo com a Comissão de Anistia. Com o afastamento do presidente da comissão e destituição de conselheiros históricos, substituindo-os por pessoas sem histórico de luta e trajetória política de direitos humanos, a Comissão de Anistia foi alterada em sua estrutura com a paralização dos projetos reparatórios de anistia política.

Desta forma, constatamos uma grave crise política mediante a descontinuidade do projeto de reparação simbólica das *Clínicas do Testemunho* que, apesar dos resultados satisfatórios obtidos ao longo do projeto piloto, com uma riqueza de insumos produzidos e, principalmente, dos testemunhos públicos junto às Comissões da Verdade, fundamentais para a elucidação de fatos históricos e reconstrução da memória social da ditadura, até então, silenciada, esquecida e desconhecida pela maioria dos brasileiros, sofre novamente a denegação do Estado brasileiro.

Finalizando esta etapa da pesquisa, consideramos a importância da continuidade de pesquisas futuras para acompanhar este delicado momento histórico e seus desdobramentos, visto que a atual crise política reafirma o descompromisso com a democracia brasileira, à revelia de sua população, após quase 54 anos do golpe civil-militar de 1964.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo. *Apresentação*. In: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014. p.15-21

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil: a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (orgs.). *A Anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011. p. 212-248.

AMARANTE, Paulo (coord.). *Loucos pela vida*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

ANNAN, Kofi. O Estado de Direito e a justiça de transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. Relatório S/2004/616 apresentado ao Conselho de Segurança da ONU em 23.08.2004. *Revista da Anistia política e justiça de transição*. Brasília, n.º. 01, p. 320-351, jan.-jul. de 2009.

ARAÚJO, Maria Paula. Uma história oral da anistia no Brasil: memória, testemunho e superação. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Universitária da UFPE, 2012. p.53-95.

ARENDT, Hannah. *A condição humana* [1958]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

BAGGIO, Roberta; MIRANDA, Lara Caroline. A incompletude da transição política e seus reflexos na cultura jurídica contemporânea: Ainda existem perseguidos políticos no Brasil? *Sistema Penal e Violência*. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 281-297. jul.-dez. 2013.

BAGGIO, Roberta. Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro. *Caderno IHU ideias*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ano 1, n.1, p. 3-26, 2003.

BATISTA, Ana de Miranda. Testemunho da Verdade: Hospital Central do Exército, Rio de Janeiro. In: CARDOSO, Cristiane; FELLIPE, Marília; BRASIL, Vera V. (orgs.). *Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015. p. 185-189.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza [1933]. In: _____. *Magia e Técnica, Arte e Política - Obras Escolhidas*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v.1. p. 114-119.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1).

BRASIL. Ministério da Justiça/Comissão de Anistia. Edital da I Chamada Pública do Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia. Brasília, 2012. Disponível em:<http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/boletim/edicao24/edital_clinicas_do_testemunho.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República*. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BUTLER, Judith. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires, Paidós, 2006.

CARDOSO, Cristiane; FELLIPE, Marília; BRASIL, Vera V. (orgs). *Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.

COIMBRA, Cecília. Gênero, militância, tortura. In: FERRER, Eliete (org.). *68 A geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça/ Comissão de Anistia, 2011. p. 39-48.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Infância roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.

COMISSÃO DA VERDADE VR. Testemunho de Estrella Bohadana na audiência pública da Comissão da Verdade de Volta Redonda, na sede da OAB, em 28 jul. 2014 - Vídeo enviado pela Comissão da Verdade VR. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=IgPeZLIQtvq>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

CRIAR BRASIL. *Um golpe: 50 olhares*. Documentário, 15:28, Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015. Disponível em: <<https://www.Youtube.com/watch?V=VQGUVsiVy6s>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

DELEUZE, Gilles. Quatro proposições a respeito da Psicanálise. In: KATZ, Chaim S. (org.) *Psicanálise, poder e desejo*. Rio de Janeiro: IBRAPSI, 1979. p. 65-72.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: 34, 1995. v.1.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. *L'Empire du traumatisme: enquête sur La condition de victime*. Paris: Flammarion, 2007.

FERENCZI, Sándor. Confusão de línguas entre os adultos e a criança [1933]. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992a., v. IV. p. 97-106.

FERENCZI, Sándor. Reflexões sobre o trauma [1934]. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992a.v. IV. p. 109-117.

FERENCZI, Sándor. O conceito de introjeção [1912]. In: _____. *Obras Completas*. v. I. p. 181-183. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992b. v. I. p. 181-183.

FERENCZI, Sándor. Transferência e introjeção [1909]. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992b. v. I. p.77-108.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribución o reconocimiento?* Madrid: Paidéia; Morata, 2006.

FREUD, Sigmund. Conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XVIII Fixação em Traumas – O inconsciente [1917]. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XVI. p. 323-336.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução [1914]. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.v. XIV, p. 89-119.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GONDAR, Jô. O analista como testemunha. In: SCHUELER REIS, Eliana; GONDAR, Jô. *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de; GONDAR, Jô (Orgs.). *Por que memória social?* Rio de Janeiro: Hibrida, 2016. – (*Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial*, ISSN 1676-2924; v. 9, n. 15) p. 19-40.

GONDAR, Jô. *Trauma social e políticas de reconhecimento: as contribuições de Sándor Ferenczi*. Conferência apresentada na passagem a professor titular da autora na UNIRIO em 07 de jul. 2015.

GONDAR, Jô. Ferenczi como pensador político. *Cadernos de Psicanálise*, CPRJ, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 193-210, julh-dez, 2012.

GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel Angel de (orgs.). *Memória e Espaço: trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p.32-43.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HERRERA, Cristina. Enredos na transmissão: a construção do testemunho entre as gerações na Clínica do Testemunho. In: DA SILVA, Moisés Rodrigues, MERCADANTE, Issa (orgs.). *Travessia do silêncio, testemunho e reparação*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.p. 85-98.

HONNETH, Axel. *A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: 34, 2003.

INDURSKY, Freda. Uma análise discursiva da lei de anistia e seus efeitos de sentido. In: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA (Org.). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014. p. 213-236.

INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN DERECHOS HUMANOS DEL MERCOSUR (IPPDH). *A 40 años Del Cóndor*. [S.l.]: Lupe Galiano, 2015.

INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DE SÃO PAULO. *Relatório Final Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo – Projeto Clínicas do Testemunho*, 2016.

Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho-1>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO. *Relatório Final do Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro*, Projeto Clínicas do Testemunho, 2015.

Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho-1>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE. *Relatório Final de Trabalho da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*, 2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho-1>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

INSUA, Gabriela. (org.) *Lo indecible: clínica com lo traumático*. Buenos Aires: Letra Viva/Centro Dos, 2013.

INSURSKY, Alexei Conte; SZUCHMAN, Karine. Grupos do testemunho: função e ética do processo testemunhal. In: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA (Org.). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

IVENICKI, Ana; CANEN, Alberto. *Metodologia da pesquisa: rompendo fronteiras curriculares*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2016.

JOSEF, Jorge. A memória na história da Vitimologia. In: KOSOVSKI, Ester; PIEDADE JR., Heitor (orgs.). *Vitimologia e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: SBV, 2005. p. 129-135.

KOLKER, Tania. Notas sobre o papel do testemunho e do dispositivo clínico-político no processo de reparação dos afetados pela violência de Estado. In: VITAL BRASIL, Vera. et al.

Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.

KOLKER, Tania. Problematizaciones clinico-políticas acerca de La permanencia y transmisión transgeneracional de los daños causados por el Terrorismo de Estado. In: LAGOS, Mariana; VITAL BRASIL, Vera; BRINKMAN, BEATRIZ; SCAPUSIO, Miguel (orgs.) *Daño transgeneracional: consecuencias de la represión política em el cono sur.* Santiago de Chile: CINTRAS, EATIP, GTNM/RJ, SERSOC, 2009. p. 253-287. Disponível em: <<http://www.cintras.org/textos/libros/librodanotrans.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

KOSOVSKI, Ester (org.). *Vitimologia: enfoque interdisciplinar.* Rio de Janeiro: Reproarte, 1993.

LEVY, Sofia Débora. *Holocausto: vivência e retransmissão.* São Paulo: Perspectiva, 2014.

LEVY, Sofia Débora. Trauma e desintegração psíquica na contemporaneidade. In: FARIAS, Francisco R. (Org.) *Apontamentos em memória social.* Rio de Janeiro: Contracapa, 2011. p. 75-92.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Os agenciamentos da memória política na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), São Paulo, v. 29, p. 145-158, 2014.

LOSICER, Eduardo. O Projeto das Clínicas do Testemunho e a interação com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. In: CARDOSO, Cristiane; FELLIPE, Marília; BRASIL, Vera V. (Orgs). *Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro.* Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015. p. 179-183.

MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil.* Recife: Universitária da UFPE, 2012.

NEGREIROS, Dario de. Breve comentário sobre memória e reparação no contexto das Clínicas do Testemunho. In: CARDOSO, Cristiane; FELLIPE, Marília; BRASIL, Vera V. (orgs). *Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro.* Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015, p. 91-94.

NEHRING, M.; OLIVEIRA, M. de. 15 Filhos. Documentário, 28' min., Brasil, 1997.

NUZZI, Vítor. *Clínicas do Testemunho: a voz entre o medo e a dor.* Revista Brasil, n. 98, agosto de 2014. Disponível em: www.redebrasilatual.com.br > Revista do Brasil > Edição 98.

Acesso em: 20 jan. 2018.

ORTEGA MARTÍNEZ, Francisco A. (ed.) *Trauma, cultura e história: reflexiones interdisciplinarias para El nuevo milenio*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales, 2011.

OCARIZ, Maria Cristina (org.). *Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): efeitos psíquicos e testemunhos clínicos*. São Paulo: Escuta, 2015.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. P. 17-31.

PELLEGRINO, Helio. A tortura política. *Folha de São Paulo*, p.11. São Paulo, 05 de jun. 1982.

PIEIDADE JR., Heitor. *Vitimologia e Direitos Humanos: reflexões doutrinárias*. In: KOSOVSKI, Ester; PIEIDADE JR., Heitor (orgs.) *Vitimologia e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: SBV, 2005. p. 97-114.

PINHEIRO, Teresa. *Ferenczi*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016. (Coleção Clínica Psicanalítica / dirigida por Flavio Carvalho Ferraz).

PINHEIRO, Teresa. *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro, *Estudos Históricas*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAUTER, Cristina. Notas sobre o tratamento das pessoas atingidas pela violência institucionalizada. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 6, n. 2, p. 3-10, jul./dez. 2001.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Comissão da Verdade do Rio. Relatório / Comissão da Verdade do Rio. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. 456 p. ISBN 978-85-67728-02-5

ROUSSEAUX, Fabiana. O testemunho frente aos crimes de lesa-humanidade: sujeito

jurídico, sujeito do testemunho. In: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA (Org.). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. *Relatório Final Rede Clínicas do Testemunho - Sigmund Freud Associação Psicanalítica - SIG Clínicas do Testemunho RS*, 2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho-1>>. Acesso em 05 jan. 2018.

SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA (org.). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

SILVA, Moisés Rodrigues da; MERCADANTE, Issa (coord.). *Travessia do silêncio, testemunho e reparação*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Anistia no Brasil: um processo político em disputa. In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (orgs.). *A Anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011. p. 188-210.

TOROK, Maria. Catastrophes: Katasztrófak. *Le Coq-Héron*, Paris, n. 159, p. 37-38, 2000. (Número especial).

TV CARTA. *Clínicas do Testemunho*. Documentário, 14:10 min. Brasil, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-iUmEfFuXEA>>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

VITAL BRASIL, Vera. Dano e Reparação: construindo caminhos para enfrentar a tortura. COORDENAÇÃO GERAL DE COMBATE À TORTURA (org.). *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010. p.254-279. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/livro_sdh_tortura.pdf>. Acesso em:16 nov. 2017.

VITAL BRASIL, Vera. O que pode a clínica frente ao terror do Estado? In: CARDOSO, Cristiane; FELLIPE, Marília; BRASIL, Vera V. (orgs.). *Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015. p. 151-156.

WONDRACEK, Karin Hellen. Sobre a arte de polir ouriços: psicanálise e história na clínica dos afetados pela violência de Estado. In: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO

PSICANALÍTICA. *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.p. 15-21.

ZORRAQUINO, Luis D. Depoimento sobre a experiência das Clínicas do Testemunho. In: CARDOSO, Cristiane; FELLIPE, Marília; BRASIL, Vera V. (orgs). *Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015. p. 151-156.